



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**Governança global e política monetária nacional: Ciência, Mercado e Poder no
Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil**

**GABRIEL ROLEMBERG SERWY
BRASÍLIA/DF
2015**

AGRADECIMENTOS

Por mais que queiram convencer do contrário aos quatro cantos, é preciso teimar e lembrar que, sozinho, não se chega a lugar nenhum. Esse “trabalho” com toda a certeza não tem esse nome por acidente, mas o esforço individual é apenas um complemento à presença coletiva de quem sempre esteve ao meu lado.

Faço um agradecimento especial à minha mãe, Lola, à minha vó, Teresa, e à minha namorada, Analu, por sua importância nessa conquista e em tantas outras que, se acompanhadas de todo esse apoio, certamente ainda virão.

Se tenho orgulho, é por vocês.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar a maneira como dimensões de governança global contemporânea - a ascensão da lógica científica, das relações de mercado e a padronização de práticas e organizações – interferem na dinâmica deliberativa do Comitê de Política Monetária (Copom) e nas ações de política monetária de maneira geral. A partir de análises de conteúdo das atas de reunião do Copom e dos currículos dos diretores e presidentes do Banco Central, pretende-se entender como as dimensões de governança global se articulam e favorecem a adoção de determinados discursos e posicionamentos pelo referido Comitê.

Palavras-chave: governança global, cientifização, mercantilização, isomorfismo, Copom, Banco Central, política monetária

ABSTRACT

This work aims to approach the way how contemporary dimensions of global governance – the rising of scientific logics, market relationship and standardization of practices and organizations – interfere in the deliberative dynamics of Comitê de Política Monetária (Copom) and in the actions of monetary policy in general. Through content analysis of Copom meetings' minutes and of Central Bank directors' and presidents' curriculum vitae, one aims to understand how the dimensions of global governance articulate themselves and favor the adoption of certain discourses and decisions by that Comitee.

Keywords: global governance, scientization, marketization, isomorphism, Copom, Central Bank, monetary policy

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I - Mercado, Ciência e Padronização: Perspectivas Teóricas Sobre a Governança Transnacional.....	10
Capítulo II - Política Monetária e Banco Central: Trajetórias Históricas, Principais Papeis e Debates.....	26
Capítulo III - Atores do Copom e seus Discursos: Padrões e Tendências.....	43
Capítulo IV - O Copom e as Dimensões de Governança Global: a Formação da Orientação Monetarista em Perspectiva Política.....	65
Conclusão.....	71
Bibliografia	73
Apêndice	75

INTRODUÇÃO

“Suspirou, tornou a calar-se, e logo recomeçou, com mais vivacidade: - Enfim, o dever é o dever. Não podemos consultar nossas preferências pessoais. Interesse-me pela verdade, gosto da ciência. Mas a verdade é uma ameaça, a ciência é um perigo público. Ela é tão perigosa como foi benfazeja no passado. Deu-nos o equilíbrio mais estável que a história registra. [...] Mas não podemos permitir que ela desfaça a boa obra que realizou. Por isso limitamos com tanto cuidado o círculo das pesquisas; por isso estive a ponto de ser mandado para uma ilha. Nós permitimos apenas que ela se ocupe dos problemas mais imediatos do momento. Todas as demais pesquisas são ativamente desestimuladas.”
(HUXLEY, 2009, pp. 346 e 347)

Mustafá Mond, um mandatário de alto escalão da sociedade futurista do “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, lamenta-se dessa maneira por ter optado em se dedicar à “felicidade” de sua civilização, e não a uma ciência que não se preocupe somente com “os problemas mais imediatos do momento”, em um mundo paradoxalmente fundamentado na onipresença do pensamento científico e do consumismo sobre a vida humana. Huxley publicou sua obra em 1932, oferecendo uma crítica profunda à hegemonia que já naquela época possuía o cientificismo e a razão ocidentais nos ditames do mundo moderno, bem como o consumismo e a crescente mercantilização das relações humanas e sociais que já então se observava. Nos mais de oitenta anos seguintes, muitas outras produções literárias e acadêmicas também tratariam do tema da imposição da “razão” ou “cultura instrumental” sobre as ideias e ações dos indivíduos, grupos e organizações do mundo contemporâneo (Horkheimer, 2002; Habermas, 1987; Meyer, 2000). No entanto, ainda hoje as perguntas a respeito das origens, formas e consequências de uma era global coordenada pelo pensamento científico-racional e pelas relações de mercado, muito porque em evidente dinamismo e transformação, ainda estão longe de se esgotar. Quais são as principais fontes contemporâneas da racionalidade e da cultura instrumental? Que mecanismos as fortalecem e as transmitem? Como elas se legitimam perante a diversidade e complexidade de atores ao redor do mundo? Qual é sua relação com o aumento das interações econômicas e sociais de mercado observadas nas últimas décadas? Essas são algumas das complexas questões referentes ao tema ainda não inteiramente satisfeitas.

Longe de ter como objetivo abordar integralmente essas e outras abrangentes questões, o trabalho aqui desenvolvido fornece, a partir de uma investigação empírica, algumas evidências,

aspectos e consequências da presença da lógica científica, das relações de mercado e de mecanismos que padronizam práticas e organizações em um ambiente que costuma ser considerado autônomo em relação às dinâmicas de tais processos: a institucionalidade de um Estado-nação. Mais especificamente, é feito nesta dissertação um estudo em torno do Banco Central (BC), na figura de seu Comitê de Política Monetária (Copom), em vias de se identificar de que maneira as dinâmicas da *cientifização*, da *mercantilização* e do *isomorfismo* das relações e ordenamentos globais – conceitos retirados dos trabalhos de Meyer e Drori(2006), de Djelic (2006) e de DiMaggio e Powel (1983) - se articulam de maneira a interferir na escolha e defesa de determinadas teses e medidas de política monetária pela referida instituição em detrimento de outras possíveis. Assim, pretende-se apreender como fenômenos globais profundos e abrangentes – muitas vezes tratados até em termos filosóficos, como na abordagem literária de Huxley – se articulam e interferem em uma realidade empírica específica e localizada, apesar de possivelmente similar a contextos de outros Estados-nação, já que muitos compartilham estruturas institucionais responsáveis pela administração da política monetária bastante semelhantes à brasileira.

Para atender à intenção geral do trabalho, procura-se responder em maior ou menor medida algumas questões específicas, que servem de norte metodológico para a análise. A primeira delas relaciona-se com o conteúdo das avaliações e decisões do COPOM. Busca-se analisar quais são as principais teses defendidas pelos integrantes do Comitê e que norteiam as decisões de política monetária. A intenção por trás dessa análise é observar se em alguma medida há uma linha de homogeneidade teórica e conceitual nas avaliações feitas pelo COPOM, e, se há, quais são suas principais defesas e ênfases.

Um segundo ponto abordado são as possíveis ligações entre as práticas institucionais domésticas e os discursos globais e pretensamente científicos de política econômica, os quais, como será visto no capítulo 1, difundiram-se em larga escala nas últimas décadas a partir de visões econômicas liberais e orientadas ao mercado. Isso é feito por meio da análise dos discursos adotados publicamente pelo Copom e das experiências anteriores dos integrantes do Comitê, buscando-se a identificação de trajetórias comuns entre os mesmos na sua formação acadêmica e organizações científicas, profissionais e financeiras internacionais.

Por fim, a terceira e última questão condensa as anteriores no problema central desenvolvido neste trabalho: compreendidas as posições que ocupam a ciência e as visões de

mercado no discurso e no perfil dos atores do Copom, bem como a maneira como determinadas decisões e perfis profissionais se cristalizam nesse espaço institucional, e entendendo-se que há ainda diversas disputas dentro do campo acadêmico e político a respeito da melhor formulação de política econômica, pode-se inferir que a cientificidade atribuída às decisões do Banco Central é uma “cientificidade seletiva”, ou seja, que oferece um status de científico - e portanto de caráter virtualmente “religioso” (Meyer, 2006) - a determinadas teses em detrimento de outras?

A iniciativa de resposta para esse problema conta já com uma hipótese a ser verificada: imagina-se que, por meio da interiorização de uma série de discursos de boas práticas em política econômica, fomentados tanto por instituições consideradas de grande renome científico e profissional quanto por organizações financeiras internacionais ao longo das últimas décadas, o caráter de “técnico” ou “científico” atribuído normativamente ao Banco Central serve à legitimação de determinadas teses e consequentes políticas econômicas em detrimento de outras menos hegemônicas no contexto global, ainda que haja uma disputa não resolvida na academia e na política a respeito do papel a ser seguido pela política monetária para o fomento de um desenvolvimento econômico sustentável e equitativo. O crescente *isomorfismo* (DiMaggio e Powell, 1983) e *cientifização* (Meyer, 2006) de atores, instituições e orientações envoltos em regras e princípios alinhados a visões econômicas favoráveis ao mercado, por sua vez, tendem à levar à percepção imparcial atribuída às decisões tomadas (ou como elas deveriam ser tomadas) pelas instâncias do Banco Central.

As técnicas empíricas para a abordagem das referidas questões, por sua vez, serão a análise dos discursos predominantes nas reuniões que o Comitê realiza periodicamente, utilizando-se como base as atas publicamente disponibilizadas de tais eventos, e a análise dos currículos dos sucessivos presidentes do BC e de uma série de diretores que ocuparam a função ao longo dos anos. Ambos os tipos de documento são analisados dentro de uma série temporal que vai de 1998 até 2015.

A dissertação é sistematizada em quatro seções distintas. Na primeira delas, discorre-se sobre os principais conceitos e teorias de governança global contemporânea. Neste espaço são expostos os conceitos de *mercantilização*, *cientifização* e *isomorfismo*, os quais são centrais para o enquadramento dos problemas empíricos e a para a fundamentação de sua análise. Na segunda seção, expõe-se os principais papéis atribuídos ao Banco Central e à política monetária e as

diferenças mais significativas entre eles. Nesse momento, já será possível observar algumas especificidades dos fenômenos analisados à luz da teoria na primeira seção no que se refere à forma constitutiva e principais funções atribuídas ao BC. Na seção seguinte, a investigação empírica é propriamente introduzida, com suas questões metodológicas expostas em mais detalhes e os subsequentes resultados da análise divulgados. Por fim, a quinta e última seção apresenta uma leitura dos resultados com base nas reflexões teóricas mais importantes, com vias a se responder as perguntas colocadas pela investigação e a contribuir dentro do escopo desse trabalho com a ampliação do entendimento de processos de mudança política e econômica globais e seus desdobramentos em realidades nacionais.

CAPÍTULO I

Mercado, Ciência e Padronização: Perspectivas Teóricas Sobre a Governança Transnacional

Nesse capítulo, serão expostas as principais interpretações teóricas sobre as dinâmicas por trás da governança transnacional que podem interferir nas práticas institucionais dos Estados-nação em relação a suas decisões de política monetária e na forma como se configuram as instituições responsáveis pela administração dessa área. Dessa maneira, serão apresentados os fenômenos de maior relevância observados na literatura sobre globalização que permitem a organização e o funcionamento das relações entre atores num contexto globalizado sem a presença de uma autoridade central, assim como os mecanismos que possibilitam e incentivam a adoção pelos Estados nacionais de práticas de política monetária condizentes com o direcionamento destas relações.

Os três principais conceitos abordados no capítulo são a *cientifização*, a *mercantilização* e o *isomorfismo*. Esses três fenômenos são os mecanismos fundamentais de governança global (Meyer, 2006; DiMaggio e Powel, 1983) e entende-se nessa análise que, para a compreensão dos processos e orientações presentes nas deliberações do Banco Central, são os fenômenos de maior relevância teórica. O capítulo é dividido em três seções, cada qual tratando de um dos conceitos-chave e onde serão expostas suas definições, principais características e implicações, bem como alguns aspectos nos quais se articulam e assim contribuem para uma visão geral dos processos de poder e organização da governança global.

1.1 - Cientifização, cultura instrumental e ciência como “religião”

A globalização moderna, por sua própria característica de transnacional, necessita ser organizada a partir de mecanismos distintos do tradicional controle e potencial coercitivo dos Estados-nação. A inexistência até os dias atuais de uma estrutura similar a um “Estado mundial” ou de um sistema regulatório forte e abrangente capaz de exercer seu poder sobre o conjunto de atores do planeta levanta a questão sobre quais mecanismos, na contemporaneidade, organizam as relações entre diferentes e crescentes participantes na dinâmica internacional. Um fenômeno chave responsabilizado por esse papel é o do avanço da lógica, de atores e de atividades legitimados pelos pressupostos científicos ocidentais, dessa forma chamado de *cientifização* (*scientization*) (Drori e Meyer, 2006)

A ascensão de um sistema de conhecimento pretensamente universal que autoriza a participação de atores sob certas condições nas relações globais – a cientifização – “disciplina e racionaliza as caóticas incertezas de ambientes sociais, facilitando a articulação de sistemas de regras articulados, de forma que os atores sociais possam se organizar para lidar com eles” (Drori e Meyer, 2006, p. 31; tradução minha). Assim, a difusão transnacional dos pressupostos científicos como balizadores das relações entre diferentes atores e da sua organização interna toma o lugar dos sistemas regulatórios tradicionais, que antes ocupavam posição central na organização do mundo moderno.

De acordo com Meyer, o processo de cientifização possui algumas características distintivas. Em primeiro lugar, ele é governado pela ética e exigências profissionais da ciência, assim como pela certificação de instituições de educação superior, fontes tradicionais do conhecimento científico. Como se verá mais adiante com os estudos já realizados sobre a cientifização nos Bancos Centrais, atualmente percebe-se também espaços de criação científica distintos das instituições acadêmicas tradicionais. Em segundo lugar, a cientifização é concebida como neutra em valores, colocando-se alheia a concepções ideológicas e aos diferentes interesses presentes nos conflitos políticos e sociais. Por último, ela se baseia no conhecimento especializado em torno dos mais diversos assuntos e espaços sobre os quais avança (idem; ibidem).

A cientifização demanda, portanto, a racionalização das práticas organizativas e relações sociais pelas quais os atores interagem na globalização. O mesmo processo, por outro lado, “oferta” novas possibilidades para seus participantes, pois expande a capacidade dos atores sociais de se organizar e agir em uma escala mais ampla. Isso ocorre por meio da expansão global dos sistemas educacionais, que ampliam o acesso e a capacidade para o debate científico a novos atores, e pela propagação do que Drori e Meyer chamam de “elaborados mitos sobre a capacidade empoderada de agência humana e de ativismo [*actorhood*]” (Drori e Meyer, 2006, p. 32; tradução minha), os quais tomam forma em elaborações teóricas que fazem referência à entidade social como essencialmente racional e *a priori* delimitada, e que produzem explicações sobre motivações humanas, interesses corporativos e impulsos nacionais a partir de pressupostos de racionalidade

O crescimento da cientifização ocorre em volume e escopo, mas também em suas implicações sobre questões sociais. Drori e Meyer observam que “a agenda de pesquisa e achados científicos formam os modelos, ou roteiros, com os quais nós interpretamos e então construímos

o mundo” (Drori e Meyer, 2006, p. 43; tradução minha). Assim, diferentes campos da ciência, como a economia, a medicina e as ciências ambientais, definem, por exemplo, os termos do desenvolvimento, da saúde e da sustentabilidade ambiental, assim como apontam as ferramentas e os tipos de políticas adequadas para se lidarem com essas questões:

“(...) econometric models calculate investment as one of the factors that affect prospects of national development and of corporate growth, thus encouraging investment as a standard practice; medical research asserts healthy eating habits as one of the factors that encourage longevity, thus setting diets as a growing health-related sector; and environmental scientists point to deforestation as a source of ruin, thus marking forest conservation as an action point for many international organizations and governments”

(Drori e Meyer, 2006, p. 43)

Por outro lado, a difusão ampla de ideias consideradas científicas nas mais diversas áreas necessita, para que ocorra, de uma hipótese universalista da ciência, considerada operante em diferentes contextos. A ciência difundida pressupõe-se baseada em “leis naturais” ou “princípios sociais”, derivados de padrões observáveis e considerados importantes em qualquer lugar ou contexto do mundo. “Nesse sentido, o conhecimento serve como uma rede para a ação: questões são codificadas e legitimadas por meio da ciência que estabelece as expectativas para a ação e para a produção de políticas”. Dessa maneira, com a era da globalização, “a racionalização cultural (...) conseguiu um lugar dominante nos assuntos mundiais, especialmente nos que se refere à produção de regras transnacionais” (Drori e Meyer, 2006, p. 44; tradução minha)

A expansão da ciência possui, portanto, um caráter bastante profundo, o qual alcança proporções ontológicas e cosmológicas: o fenômeno de racionalização cultural chega a se assemelhar a uma espécie de religião no mundo moderno, capaz de interpretar qualquer aspecto do universo sob seu sistema de premissas. A amplitude e força que alcança coloca todo tipo de aspectos da vida social sob seu escrutínio, e em consequência, incentiva ou ameaça organizá-los de acordo com as perspectivas consideradas racionalmente adequadas (Drori e Meyer, 2006).

Por outro lado, o aspecto religioso que se observa na ciência não retira- talvez até alimente - seu potencial de controle e poder técnico sobre a natureza e sobre a vida humana. Meyer e Drori lembram que especialmente em situações nas quais agentes claramente estruturados detêm a autoridade de definir as principais questões da natureza e dos seres humanos, não é difícil de se

imaginar a ocorrência de arbitrariedades de poder que afetem milhões de pessoas e o meio-ambiente ao redor do mundo. No entanto, é preciso considerar o aspecto dialético desse processo, já que o mesmo fenômeno que padroniza comportamentos e leva a cientifização para virtualmente todos os ambientes sociais também causa um importante impacto democratizante, que inclusive facilita o questionamento do *status quo*. Na medida que os pressupostos científicos se universalizam por meio da expansão dos sistemas educacionais, novos agentes conquistam a autoridade necessária para a produção de conhecimento dentro dos padrões aceitáveis globalmente, e, dessa maneira, obtém a capacidade necessária para a contestação científica dos padrões estruturados e para a proposição de novos paradigmas (idem, ibidem).

Compreendido o conceito da cientifização e suas principais características, cabe se perguntar a respeito das principais fontes desse processo e de seus maiores efeitos sobre os atores que dele participam. Em artigo de Meyer (2000), o fenômeno da cultura instrumental a nível global (base da cientifização) é analisado a partir de seus principais participantes, de seus mecanismos de difusão e das mudanças que causa nas sociedades e Estados. O autor constata o fato de que, na era da globalização, “modelos comuns de ordem social se tornam impositivos em muitas e diferentes configurações sociais”, e pretende explicar esse fenômeno: “porque isso surge, como se organiza e as consequências que acarreta” (Meyer, 2000, p. 233 e 234; tradução minha).

A difusão da cultura instrumental ocorre, de acordo com Meyer, devido a dois aspectos centrais da sociedade mundial: o fato de não haver um Estado centralizado, de forma que o esforço se dá pela construção de princípios culturais comuns – mais que burocracias “tradicionais” - que podem produzir as ações desejadas nas subunidades da sociedade mundial; e porque há nesse processo atores fortes e legitimados a agir sob princípios coletivos válidos e universais. Estes atores ascendem a partir de análises científicas racionalizadas da natureza como universal e adequam estas a ações propositivas (Meyer, 2000).

Essas características são fundamentais para o surgimento do que Meyer denomina “ativismo” (*actorhood*) entre os participantes do mundo globalizado. Com o modelo de “ativismo” global, o papel desempenhado pelos atores da globalização muda consideravelmente. Deles, passa-se a esperar “claros propósitos, tecnologias voltadas para resultados, e fontes analisadas” (Meyer, 2000, p. 237; tradução minha). Ou seja, o entendimento generalizado (e irrealista) dá centralidade à capacidade e necessidade que os participantes supostamente possuem de agir, a partir de

ferramentas científicas, sobre metas e resultados bastante claros e cientificamente respaldados. Em resumo, de serem “pequenos deuses” (Meyer, 2000, p. 237; tradução minha) sob regras legitimadas num ambiente racionalizado e padronizado. Para conseguir responder a tais expectativas, mas não necessariamente resolver as questões reais pelas quais passam, os atores criam e usam regras de vários tipos que estabilizam suas ações. Esse fenômeno ocorre com diferentes tipos de atores e em diferentes níveis: Estados-nação utilizam-se, por exemplo, de amplas análises culturais sobre como conseguir alcançar desenvolvimento socioeconômico, justiça e equidade, a partir das quais estabelecem padrões de organização que, “apesar de não funcionarem muito bem, ao menos são demonstrações de ativismo legítimo as quais, no fim das contas, são o propósito central” (Meyer, 2000 p. 238; tradução minha).

A constatação do ativismo enquanto característica marcante da cultura instrumental global não explica, no entanto, como modelos culturais relativamente homogêneos atingem os mais diversos atores. Meyer lança, então, o conceito de “ativismo por outros” (*otherhood*). Essa prática diz respeito à construção de modelos racionalizados e científicos que servem de referência de aplicação ao conjunto de participantes da sociedade global. Enquadram-se aí tanto os agentes de “contemplação da lei universal”, mais afastados das medidas práticas (como professores e teóricos de renomadas universidades, por exemplo), quanto os atores de nível intermediário (organizações, consultorias) que a partir das descobertas dos profissionais “puros”, fornecem “soluções” universais ao conjunto de atores de certo tipo na sociedade mundial. Num nível mais concreto, o “*otherhood*” é exercido por organizações que fornecem modelos de conduta para Estados, organizações e indivíduos a partir de análises científicas que se pretendem verdadeiras em qualquer contexto e momento. Os próprios atores suscetíveis a essas propostas, no entanto, também fazem esforços para fazer valer seus modelos como universais (Meyer, 2000). Em termos de política econômica, organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) e agências de classificação de risco de investimento são exemplos paradigmáticos na prática de “*otherhood*”, pois suas “recomendações” muitas vezes tornam-se modelos altamente legitimados para significativas reformas aplicadas por Estados nacionais mesmo que em contextos bastante heterogêneos.

Os diferentes atores da dinâmica global são, portanto, tanto “ativistas” sempre dispostos a construir e aplicar modelos científicos de ação e organização racional, como potenciais

propagadores de seus próprios modelos. Toda essa dinâmica, é importante reforçar, admite *a priori* a universalidade do pensamento instrumental, supostamente capaz de produzir fórmulas adequadas a quaisquer situações independentemente das variações temporais ou contextuais que possam existir entre elas (Idem, ibidem).

Algumas consequências da globalização nos termos da expansão da ciência e da cultura instrumental são, então, observáveis: em primeiro lugar, está o isomorfismo (exposto em mais detalhes na seção 1.3). A presunção de aplicabilidade universal de modelos de ação e a suposição de que os modelos bem-sucedidos representam uma espécie de “verdade científica” levam a uma profunda homogeneização cultural de Estados, organizações e indivíduos. Como lembra Meyer, “sociedades variam de 100 para 1 em recursos e enormemente em suas tradições. Mas elas adotam surpreendentemente formas parecidas de modernidade” (Meyer, 2000, p. 243). A segunda consequência é a alta estruturação interna dos participantes envolvidos. Estes, para conquistarem legitimidade enquanto atores, adquirem uma “extrema tendência a planejar, organizar, fazer políticas e postular em torno dos bens do ativismo [*actorhood*] moderno” (Meyer, 2000, p. 244). A terceira consequência é a dissociação local das práticas adotadas pelos atores em relação a seus discursos: a expansão global de normas e princípios muitas vezes põe em evidência uma certa “hipocrisia” dos atores, que, na prática, não tem interesse ou capacidade de implementar aquilo que defendem enquanto modelo de ação adequado. Meyer reforça, no entanto, que isso não significa que a difusão de tais modelos seja irrelevante, pois ao longo do tempo eles tendem a mudar padrões de atuação de Estados, organizações e indivíduos de forma independente. Na verdade, a dissociação local das práticas dos atores pode cumprir uma função positiva de levar à descoberta de novos problemas e inconsistências sociais por parte de seus responsáveis diretos, que se tornam então capazes de construir reformas visando resolvê-los (Meyer, 2000).

Por fim, tem-se o fenômeno da “glocalização” (*glocalization*). Esse é um processo no qual os diferentes atores da sociedade global estão por princípio – o que é fundamental para a construção de modelos de ação globais - legitimados a demonstrarem sua “identidade única”, uma subjetividade em relação a todos os demais, mas só podem fazer tais demonstrações dentro dos termos daquilo que é estabelecido como racional e científico pelos moldes globais. Como resultado, essas diferenciações passam a se concentrar em áreas as quais não tem relação direta com as temáticas mais afetadas pelos modelos científico-rationais disseminados globalmente,

como língua, vestimenta, gastronomia, tradições, paisagens e estilos de família, em detrimento daquelas em que se identifica um grau elevado de racionalização e cientificação (idem, ibidem).

1.2 - Mercantilização: o mercado é a referência

Um dos processos fundamentais ocorrido nas últimas décadas, no que se refere à dinâmica da governança global, é a chamada *mercantilização (marketization)* ideológica e dos arranjos institucionais em vigor. A mercantilização ideológica, ou a ascensão da ideologia de mercado como hegemônica, faz referência à crença na maior eficiência dos mercados na alocação de recursos. Quando assumida em seu modo extremo, a ideologia de mercado prega a superioridade das relações de mercado em praticamente todas as esferas da vida humana. A mercantilização dos arranjos institucionais toma forma na realização de reformas orientadas ao mercado (*market-oriented*) por uma expressiva parte dos Estados nacionais ao redor do mundo. Essas reformas visam fortalecer a emergência e o desenvolvimento dos mercados, reivindicando políticas de estabilização macroeconômica, privatizações, desregulação, liberalização do comércio internacional e dos fluxos de capital. Enfraquecem, por outro lado, arranjos institucionais alternativos a tal direcionamento (Djelic, 2006).

O entendimento da mercantilização contemporânea envolve a identificação de suas raízes intelectuais, de sua sustentabilidade ideológica ao longo do tempo, dos mecanismos por meio dos quais ocorre sua difusão entre os atores e de quais são seus principais efeitos sobre arranjos políticos, legais, econômicos e culturais. As origens da visão crente na superioridade dos mercados remetem à escola liberal clássica, representada em seus primórdios pela obra de Adam Smith na defesa do liberalismo econômico. Smith dialogava e criticava, em seu tempo, o mercantilismo e seus proponentes, afirmando – a partir da ideia de *homo economicus* originária do liberalismo político de John Locke – o aspecto “natural” e predecessor das relações de mercado em relação às outras esferas da vida e convivência humana. A esfera econômica era concebida como naturalmente estável, ordenada e estruturada por “leis naturais”, especialmente a propensão à troca, a divisão do trabalho, a competição e a presença da “mão invisível” do mercado. O desenvolvimento das relações de mercado, dessa forma, significava não apenas uma melhoria no bem-estar individual e coletivo, mas um avanço moral, político e social. Por outro lado, Smith condenava o intervencionismo de autoridades políticas na esfera econômica. Tal denúncia é parte

importante da ligação entre o pensamento deste autor e o liberalismo contemporâneo (idem, *ibidem*).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e especialmente com a Grande Depressão a partir de 1929, o liberalismo econômico e sua crença nas virtudes superiores inerentes ao mercado foram relegados a alguns poucos centros intelectuais, especialmente até o fim da Segunda Guerra Mundial, e passaram a ter influência reduzida nas decisões e políticas implementadas ao longo de grande parte do século XX (Hobsbawm, 1995; Djelic, 2006). Os três principais núcleos que então sustentaram a corrente de pensamento foram a escola de Chicago, a escola austríaca e o grupo dos ordo-liberais da escola de Friburgo. A escola de Chicago - originária da universidade de mesmo nome criada em 1892 com a contribuição financeira do magnata da indústria petrolífera estadunidense John D. Rockefeller – cristalizou-se a partir da década de 1930 e foi a origem de nomes famosos do pensamento econômico ortodoxo, como Jacob Viner e Milton Friedman. Seu enfoque originário difere de maneira importante em algumas questões em relação ao liberalismo clássico de Adam Smith, pois enquanto este último admitia algumas condições para o bom funcionamento do livre mercado, ela prega uma conciliação entre o mercado e as vantagens do capitalismo de grandes corporações e oligopólios econômicos – fato que permanece ainda hoje como uma de suas marcas características. A escola austríaca, a qual teve como nomes mais famosos os economistas Ludwig Von Mises e Friedrich von Hayek, tinha como enfoque principal a dinâmica do capitalismo, com o empreendedor como sua figura principal. Os economistas austríacos foram pioneiros no embate com o pensamento econômico marxiano, o qual teve nas publicações de Von Mises um marco dessa disputa, contribuindo para a associação da escola a um convicto anticomunismo. Os ordo-liberais da escola de Friburgo, por sua vez, foram um pequeno grupo defensor da ideologia liberal em um ambiente bastante desfavorável a suas ideias. Seus teóricos culpavam o coletivismo, a cartelização, a intervenção estatal e o protecionismo pela ascensão do nazismo. Com a ocupação da Alemanha no pós-guerra, a escola se tornou um ator importante na transformação do capitalismo alemão (Djelic, 2006).

As décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial presenciaram uma gradativa ascensão do liberalismo de volta à cena intelectual. Novos *think-tanks* foram criados e cresceram no período, como a “Mont Perelyn Society” (1947), a Fundação *Heritage* (1973) e o Instituto *Action* (1990). Na década de 1970, a corrente de pensamento já estava novamente consolidada nos debates

intelectuais. Isso foi fundamental para que, a partir da década seguinte, o liberalismo voltasse aos círculos de produção de políticas, num contexto em que novas “janelas políticas de oportunidade” (*political windows of opportunity*) foram criadas (Djelic, 2006). Como coloca Djelic,

During the 1970s, the liberal agenda moved progressively from marginality to centre stage. The process reflected in part chance and opportunities and in part the entrepreneurial flair of a few individuals who managed to identify those opportunities and ride on the wave.

(Djelic, 2006, p. 64)

Dessa maneira, os choques do petróleo da década de 1970, ao gerarem uma combinação de alta inflação e baixo crescimento econômico – considerada incompreensível a partir dos pressupostos keynesianos então predominantes nas decisões políticas – foram interpretados como evidências de fragilidades estruturais nas economias por eles atingidas. Economistas e atores políticos, inspirados no renascimento liberal das décadas anteriores, passaram a culpar o intervencionismo estatal pela problemática situação econômica. Assim, o monetarismo e a “supply-side economics”, por meio de seus divulgadores, apontavam para o mercado e o mecanismo de preços como alternativas de gestão da economia. Djelic define essas propostas da seguinte maneira:

The term “supply-side economics” was coined in the 1970s to refer to the liberal policy package that targeted stagflation. Supply-side economics were inspired by Austrian economics and libertarian philosophy and in close intellectual affinity with Chicago-style monetarism and liberalism (Leeson 1998). A starting proposition was that economic growth depends upon market efficiency and the smooth allocation of resources for production. The policy recommendation was to remove impediments to free markets and to reduce in particular state involvement. This translated into privatization, deregulation, a scaling back of welfare benefits and tax cuts. Supply-side economics also recommended free trade as a means to “healthy” competition. Monetarism, closely associated from the start with supply-side economics, had the curbing of inflation as a key objective. The argument was that free market economies were inherently stable in the absence of major fluctuations in money supply and hence in the absence of government meddling into monetary issues. Central banks, as a consequence, should be strong and independent.

(Djelic, 2006, p. 65)

Além da crise praticamente global dos anos 1970, Djelic(2006) cita outros quatro aspectos contextuais presentes na volta do liberalismo à *práxis* política: a maior dependência de muitos

países nas instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial); a queda do Muro de Berlim, que simbolizava uma vitória do capitalismo e do liberalismo sobre o comunismo e sua herança intervencionista; o contínuo enviesamento na difusão de ideias e regras institucionais a partir dos Estados Unidos para o resto do mundo, dada sua hegemonia global; e a conquista de maior presença, influência e força pelos economistas como uma comunidade epistêmica e como atores políticos, além da homogeneização global de sua profissão, o que, tendo-se em conta a hegemonia estadunidense mundial, levou à rápida difusão do estilo de Chicago de pensamento econômico para outros países.

Nesse contexto característico, as ideias e práticas orientadas ao mercado tem uma oportunidade distintiva para ressurgirem. Isso ocorre, como coloca Djelic (2006), por meio de seis tipos principais de “transmissores” (*carriers*): 1) os transmissores organizacionais, entre os quais se encaixam tanto organizações “clássicas” – como o FMI, o BM e prestadores de serviço multinacionais– como organizações “em rede” – tais quais a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE); 2) as novas rotinas e práticas, que podem trazer consigo implicações ideológicas e estruturais, como, por exemplo, a tendência à mercantilização observada no estabelecimento de agências públicas independentes; 3) as redes sociais e relacionais constituídas por atores importantes, como aquelas entre os economistas da Sociedade Mont Pelerin e atores centrais de redes institucionalizadas locais; 4) os sistemas normativos e simbólicos, ou seja, conceitos enquadrados ideologicamente e “mitos” institucionalizados (Meyer, 2000) – como os significados de “competição”, “privatização” e “mercado” - os quais podem alterar a priori comportamentos e interações entre os atores; 5) comunidades epistêmicas; e 6) profissionais, estes dois últimos como “redes sociais anônimas ligadas entre si através de sistemas normativos e simbólicos compartilhados” (Djelic, 2006, p. 69).

Além disso, a autora aponta três categorias de mecanismos, ou lógicas, de difusão da mercantilização. Sua classificação é alternativa à realizada sobre o isomorfismo em DiMaggio e Powel (1983), a qual veremos na próxima seção. Djelic diferencia entre a lógica política, a lógica “associada com processos de interação social” e os processos de estruturação e socialização. A lógica política faz referência a situações de dependência e assimetria de poder entre atores, as quais levam a pressões coercitivas que alteram práticas ou mesmo à imitação por parte dos atores dependentes daqueles comportamentos aparentemente mais “modernos”, “científicos” ou

“eficientes”. As “condicionalidades” exigidas pelo FMI ou pelo Banco Mundial para a concessão de empréstimos a países, embasadas na aplicação das políticas e reformas que essas instituições defendem, são um bom exemplo de lógica política de difusão. Os processos de interação social são as relações ocorridas no interior ou entre redes sociais, por meio das quais a mercantilização é defendida e propagada. Exemplo dessa lógica é a já comentada aparição e o desenvolvimento de vários *think tanks* neoliberais na última década e as relações surgidas entre estes centros de pensamento e círculos de políticas. Os mecanismos de estruturação e socialização, por fim, são processos “pelos quais as regras do jogo são definidas e constituídas para refletir uma ideologia particular e práticas associadas” (Djelic, 2006, p. 70, tradução minha), a partir de então socializadas entre os atores. Tais regras se tornam mais poderosas na medida em que seus enquadramentos ficam mais invisíveis entre os participantes. Um bom exemplo em relação a esse processo é a ascensão da escola de Chicago entre economistas. Surgida com a contribuição de interações políticas e sociais, atualmente esse núcleo de pensamento é influente devido ao seu poder estruturador conquistado por tradição. Suas raízes iniciais, pautadas de maneira significativa na lógica política e em processos de interação entre atores não são mais automaticamente visíveis.

A mercantilização, a partir de distintos mecanismos e lógicas aqui expostos, tem sido um profundo processo de mudanças econômicas, políticas e sociais. Várias são suas consequências mais visíveis. No campo das políticas macroeconômicas, prevaleceram as privatizações, a desregulação e a liberalização. As privatizações iniciadas na Grã-Bretanha e Chile espalharam-se rapidamente nos fins da década de 1980 e nos anos 1990, a despeito das evidências mistas sobre seu sucesso econômico e social. As mudanças no papel de regulação do Estado levaram à emergência de agências regulatórias independentes, à filosofia auto-regulatória a partir da qual áreas do Estado transformam-se em “mercados” nos quais atores negociam e interagem com vistas a encontrar um ponto de equilíbrio supostamente mais eficiente, à cientificação e tecnificação de vários processos de controle em detrimento de mecanismos políticos, à revolução do “new public management” em várias partes do mundo – a “gerencialização” das burocracias de Estado caracterizada pela busca de maior transparência, eficiência e “orientação ao consumidor” nas políticas públicas -, e à ideia de que os Estados deveriam se desengajar de algumas políticas sociais e de bem-estar social. A liberalização comercial e financeira foi crescente a partir do início da década de 1980, e a propagação do monetarismo significou a difusão e aplicação da ideia de Bancos Centrais independentes e de práticas relacionadas, como os regimes de metas de inflação,

em muitos países. Por outro lado, houve um isomorfismo crescente nos discursos, práticas, organizações e instituições financeiras pelo mundo. Também foram resultados da mercantilização a expansão dos mercados financeiros, que passaram a ocupar posição central em muitas indústrias, e do “liberalismo cultural”, uma formação ideológica que coloca o indivíduo no centro das atenções, a partir da qual se propagaram ideias padronizadas sobre direitos, competências e poderes individuais (Djelic, 2006)

1.3 - Mesmas práticas e organizações: o crescente isomorfismo global

O processo de difusão global de determinadas práticas e configurações organizacionais para amplas partes do mundo é um dos elementos estruturantes mais significativos da atualidade. Percebe-se a homogeneização progressiva de organizações e instituições em suas práticas e estruturas em torno de padrões considerados ótimos, modernos e eficientes, a despeito dos variados contextos dos quais façam parte. A esse processo, dá-se o nome de *isomorfismo*. O entendimento das origens e dos mecanismos por trás desse fenômeno é, portanto, de importância central para a análise dos efeitos da globalização nas instituições dos Estados nacionais.

A respeito das raízes do isomorfismo, é necessário recordar os movimentos iniciais de burocratização e racionalização, centrais à estrutura do Estado moderno e que, ao se difundirem, constituem um elemento central na dinâmica econômica e política da sociedade moderna (DiMaggio e Powel, 1983). Para Max Weber, em *A Ética Protestante do Espírito do Capitalismo* (1968), a burocratização resultou de três causas relacionadas: a competição entre empresas capitalistas no mercado, a competição entre Estados e as demandas burguesas por proteção igual perante a lei. Entre elas, o mercado competitivo é o aspecto mais importante (DiMaggio e Powel, 1983). No entanto, de acordo com DiMaggio e Powel (1983), esse processo de burocratização e racionalização, se iniciado e conduzido em grande medida pelos imperativos propostos por Weber, atualmente já não possui os mesmos determinantes. As corporações e Estados já se encontram burocratizados, porém ainda sofrem contínuos processos de homogeneização de suas estruturas. Os autores defendem, dessa maneira, a existência de outros mecanismos de difusão de homogeneização organizacional, os quais não necessariamente tornam as organizações mais eficientes.

Se, no entanto, a adoção de configurações e práticas por parte das organizações não tem necessariamente como pano de fundo a conquista de maior eficiência em seus procedimentos, tal qual prevê a visão de competição mercadológica de Weber, quais seriam as causas principais para este processo? Di Maggio e Powel (idem), em seu clássico ensaio sobre isomorfismo, defendem que a partir do momento em que distintas organizações são estruturadas dentro de um campo organizacional (um agregado de organizações que constituem uma área reconhecida da “vida institucional”), “forças poderosas emergem levando-as a se tornarem parecidas umas com as outras”. Assim, “no longo prazo, atores organizacionais tomando decisões racionais constroem em volta de si um ambiente que constribe sua capacidade de mudar mais nos anos seguintes” (DiMaggio e Powel, 1983, p. 148). Nesse ambiente, os atores organizacionais podem de fato buscar inovações que ampliem sua performance, porém, estas práticas tendem a estar inseridas em valores relacionados à sua legitimidade enquanto organizações de determinada área, e não necessariamente ao potencial técnico de suas ações.

Distinguem-se, dessa forma, duas categorias de isomorfismo: o isomorfismo competitivo, cujo fio condutor é a busca por melhor performance organizacional dentro de um sistema aberto à competição na lógica de mercado; e o isomorfismo institucional, central para o entendimento das organizações modernas, no qual “organizações competem não apenas por recursos e consumidores, mas por poder político e legitimidade institucional, por conveniência social e econômica” (DiMaggio e Powel, 1983, p. 150, tradução minha). O primeiro tipo de isomorfismo é aquele identificado na burocratização e racionalização descrita por Weber, e também pode ser observado em inovações iniciais. A segunda categoria, no entanto, se desenvolve em paralelo à maior estruturação do campo organizacional em questão, e passa a ditar o processo de homogeneização entre os atores deste campo (idem, ibidem). É essa segunda forma que ocupa posição central em vários processos de padronização de comportamentos do mundo contemporâneo, e que, supõe-se neste trabalho, melhor captura as inter-relações entre as principais práticas e estruturas dos Bancos Centrais atuais.

Na tipologia de DiMaggio e Powel (idem), as mudanças isomórficas institucionais ocorrem por meio de três mecanismos distintos (apesar de empiricamente costumarem se confundir): o isomorfismo coercitivo; o isomorfismo mimético e o isomorfismo normativo. Eles se caracterizam da seguinte maneira:

- a) *Isomorfismo coercitivo*: é resultado de pressões formais ou informais exercidas sobre organizações por outras organizações das quais as primeiras são dependentes, ou por expectativas culturais da sociedade na qual as mesmas se encontram. Essas pressões podem ser interpretadas como conduzidas à força, por persuasão ou mesmo como “convites para integrar um grupo” (DiMaggio e Powel, 1983, p. 150, tradução minha). Seu aspecto coercitivo, no entanto, está no fato da obrigatoriedade de adaptação por parte dos atores que sofrem o processo como forma de obter algum tipo de legitimidade no ambiente em que atuam. A adaptação de empresas e outras organizações a novos regulamentos públicos e a hierarquização da estrutura de associações como forma de ganharem legitimidade na relação com outros atores são exemplos do tipo coercitivo de isomorfismo;
- b) *Isomorfismo mimético*: Em ambientes de incerteza, quando as metas são ambíguas ou as tecnologias organizacionais não são muito bem compreendidas, “organizações podem modelar-se por outras organizações” (idem, ibidem, p. 151). A imitação tem como maior vantagem a economia de ação humana, a aplicação de novas soluções às organizações a um custo menor que aquele necessário caso se buscassem alternativas pioneiras. Essa modelagem pode ocorrer de forma intencionada ou não, indiretamente por meio de transferência de empregados entre organizações, por exemplo, ou explicitamente por organizações como associações de comércio e empresas de consultoria. A onda global de mercantilização a partir da década de 1970, por exemplo, possivelmente deve-se em parte à reação de vários Estados nacionais a um ambiente econômico de incerteza e instabilidade, o qual os levou a adotarem modelos de políticas considerados bem-sucedidos e, portanto, adequados mesmo a realidades e circunstâncias distintas daquelas em que foram aplicados originalmente;
- c) *Isomorfismo normativo*: Nesta categoria, DiMaggio e Powel se referem especialmente aos processos de profissionalização e sua relação com a homogeneização das organizações. A profissionalização - entendida como a luta coletiva de membros de uma ocupação pelo estabelecimento de legitimidade e “base cognitiva” para sua autonomia ocupacional, assim como pelo controle dos atributos dos profissionais de sua área e pela definição de métodos e condições de seu trabalho – desenvolve, por meio da produção cognitiva especializada das universidades e de associações profissionais, normas sobre comportamentos profissionais e organizacionais. Assim, por meio da filtragem de membros ingressos nas

organizações de acordo com os perfis legitimados em suas ocupações profissionais, bem como por meio da hierarquização profissional dentro de campos organizacionais – sustentada pela própria estruturação dos campos – e pelo intercâmbio de profissionais de determinado campo organizacional entre suas diferentes organizações, as orientações e modelos produzidos pelas categorias profissionais funcionam como um elemento homogeneizador de organizações. A investigação sobre a formação acadêmica e profissional dos presidentes e diretores do Banco Central realizada neste trabalho pretende avaliar a existência ou não e em que nível ocorre (caso se conclua que exista) esta forma de isomorfismo nos cargos mais altos da referida instituição.

As categorias do isomorfismo institucional ajudam a visualizar com mais detalhes os processos (supostamente) guiados pela racionalização em amplos temas relacionados à economia, política e sociedade mundial. Ao desmistificar a visão clássica de racionalização, burocratização e homogeneização como consequências exclusivas da conquista de maior eficiência entre os atores em um ambiente competitivo, as teorias do isomorfismo institucional trazem consigo novas ferramentas de análise das relações globais de poder na definição e transmissão de padrões organizacionais de unidades centrais para as subunidades (Di Maggio e Powel, 1983). Assim, novas perguntas e agendas de pesquisa surgem: quais são as unidades protagonistas em âmbito global na produção de padrões de comportamento organizacional de Estados, empresas, organizações sociais e pessoas? Como esses padrões são disseminados e readaptados aos contextos locais? Quais são as possibilidades e ferramentas disponíveis aos atores para a contestação e subversão dos padrões dominantes?

As discussões realizadas neste capítulo sobre três dimensões essenciais de organização global – cientifização, mercantilização e isomorfismo – intentaram pautar de maneira geral estas questões. A articulação da tese do isomorfismo institucional com os conceitos de cientifização e de mercantilização oferece uma perspectiva mais concreta dos atuais movimentos de poder e legitimidade que orientam e organizam as relações entre atores e estruturam suas práticas e configurações internas. Além disso, é possível perceber uma série de aspectos nos quais estes três fenômenos interagem entre si ou mesmo se confundem. O distanciamento da busca pelas “melhores” ou “mais eficientes” alternativas de organização entre os atores em detrimento daquelas que lhes oferecem legitimidade enquanto agentes ao olhar externo, por exemplo, é

elemento característico dos processos de isomorfismo e de cientificação. Por outro lado, o isomorfismo mimético foi significativo nos processos de mercantilização das últimas décadas, como Deli (2006) afirma quando o categoriza como mecanismo político de difusão da lógica de mercado. O mercado e a ciência também se articulam nessa dinâmica, como atesta a influência em círculos políticos de redes sociais de economistas, profissionais e comunidades epistêmicas provenientes de escolas defensoras da implementação de políticas orientadas ao mercado.

A discussão segmentada de cada um desses processos, no entanto, permite uma melhor visualização de suas particularidades e de como se fazem presentes na organização global, além de oferecer ferramentas metodológicas mais precisas para a análise do objeto central deste trabalho, que são as deliberações sobre Comitê de Política Monetária do Banco Central. A investigação das dimensões de poder que guiam essas deliberações e de sua articulação com as dinâmicas globais passa, ainda, por um melhor entendimento dos modelos de política monetária e das funções políticas e institucionais que estes atribuem ao Banco Central. Será este, portanto, o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

Política Monetária e Banco Central: Trajetórias Históricas, Principais Papeis e Debates

O presente capítulo apresenta os principais debates sobre política monetária e as principais características da instituição responsável por sua execução: o banco central. O entendimento da trajetória histórica e dos papéis atribuídos ao banco central – tanto em sua versão brasileira quanto em sua forma institucional geral – é de suma importância para a análise de processos de governança global na política monetária, dado que, como objeto do estudo aqui proposto, esta instituição historicamente possuiu distintas relações com dinâmicas como a ascensão global da ciência e do mercado, bem como teve variações em suas principais funções desempenhadas, as quais precisam ser compreendidas para que se tenha uma percepção adequada da relação entre as dimensões de governança global com os papéis hoje imaginados para a autoridade monetária.

Por outro lado, alguns debates contemporâneos no campo da política monetária possuem ligação direta com as dinâmicas da ciência e do mercado atualmente existentes. Neste capítulo, duas discussões correlatas serão abordadas: o debate entre monetaristas e heterodoxos, a respeito das funções que atribuem e as limitações que enxergam na política monetária; e a discussão sobre a independência, ou não, do Banco Central, cuja exposição procura explicar o que essa demanda significa e quais são suas principais implicações em termos políticos. Como se verá adiante, ambas as discussões se relacionam estreitamente com os processos de cientificação e mercantilização discutidos no capítulo anterior, além de acarretarem consequências políticas por meio mecanismos e lógicas de transmissão caracterizados pela homogeneização e isomorfismo de práticas.

O capítulo é dividido em quatro sessões. Na primeira delas, são expostas as principais funções que, de forma mais consensual, atribui-se atualmente ao Banco Central na gestão da política monetária. Também é feita nessa seção uma breve abordagem histórica dos bancos centrais desde seus primórdios, focando em seus principais aspectos e mudanças ao longo do tempo, tanto em relação à instituição do banco central no contexto internacional, quanto na implementação e aperfeiçoamento desta instituição no caso brasileiro. A segunda seção tem como foco o debate entre ortodoxos e heterodoxos em torno da política monetária e a relação direta entre essa discussão e a defesa ou contraindicação da proposta de independência dos bancos centrais em relação aos poderes do Estado e à dinâmica política. São expostas as premissas que guiam cada uma das visões

em disputa e as implicações normativas de cada uma delas para a política econômica e para a configuração político-institucional que defendem como mais adequada a seus objetivos. Na seção final, são apresentados alguns achados já realizados na investigação da relação entre os movimentos de governança global e as tendências políticas e institucionais prevalentes nos bancos centrais em diferentes contextos históricos.

2.1- Banco Central: principais funções e trajetória histórica

As principais funções historicamente desempenhadas pelos diversos bancos centrais existentes, de acordo com a maioria dos historiadores especializados no tema, são: 1) unificar a emissão da moeda de um país; 2) agir como o banqueiro do governo; 3) agir como o banco dos bancos comerciais; 4) servir como emprestador de última instância para bancos e até para o sistema financeiro como um todo; 5) administrar as reservas em moeda estrangeira e controlar o nível dos preços; 6) conduzir a política monetária para administrar o nível geral de atividade econômica; 7) alocação de crédito para alcançar metas nacionais (Epstein, 2006). Epstein (2006) sugere, ainda, três outros papéis exercidos pelos bancos centrais que costumam ser menos lembrados: um papel distributivo da política monetária, ligado ao diferente impacto que uma política promovida por um banco central pode ter entre setores e classes da sociedade; um papel político, no qual um banco central pode atuar, a exemplo do que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, como promotor da soberania e da unidade nacional por meio de suas políticas, ou mesmo como uma instituição integrada às políticas econômicas de governo de maneira geral, situação que envolve a discussão sobre uma maior ou menor “independência” dos bancos centrais a ser tratada com mais detalhes na próxima seção; e um papel alocativo, por meio do qual as políticas dos bancos centrais atuam na lucratividade e no acesso ao crédito de diferentes indústrias, podendo, com isso, cumprir uma função de desenvolvimento nacional.

Essas diferentes funções, no entanto, não se apresentaram de forma homogênea nem surgiram em pouco tempo ao longo da história dos bancos centrais. O desenvolvimento dessas instituições nos moldes como as concebemos atualmente foi um processo longo e com significativas variações de percurso. Para começar, os primeiros “bancos centrais”, assim chamados por obterem do Estado alguns privilégios como o monopólio de emissão de moeda, eram bancos privados e atuavam comercialmente, distintamente das instituições públicas sem fins lucrativos que atualmente costuma-se dar o mesmo nome. Esses bancos recebiam dos governos

alguns privilégios em troca do financiamento de dívidas a juros mais baixos, que contribuíram para a persecução de projetos de desenvolvimento, de centralização administrativa, e, principalmente, de guerras contra Estados competidores (um caso exemplar é o do Banco da Inglaterra, fundado em 1694 durante a guerra entre este país e a França) (Epstein, 2006). Além disso, alguns “bancos centrais” foram criados por simples necessidade de constituição de um sistema financeiro, caso da Holanda e Suécia (Goodhart et al., 1994).

No entanto, a despeito de suas motivações iniciais e do leque de funções que já desempenharam, pode-se dizer que os bancos centrais tiveram como um objetivo central ao longo dos séculos (em uma cronologia de cerca de 300 anos) a manutenção do valor da moeda. Essa meta, por outro lado, nem sempre significou a mesma coisa. Enquanto no período de vigência do padrão-ouro clássico os bancos centrais detinham-se na garantia da convertibilidade da moeda em um valor fixo em ouro, com a erosão desse modelo no início do século XX a estabilidade de preços, antes vista como um objetivo secundário e implícito na convertibilidade da moeda, passa a ser o alvo principal dessas instituições (Idem, ibidem). O combate à inflação (e à deflação) apresenta-se então como função constitutiva e essencial aos bancos centrais, especialmente com o fim do modelo de Bretton-Woods a partir da década de 1970, quando o *modus operandi* hegemônico da política monetária passa a desconsiderar medidas que objetivem outros alvos além da “estabilidade macroeconômica” (Djelic, 2006).

Contudo, vale ressaltar: se o valor da moeda sempre teve importância central na gestão monetária dos Bancos Centrais, não se pode dizer que essa foi a única meta assumida pelos mesmos em seus diferentes momentos históricos. Mesmo durante o período do padrão-ouro clássico, reconhecido como o período *laissez-faire* do capitalismo europeu e quando os bancos centrais ainda eram organizações privadas – e, portanto, orientadas ao lucro e não ao interesse público – tais instituições procuraram direcionar o crédito para usos específicos e limitar instabilidades econômicas associadas com fluxos de capital e de ouro (Epstein, 2006). É reconhecido, no entanto, que a ascensão de outras preocupações à agenda prioritária das autoridades monetárias dos EUA e Europa ocorreu, sobretudo, nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Com os desastres da Grande Depressão e da Segunda Guerra,

Central banks became, once again, important institutions for financing and managing government debts accumulated during the war; and after the

war, central banks also became important tools for rebuilding and restructuring national economies and providing for social needs, often under government's direction. Central banks utilized a variety of credit allocation techniques to accomplish these goals, and in most cases, these techniques were supported by capital and exchange controls on international capital movements

(Epstein, 2006, p. 10)

A despeito da discussão sobre os méritos e deméritos do novo enfoque implementado pelos bancos centrais, fica evidente, portanto, que as políticas adotadas por eles nesse período ultrapassaram em boa medida a perseguição única da estabilidade de preços. No caso dos países “em desenvolvimento”, o enfoque keynesiano adotado somou-se ainda à aplicação de políticas com um viés desenvolvimentista, como a extensão de crédito para bancos e projetos de desenvolvimento. Apenas com a ascensão do modelo econômico neoliberal a partir da década de 1990, é que os bancos centrais passaram a adotar uma política voltada à busca da estabilidade monetária como objetivo virtualmente exclusivo em suas atribuições, não preocupada diretamente com questões como o crescimento do produto e o pleno emprego (Epstein, 2006, Djelic, 2006).

A trajetória histórica internacional dos bancos centrais é mais longínqua e heterogênea que a brasileira. No Brasil, uma primeira configuração institucional similar ao Banco Central surgiu apenas em 1945, formada já como instituição pública, e não privada como no caso europeu. Formalmente, o Banco Central do Brasil só surgiria em 1964 (Corazza, 2006). De acordo com Corazza, o “atraso” do país na criação dessa instituição deveu-se a uma permanente resistência de alguns setores políticos e econômicos do país à ideia, materializada no Congresso Nacional e no Banco do Brasil, além do próprio governo, pois essa proposta provavelmente dificultaria a emissão monetária para suprir suas deficiências fiscais.

Em abril de 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Formalmente, este órgão já possuía o objetivo de “preparar a organização do Banco Central”, disposto em seu artigo primeiro. No entanto, a disputa entre esta instituição e o Banco do Brasil – que até a formalização final do BC em 1988 compartilhou e disputou a posse de várias competências na condução da política monetária – retirou-lhe o controle sobre a moeda e sobre o crédito. Somente a partir da segunda metade da década de 1950 é que a Sumoc passou a exercer algumas funções características de um banco central, como a fixação dos juros de redesconto e do percentual de depósitos compulsórios dos bancos. Nessa fase, delimitou-se melhor as atribuições

do Banco do Brasil, da Sumoc e do Tesouro, que em conjunto compartilhavam as funções de política monetária. Ainda assim, era evidente a prevalência do Banco do Brasil sobre as outras instituições, o que, no fim das contas, tornou as mudanças realizadas com a Sumoc pouco significativas em termos de aperfeiçoamento institucional. Em dezembro de 1964, o Banco Central foi formalmente criado, substituindo a Sumoc em suas atribuições e conquistando funções importantes como a exclusividade na emissão de moeda e a nas operações de crédito ao Tesouro. As operações monetárias ficaram então mais centralizadas e os poderes do Banco do Brasil reduzidos. Contudo, o arcabouço institucional existente na ditadura militar permitia a utilização da conta movimento do Banco do Brasil para a realização de operações financiadas pelo Banco Central em nome do governo. Dessa maneira, o Banco do Brasil ainda se mantinha, na prática, como a verdadeira autoridade monetária. Finalmente, a redemocratização do país trouxe consigo uma série de reformas institucionais que ampliaram a transparência e a separação institucional do Banco Central com relação ao Tesouro e ao sistema financeiro, entre elas o congelamento da conta movimento do Banco do Brasil e a proibição de financiamento direto do Tesouro pelo BC. Dessa maneira, o Banco Central tornou-se do ponto de vista institucional similar à formatação clássica de uma autoridade monetária (Corazza, 2006, p. 2 a 9).

A configuração ideal do Banco Central e as relações que esta instituição deve ter com o governo e o sistema financeiro, no entanto, ainda são discussões acirradas tanto dentro do campo acadêmico quanto do embate político. Corazza (2006) aponta como um dos principais problemas institucionais ainda existentes no BC a questão da zeragem automática. Esta consiste numa “operação triangular entre o BC, o Tesouro e o sistema financeiro, através da qual o BC, além de financiar o Tesouro e garantir aplicações sem risco ao sistema financeiro, inviabiliza sua própria política de controle da liquidez, através da elevação dos juros” (Corazza, 2006, p. 9). Esse mecanismo funciona com a disponibilização diária de títulos públicos em excesso pelo BC às instituições financeiras, com vias a estabelecer a taxa de juros desejada, com a garantia de recompra dos papéis que tenham ficado sem tomador final no fim do dia. O grande problema dessa prática é que, no fim das contas, ela acaba funcionando como um verdadeiro ciclo vicioso que não permite ao Banco Central controlar de maneira apurada a liquidez monetária, porque, por meio dela, o BC “sanciona as aplicações diárias, estimula as instituições a ampliarem sem limites suas aplicações, refinancia o Tesouro, reforça a liquidez e garante aos aplicadores alta liquidez, praticamente sem custo e sem risco.” (Corazza, 2006, p. 10). Para corrigir esta situação e resgatar

o potencial de fazer política monetária do Banco Central parece necessário, portanto, a realização de “reformas que tornem mais claras as relações do BC com o sistema financeiro e também com o Governo” (idem; ibidem). Essa perspectiva inclui-se em um debate mais amplo que atualmente se desenvolve sobre a concessão de uma maior autonomia e independência do Banco Central em relação a outras esferas políticas e de governo, o qual será tratado na seção a seguir em conjunto com as diferentes visões de política monetária que fundamentam as posições em relação a essa medida.

2.2 – Ortodoxia e heterodoxia monetária e a independência/integração do banco central

A temática da política monetária tem como um de seus debates mais acirrados, tanto no âmbito da academia quanto nas arenas de discussão políticas, a questão da maior ou menor independência dos bancos centrais em geral, e em particular o Banco Central do Brasil, em relação a possíveis discricionariedades das autoridades monetárias e, principalmente, de autoridades políticas. Para os fins deste estudo, essa questão se mostra relevante pois seus traços políticos e ideológicos possuem relação direta com os movimentos globais já abordados, quais sejam, a ascensão da ciência, do mercado e a homogeneização das práticas institucionais como forças motoras da globalização contemporânea. Isso se dá porque, por trás das propostas de maior independência ou integração dos bancos centrais em relação às autoridades politicamente legitimadas encontram-se diversas concepções de política monetária e econômica (Mollo, 2003; Mollo, 2004), entre elas, aquelas de viés monetarista que ascenderam em larga escala com os processos de mercantilização e cientifização de instituições e práticas vivenciados nas últimas décadas, bem como com a adoção em grande medida das recomendações de grandes organizações financeiras e pela reprodução em novos contextos de modelos de política monetária considerados bem sucedidos em outras partes do mundo.

A defesa da independência dos bancos centrais fundamenta-se teoricamente em dois princípios econômicos: os princípios da neutralidade e o da exogeneidade da moeda (Mollo, 2003). A tese da neutralidade da moeda consiste na visão de que a variação na quantidade de moeda circulante na economia não interfere – em algumas das abordagens, ao menos no longo prazo - nos níveis reais de renda de um país. Isso se dá porque, de acordo com a visão ortodoxa fundamentada na Lei de Say, a atividade econômica possui, quando livre de interferências indesejáveis, um fluxo circular de renda que conduz de maneira automática a moeda por meio das relações de troca entre

os diferentes agentes econômicos da sociedade. Dessa maneira, uma variação na quantidade de moeda é transmitida a todo o mercado sem falhas significativas, contribuindo apenas para um aumento ou diminuição no nível geral dos preços e para a configuração de um reequilíbrio entre os preços relativos. As abordagens críticas à neutralidade da moeda, por outro lado, consideram que a Lei de Say não permite a identificação de uma série de situações reais de mercado. Isso se deve aos efeitos do entesouramento e do crédito sobre a atividade econômica, não previstos ou considerados irracionais pela ortodoxia. Assim, entre os heterodoxos (marxistas e pós-keynesianos), a variação na quantidade de moeda tem o potencial de afetar os níveis de entesouramento e a alocação de crédito na economia de maneira a permitir novos investimentos e, conseqüentemente, um aumento da renda nacional (Mollo, 2004).

O princípio da exogeneidade da moeda, por sua vez, faz referência à capacidade exclusiva da autoridade monetária de criar moeda necessária à atividade econômica (Mollo, 2003). Assim, segundo aqueles que defendem essa concepção, o banco central tem o potencial pleno de controle da quantidade de moeda na economia e por conseguinte da inflação. Os defensores da tese da moeda endógena, no entanto, entendem ser impossível o manejo total da quantidade de moeda por uma autoridade centralizada, visto que “as autoridades não controlam esta quantidade porque a demanda de moeda, influenciada por pressões internas da economia, afeta a oferta da mesma de forma imprevisível” (Mollo, 2004, p. 324).

Esses dois conceitos relacionam-se diretamente com o que se espera, a partir de suas premissas, como principais funções e capacidades de um banco central: a moeda vista como neutra, ou seja, como efetivamente nula na atividade produtiva real permanente, traz como defesa lógica a ideia de que a autoridade monetária de um país, seu banco central, deve se concentrar essencialmente no controle dos preços da economia, já que outros objetivos como o aumento do crescimento e da renda não poderiam ser logrados com sucesso a longo prazo; a visão da exogeneidade da moeda, por sua vez, sugere que é viável e factível que tal função seja realizada exclusivamente pelo banco central e pela política monetária, na medida em que, segundo tal concepção, a criação de moeda, responsável direta pelo nível dos preços, depende em última instância da autoridade monetária (Mollo, 2003).

Assim, as formulações teóricas em questão levam à construção de um modelo ideal e específico de banco central. Na visão monetarista, a função primordial cabível à autoridade monetária é a perseguição da estabilidade de preços, e para isso, esta instituição

“precisa estar livre de pressões: do governo, para criar mais moeda e então financiar seus gastos; do Congresso, cujos interesses políticos podem pressionar por mais recursos orçamentários; e dos bancos, cujos empréstimos são controlados pelo banco central no processo de criação de moeda. É para deixar o banco central livre de tais pressões e então restringir a criação de moeda – processo visto como determinante da inflação - , e assim estabilizar preços, que regras de emissão e gestão monetária são prescritas”

(Mollo, 2003, pp. 334 e 335)

Uma maior autonomia do banco central em relação às autoridades políticas e o estabelecimento de regras fixas de política monetária – a exemplo dos regimes de metas de inflação - mostram-se, dessa maneira, importantes para que sua principal tarefa seja desempenhada com competência. A moeda exógena sustenta essa percepção, já que, como único responsável pela criação de moeda (e consequentemente pelos níveis de inflação da economia), o banco central tem a possibilidade de e manipulá-la a partir de regras pré-estabelecidas e distanciadas de conjunturas políticas, econômicas e sociais específicas.

As correntes heterodoxas do pensamento econômico apresentam uma visão distinta em relação à ideia de independência do banco central, fruto das discordâncias teóricas que possuem com a ortodoxia. Ao negarem a neutralidade e a exogeneidade da moeda, muitos adeptos de visões heterodoxas rejeitam, por conseguinte, que seja função primordial – e mesmo possível – dos bancos centrais o controle estrito dos preços na economia. Na verdade, muitos deles – em particular os pós-keynesianos – acreditam que ao banco central cabe a manutenção de baixas taxas básicas de juros que estimulem o investimento produtivo, bem como o acompanhamento do sistema financeiro com vias a evitar que crises localizadas se tornem crises de liquidez generalizadas na atividade econômica. Para que isso seja possível, não se pode conceber uma autoridade monetária impedida de atuar com discricionariedade – em “sintonia fina” com a economia - devido a regras pré-estabelecidas e afastadas do escrutínio público. De fato, porque os bancos centrais podem efetuar mudanças reais significativas sobre a atividade econômica, eles precisam estar subordinados às intenções de governo e às instituições políticas representativas da sociedade

(Mollo, 2003). Ainda, o papel desempenhado por interesses e forças políticas para uma definição da política monetária mais adequada a determinado contexto é importante e necessário. Dessa maneira,

Ao contrário dos ortodoxos, que querem ver o Banco Central protegido da ação dos políticos, para os heterodoxos importa criar canais legítimos de pressão, de forma que o Banco Central apreenda a partir deles as necessidades monetárias da economia, podendo assim intervir de forma adequada sobre o crescimento e a evolução da atividade produtiva real.

(Mollo, 2004, p. 341)

Como se pode perceber com a exposição das diferenças conceituais e práticas entre as visões ortodoxa e heterodoxa de política monetária, um importante aspecto distintivo entre as duas concepções é o papel que, de maneira geral, atribuem às autoridades politicamente legitimadas e à dinâmica política. Dentro da visão ortodoxa, prevalece a desconfiança em relação ao ambiente político, visto não só como desnecessário à condução adequada da política monetária, mas como essencialmente prejudicial à mesma, pois tem como aspecto intrínseco seu viés inflacionário. Em vez disso, tal percepção costuma confiar nos mecanismos de mercado como os reguladores mais eficientes da atividade econômica e monetária. Inversamente, as correntes heterodoxas tendem a atribuir importância positiva à presença da dinâmica política para uma aplicação ideal da política monetária, pois esta garante legitimidade democrática às decisões econômicas e oferece indicativos importantes a respeito das melhores decisões a serem tomadas pela autoridade monetária. Assim, apesar de ambas as posições serem cientificamente respaldadas, pode-se deduzir que as visões heterodoxas de política econômica em geral e de política monetária em particular constituem produções científicas que admitem em alguma medida o papel da política na definição de suas variáveis, enquanto a linha ortodoxa tende a enaltecer uma dicotomia entre ciência/técnica e a política, percebendo as duas como lógicas inteiramente distintas entre si e inconciliáveis em termos de suas principais normas e objetivos.

Essa constatação é particularmente importante para uma compreensão mais apurada de como se dá a articulação entre as dimensões globais da mercantilização e da cientificação dentro do campo da política monetária e da condução dos bancos centrais. Como se verá na seção seguinte com as constatações sobre a ascensão da lógica científica nessas instituições, a configuração do profissionalismo e da técnica como padrões nos bancos centrais decorreu historicamente de

maneira independente de processos de mercantilização, incorrendo inclusive em práticas e condutas que vão de encontro a modelos de ação orientados ao “livre mercado”. Porém, é possível que, ao se coincidirem historicamente, estas duas forças institucionais tenham passado por interações mais complexas e possivelmente retro alimentadoras – é o que este estudo empírico procura investigar.

2.3- Bancos centrais e forças de governança global: mudanças de perfil em redes transnacionais

Como operam as dinâmicas da mercantilização, da cientifização e do isomorfismo na estruturação de práticas comuns entre bancos centrais? Esta pergunta, fundamental para a investigação realizada no presente trabalho, já possui algumas respostas apreendidas em estudos anteriores. Nesta seção, serão apresentadas algumas constatações já realizadas sobre essa questão que permitem delinear de forma mais clara mudanças ocorridas no perfil dos bancos centrais relacionadas à ascensão da ciência e das relações de mercado como orientadores de suas práticas.

As mudanças no perfil de atuação dos bancos centrais com a mercantilização das últimas décadas puderam, já em alguns momentos desse trabalho, ser descritas em maiores detalhes. As janelas de oportunidade criadas na década de 1980, como as falhas atribuídas às políticas keynesianas no controle da inflação e a dependência de muitos países nas instituições financeiras internacionais, permitiram ao liberalismo econômico ressurgir na prática política. Dentro da política monetária, isso significou a disseminação das ideias do monetarismo e de “supply-side economics”, as quais advogam uma redução do envolvimento dos governos sobre os assuntos monetários (Djelic, 2006; capítulo 2), bem como uma gestão monetária pautada centralmente na estabilidade de preços (Mollo, 2003; Mollo, 2004; seção anterior) . Do lado das reformas institucionais, essas propostas levaram, como vimos, à defesa do banco central independente e de medidas correlatas, como a do regime de metas de inflação (Mollo, 2003; Mollo, 2004). O alcance efetivo desses modelos pode ser avaliado, por exemplo, pelo aumento exponencial do número de bancos centrais independentes na década de 1990, ou pela significativa ausência que atualmente se observa de discussões sobre assuntos monetários no debate político institucional¹ (Marcussen, 2006).

¹ As posições sobre a independência do Banco Central no Brasil que atualmente existem no parlamento parecem ser uma exceção, talvez porque este seja um tema em que o país ainda não “cedeu” aos modelos internacionais

O processo de cientificação dos bancos centrais, assim como a mercantilização, também ocorreu com grande intensidade em termos de sua propagação e implicações. Antes de analisa-la, no entanto, é preciso delimitar com maior precisão que quer dizer a cientificação no caso em questão. Utilizando-se em parte do conceito de Drori e Meyer(2006) de cientificação (capítulo 2), Marcussen(2005) refere-se a esse processo como uma fase nova e atual na condução dos bancos centrais, posterior ao desenvolvimento da autonomização destas instituições ocorrida nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com o autor,

The new development that I refer to concerns a tendency for central bankers to simply transcend politics by forming an increasingly exclusive network of scientific experts within the monetary and financial field. A kin network that is tied together by an organic solidarity.

(Marcussen, 2005, p. 10)

Marcussen entende, portanto, a cientificação dos bancos centrais como um processo em que seus gestores passam a configurar uma comunidade em rede que tem sua própria dinâmica. Com esse processo, os “banqueiros centrais” portam-se não apenas como aplicadores, mas como *produtores de ciência*. Essa é a diferença central entre a dinâmica com que se faz presente a ciência na atualidade de muitos dos bancos centrais e aquela existente no período de Bretton-Woods. Neste último, muitos economistas treinados nas universidades e prontos para aplicar modelos científicos de forma a otimizar sua gestão ingressaram no serviço público de uma série de países. Sua relação com a ciência, no entanto, era de *aplicação* da teoria macroeconômica, mas não de *criação* de teorias. Assim, pode-se entender a dinâmica atual como uma novidade, já que, pelas razões expostas pelo autor e que serão reproduzidas a seguir, os banqueiros centrais de fato possuem um novo *status* de cientistas e tendem a formar uma comunidade bem delimitada de atores (Marcussen, 2005; Marcussen, 2006). Uma outra constatação importante é que, mesmo que conduzida com aproximação da dinâmica política, a política econômica de viés mais heterodoxo do período de Bretton-Woods também levava em conta modelos científicos, o que, na prática, colocava em xeque a ideia de uma dicotomia necessária entre ciência e política nessa área.

Marcussen aponta três indicadores desse novo fenômeno, que parece estar em pleno vigor: a ascensão de professores formados em economia com grande reconhecimento acadêmico ao cargo de diretores dos bancos centrais; o crescimento na quantidade de pesquisas científicas sendo realizadas pelos bancos centrais, com a contratação de profissionais altamente qualificados pelas

instituições com o fim específico de produzir novas pesquisas; e o estabelecimento de novos canais de disseminação dessas pesquisas, como a participação e organização de seminários, *workshops* e conferências pelos profissionais dos bancos centrais, a publicação em livros e revistas e a disposição dos estudos nos *websites* das instituições. O conjunto dessas mudanças, entende Marcussen, indicam a formação de um novo fenômeno em ascensão:

Overall, there are tendencies that point in a certain direction: that science increasingly is playing a role for central bankers. The top managers of central banks increasingly have a proven research record, the employees of central banks increasingly have PhD.-degrees and a key role of central banks is to independently produce research. There is also a tendency that central bankers as a group are considered as having *recognized expertise* in their particular fields of research. It is not only within central bank circles that research gives authority, the world outside central banks also tends to consider central banks as if they have recognized expertise in their specific research areas.

(Marcussen, 2005, p. 10)

As consequências da cientifização dos bancos centrais e de seus gestores, por se tratar de um processo relativamente recente, ainda não podem ser ou não foram objeto de investigação suficiente a ponto de serem plenamente identificadas. Marcussen (2005; 2006), no entanto, indica algumas possíveis tendências que esta dinâmica parece acarretar. Em primeiro lugar, está a formação de uma comunidade de conhecimento não territorial. O autor lembra que, atualmente, se espalharam pelo mundo comunidades de governança formadas pelos diretores de bancos centrais, as quais se fundamentam em princípios de representatividade territoriais e nacionais. Esta lógica, no entanto, pode estar gradativamente se alterando. Com o crescimento da produção científica e de seu reconhecimento, é provável que a constituição das comunidades relacionadas a bancos centrais - bem como a forma de governança destas instituições, na qual modelos teóricos são historicamente mal vistos, considerados “distantes da realidade” pelos banqueiros centrais - passe a ser baseada nas regras do jogo científico – “querelas sobre teorias, métodos, dados, etc.” (Marcussen, 2005, p. 18) - as quais não respeitam princípios nacionais e de território. Em um estudo empírico focado nessa questão e feito com dados sobre instituições de todo o mundo, Marcussen (2006) revela em mais detalhes a constituição global destas comunidades em termos de quem são seus atores, como se caracterizam seus fóruns de discussão e deliberação e quais são os tipos de políticas públicas que eles produzem. Algumas conclusões que o autor apresenta são:

- (1) os atores das comunidades de conhecimento – diretores de bancos centrais – possuem perfis bastante similares em vários aspectos, como gênero (masculino), tempo de mandato como diretores, formação educacional (economia ou finanças, grande parte na Inglaterra ou Estados Unidos) e experiências de carreira anteriores (somente 3% fizeram toda sua carreira dentro do banco central, 64% do total foram servidores públicos antes de tomar posse, 47% tiveram experiência no setor privado, 32% tiveram experiências associadas ao Banco Mundial ou ao FMI, 70% dos banqueiros centrais da América do Sul e Central foram professores universitários e/ou pesquisadores). Marcussen deduz por meio desses dados que

central bankers have had plenty of opportunities to be socialized in parallel ways so that they look at the world through the same glasses [...]. An archetypical central bank governor has been studying economics and he has therefore also learned to understand and apply the established terminology and methods within this particular discipline. This proximity is reinforced by the fact that many central bankers got their economics degrees in the same Anglo-American context. This means that, theoretically and socially, they have the same reference points. With regard to the practical understanding of the social world, this is likely to have been influenced by the fact that a surprisingly large share of central bankers has been working within the so-called Washington institutions in which the so-called Washington consensus has developed and from where it has been diffused to most parts of the world [...]

In short, on the basis of this analysis, not only will central bankers in the global central bank network look like each other in objective terms but they will also probably look at and analyze the world in very similar ways. (Marcussen, 2006, pp. 189 e 190)

Esta constatação permite que se identifique, dentro da comunidade de conhecimento, um indicador de isomorfismo institucional (na terminologia de DiMaggio e Powel, 1983; descrito aqui no capítulo 2) com traços tanto miméticos – porque provavelmente alimentado com o intercâmbio de profissionais entre organizações, o qual, como já colocado, possui um potencial homogeneizador das instituições – quanto normativo – pois também é provável que se relacione com processos de filtragem e seleção pelos quais passam os atores em diferentes organizações.

- (2) Ao tratar dos ambientes institucionais propriamente ditos nos quais tais atores interagem entre si, Marcussen lembra de quatro tendências ocorridas em relação a estes

espaços nas últimas décadas: os encontros entre diretores dos bancos centrais se tornaram mais organizados e formalizados, o número de fóruns nos quais os banqueiros centrais se encontram aumentaram em quantidade, os espaços em que estes atores se encontram tornaram-se mais diversificados – incluindo bancos de desenvolvimento, bancos centrais multilaterais, fóruns “puros” (exclusivo de diretores) e mistos (que incluem membros do governo) - , e a globalização desse processo claramente ocorreu, com a inclusão de diversos novos participantes em fóruns tradicionais e a criação em separado de outros fóruns por bancos centrais de fora do ocidente. A partir de uma análise de redes cujo objeto é a filiação de bancos centrais a fóruns transnacionais existentes, o autor tira então algumas conclusões: uma comunidade global de bancos centrais de fato existe; essa comunidade, no entanto, claramente possui uma grande periferia formada pela maioria dos bancos centrais e um centro formado por quinze países da OCDE.

- (3) Grandes organizações formadas por ou que incluem bancos centrais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Compensações Internacionais, investem na produção de conhecimento. Dessa maneira, muito de sua legitimidade e autoridade é baseada em sua reputação científica. Além disso, essas organizações reproduzem em larga escala uma “cultura de condução dos bancos centrais” (*central banking culture*), por meio de encontros, seminários e cursos, além de outros espaços que ultrapassam os círculos de bancos centrais. Esta “cultura” se baseia em “ênfatar que uma política econômica prudente trata de manter a inflação e os déficits públicos baixos” (Marcussen, 2006, p. 199). Assim,

Central bank governor who are new to central banking may already have learned the special central bank culture when studying in Anglo-American universities for their PhD in economics or finance or through their previous experience in the World Bank or the IMF. If not, there is a great likelihood that regular meetings with other more senior central bankers in the many central bank fora will teach them the informal rules of the game about what central banking is all about, including the question about how to relate to politicians.

(Marcussen, 2006, p. 199)

Vale reforçar, portanto, mais um forte indicativo de isomorfismo institucional dentro da comunidade de banqueiros centrais.

- (4) Uma conclusão geral do estudo sobre as redes de bancos centrais e seus atores é a importância que alguns indivíduos parecem ter nesses espaços:

Few are the actors that are able to impact decisively on monetary affairs in a globalized economy, but centrally placed central bank governors are among these few actors that effectively can and do make a difference.[...] Overall, therefore, the story of central banking is also a story about the power of individuals and their networks in a globalized world.
(Marcussen, 2006, p. 201)

Dessa maneira, Marcussen evidencia as relações significativas de poder dentro da rede de bancos centrais, as quais tendem a levar à desigualdade entre os atores em relação a seu potencial de propagação de recomendações e modelos.

Uma segunda consequência provável da cientificação dos bancos centrais é a “sobreposição estratégica de disciplinas e abordagens particulares” (Marcussen, 2005, p. 19). Tendo-se em vista a crescente capacidade e disponibilidade de financiamento das atividades de pesquisa aos gestores dos bancos centrais, é provável que o conhecimento produzido apresente certa tendência a se concentrar em determinadas áreas. Dessa forma,

the scientization of central banking may cause a disturbing bias in research focus, since very few other funders of research, private or public, will be able to match the cashflow emanating from central bank circles. It is difficult to predict whether this potential research bias will have enduring consequences for the development of economic science in particular and the social sciences in general, but it is to be expected that the scientific disciplines of most relevance to central bankers will tend to fill relatively more in the overall field of macro-economic research.

(Marcussen, 2005, p. 19)

A tendência em se concentrar em determinadas disciplinas, por outro lado, pode ser acompanhada do estabelecimento de enfoques e abordagens específicas, agravando o problema de uma seletividade do conhecimento produzido:

In the same vein, just as specific scientific disciplines can become overemphasized by an extraordinary transfusion of funding so can specific scientific approaches. The new impetus to macro-economic research may have an impact on the scientific discourse in general and consequently also on *which approaches are considered to be marginal/peripheral and which are considered to be central/important*. Since the new actors in the knowledge game are relatively well-financed and since it may reasonably be feared that they have a quite narrow agenda, they will be able to

dominate the kind of discussions that will be conducted in certain disciplines. Within the field of research on monetary policy, we may witness that some voices in the ongoing academic debate will be strengthened and others will get relatively less attention. If central bank stability-oriented ideas about sound money, finances and institutions tend to have achieved a status of hegemony, this status can only be expected to be further consolidated by additional funding in its favour.

(Idem, ibidem, pp. 19 e 20, grifos meus)

Na pesquisa conduzida neste trabalho, procura-se identificar esse possível fenômeno de sobreposição de conhecimento (e práticas), a partir de certos discursos, em relação a outras maneiras de se entender e atuar diante da política monetária. Apesar de ultrapassar o escopo deste trabalho a identificação se, de fato, as ideias “orientadas à estabilidade” – pertencentes em sua maioria à visão ortodoxa monetária – tem recebido apoio e financiamento significativos para a realização de pesquisas e diagnósticos a seu favor, subentende-se que, caso se identifique nos discursos do COPOM um forte enviesamento da análise monetária ligado a algumas das correntes econômicas descritas na seção anterior, e caso se perceba entre os atores uma presença significativa de homogeneidade em suas experiências e formação acadêmica num contexto de alta especialização científica, teremos um indicativo relevante de uma “sobreposição de abordagens” *já realizada*. Assim, uma hipótese levantada é que as práticas monetárias originalmente provenientes do retorno aos círculos políticos de ideias e práticas econômicas favoráveis ao mercado – a mercantilização - tem como um de seus sustentáculos atuais a crescente cientifização e o isomorfismo entre os atores do Banco Central, presentes, respectivamente, na qualificação acadêmica dos atores e em suas trajetórias profissionais e acadêmicas similares.

Por fim, Marcussen aponta como uma última consequência provável da cientifização dos bancos centrais as mudanças que este processo pode trazer nas relações de poder e no *accountability* político. Sobre a mudança nas relações de poder, o autor sugere que atualmente está em vigor um processo de apolitização, no qual a ascensão da linguagem científica como regra e como fundamento de autoridade torna fora de alcance qualquer tipo de argumentação política como um modo válido de comunicação (Marcussen, 2005). A movimentação pela independência do Banco Central parece, nesse sentido, ter relação com a própria ascensão da ciência como linguagem única, apesar de existirem, como já foi colocado, outras correntes científicas que não necessariamente rejeitem a importância da política. As mudanças no *accountability* político, por

sua vez, relacionam-se com a sustentação da autoridade que passam a exercer os banqueiros centrais. Enquanto anteriormente estes atores eram responsáveis diante dos políticos (Bretton-woods) ou dos mercados financeiros (anos 1990), atualmente eles passam a se responsabilizar somente perante seus colegas científicos dentro da comunidade de conhecimento, passando a retirar sua autoridade e legitimidade de padrões científicos e processos de revisão contínua por seus pares. Assim, sua linguagem muda: a terminologia científica que passam a utilizar exclui uma grande quantidade de pessoas, mesmo economistas não familiarizados com os aspectos dessa comunicação característica (Idem; ibidem).

CAPÍTULO III

Atores do Copom e seus Discursos: Padrões e Tendências

Neste capítulo é apresentada a sistematização de dados realizada com os discursos apresentados publicamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom) por meio de suas atas de reunião e com os currículos dos diretores e presidentes do Banco Central, que são os próprios participantes da reunião que decide as taxas básicas de juros do país. A exposição é dividida em duas seções: na primeira, é apresentada a metodologia utilizada para a análise dos documentos; na segunda, são exibidos os dados encontrados e comentadas os principais padrões e tendências observados.

3.1 - Metodologia e categorias de análise

O intuito central do trabalho empírico aqui empreendido é, como já colocado, identificar a maneira como agem as dimensões da cientifização, da mercantilização e do isomorfismo sobre os vieses discursivos e decisórios do Banco Central na figura de um de seus principais mecanismos institucionais de política monetária, o Copom. Para tanto, julgou-se adequado analisar duas espécies de documentos, capazes por sua própria natureza de oferecer alguns sinais, caso existentes, sobre os fenômenos estudados: as atas de reunião do Copom e os currículos de seus participantes, os diretores e presidentes do Banco Central.

A investigação das atas de reunião tem como foco identificar como e em que medida o fenômeno da mercantilização, mensurado neste caso pela presença de discursos orientados ao mercado nos termos de Djelic(2006) e da visão ortodoxa monetária apresentada por Mollo(2003, 2004), se faz presente nos argumentos utilizados pelo Comitê para tomar suas decisões. A análise dos currículos dos membros do Copom, devido à diversidade de categorias com a qual foi construída, busca a identificação de aspectos referentes às três dimensões em questão – cientifização, mercantilização e isomorfismo – levando em conta as experiências profissionais, a formação educacional e a atividade científica dos diretores do Banco Central.

As categorias utilizadas em cada uma das análises vai ao encontro de seus propósitos. Na análise das atas de reunião, cujo foco é a presença ou ausência de um viés discursivo orientado ao mercado, as percepções de cunho normativo identificadas nas atas foram separadas em cinco

categorias diferentes de acordo com referencial teórico de política econômica em que se baseiam: (1) percepções baseadas na visão monetarista; (2) percepções baseadas na visão ortodoxa em geral; (3) percepções baseadas na visão heterodoxa em política monetária; (4) percepções baseadas na visão heterodoxa em geral; e (5) percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes teóricas. Na Tabela 3.1, disposta abaixo, são apresentados os significados utilizados para cada um dos termos, que embasaram a seleção e separação do conteúdo das atas de reunião.

Categorias de análise das atas de reunião	
Percepções baseadas na visão monetarista	Fundamentam-se na primazia do controle e da estabilidade de preços sobre outras questões na condução da política monetária e possuem, consequentemente, interpretação favorável a taxas de juros mais altas quando percebidas tendências inflacionárias, a despeito dos efeitos de tais medidas sobre outras variáveis da atividade econômica
Percepções baseadas na visão ortodoxa em geral	Visões positivas sobre ajustes fiscais do governo, sobre a produção de superávits primários e a ideia de que a moderação do crédito é um mecanismo adequado e eficaz para o combate à inflação
Percepções baseadas na visão heterodoxa em política monetária	Enfatizam a expansão monetária e a redução dos juros como elemento importante para a eliminação de incertezas sobre investimentos e como elemento de crescimento econômico
Percepções baseadas na visão heterodoxa em geral	Dão importância a ações fiscais expansivas do governo e a outras políticas econômicas conduzidas com a presença central do Estado
Percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes	Discursos que contêm conteúdo normativo sobre a política monetária, mas aparentam ser de comum acordo em ambas as visões analisadas, tem variações de posicionamento dentro de pelo menos uma das correntes em questão ou estão expostos de maneira ambígua

Tabela 3.1 – Categorias de análise das atas de reunião

Ainda sobre a categorização dos discursos das atas, é necessário fazer a ressalva metodológica de que, pela própria ambiguidade em alguma medida presente em formulações cujo objetivo principal não é a perfeição e coerência teórica, mas a coerência com medidas práticas implementadas, como é o caso daquelas apresentadas pelo Copom em suas reuniões, o enquadramento das mesmas em categorias bem delimitadas apresenta algum grau de subjetividade, podendo sofrer variações de acordo com inclinações e tipos de conhecimento do analista. A maneira encontrada para superar ou restringir essa limitação foi a análise comparativa da quantidade de percepções normativas encontradas. Assim, caso haja uma diferença significativa entre a quantidade de um tipo de percepção em relação ao outro, a subjetividade da análise tende a não interferir na interpretação final dada ao objeto estudado, pois as variações de resultado que ela acarreta dificilmente levarão a conclusões fundamentalmente diferentes entre pesquisadores com vieses analíticos e teóricos distintos entre si.

Na análise dos currículos dos participantes do Copom, a qual visa a identificação de aspectos das três dimensões em questão – mercantilização, cientificação e isomorfismo -, foram utilizados os seguintes conjuntos de categorias: experiências anteriores em finanças/política monetária, no qual estão dispostas as passagens profissionais dos diretores e presidentes do BC antes de assumirem o referido cargo de diretor na instituição; formação educacional, no qual se investiga as áreas cursadas e títulos acadêmicos conquistados pelos membros do Copom, bem como as universidades nas quais estudaram; e as experiências dos diretores e presidentes como transmissores de ciência, que avalia se os mesmos tiveram ou não experiências como professores de universidades e institutos e em quais instituições eles exerceram as atividades de docência. Na Tabela 3.2, estão dispostos os três conjuntos de categorias, as categorias inclusas em cada um deles e as dimensões de governança global com as quais se relacionam.

O primeiro conjunto de categorias – experiências anteriores em finanças/política monetária – delimita variáveis capazes de sinalizar a respeito de duas das dimensões em questão: por meio da identificação de aspectos centrais das trajetórias dos participantes do Copom, poderá ser avaliada a presença maior ou menor de uma convivência dos diretores em organizações que possuem em alguma medida uma visão institucional favorável às políticas orientadas ao mercado - como bancos privados e instituições financeiras internacionais - e, dessa maneira, com as ideias defendidas por essas organizações; por outro lado, a análise comparativa das trajetórias profissionais dos diretores servirá à identificação de eventuais mecanismos de isomorfismo, tendo em vista experiências em organizações comuns pelas quais possam ter passado os atores em questão e que, se presentes em medida significativa, indicam uma provável homogeneidade em suas prioridades teóricas e políticas no trato das questões monetárias.

O segundo e o terceiro conjunto de categorias – formação educacional e as experiências dos diretores como transmissores de ciência – são úteis na verificação de aspectos relacionados à cientificação e ao isomorfismo. Quanto à cientificação, a detenção de títulos acadêmicos altos pelos diretores – doutorado ou PHD – bem como suas experiências como professores em universidades, indica a profissionalização, a especialização e caracteriza os atores como transmissores e produtores de ciência, e, portanto, sinalizam a presença de mecanismos de legitimação científica no Copom. Em relação ao isomorfismo, a formação educacional e as experiências dos membros do Copom como professores, se ocorridas em universidades e outras

Categorias de análise dos currículos dos membros do Copom		
Conjunto de categorias	Categorias	Dimensões de governança global relacionadas
Experiências anteriores em finanças/política monetária	Experiências prévias no Banco Central; passagens pelo Banco do Brasil; passagens em outros órgãos públicos; experiências em bancos privados; outras experiências no setor privado; passagens pelo FMI e/ou Banco Mundial e passagens em outras instituições financeiras internacionais	Mercantilização e isomorfismo
Formação educacional	Área de graduação dos membros do Copom; universidade de graduação dos membros do Copom; membros do Copom com título de mestrado; área de mestrado dos membros do Copom; universidade de mestrado dos membros do Copom; membros do Copom com título de doutorado; área de doutorado dos membros do Copom; universidade de doutorado dos membros do Copom	Cientificação e isomorfismo
Experiências como transmissores de ciência	Membros do Copom com atividade prévia de docência universitária; universidades em que exerceram atividade de docência	Cientificação e isomorfismo

Tabela 3.2 – Categorias de análise dos currículos dos membros do Copom

instituições educacionais comuns entre si, são indicadores de provável homogeneidade de práticas e formas de pensar entre eles, tendo em vista o convívio dos mesmos com percepções teóricas sobre política monetária e interpretações do mundo social semelhantes.

O universo de reuniões do Copom e de diretores do BC abarcado no estudo compreende um espaço de tempo de 18 anos – de 1998 a 2015. Este é o período cujas atas de reunião do Copom estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central². Como a análise do discurso presente nas

² <https://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM>

reuniões do Comitê e a verificação dos nomes dos diretores que compuseram o quadro administrativo do Banco Central é feito por meio das atas do Copom, o referido período foi o espaço de tempo passível de ser analisado. No caso da análise de conteúdo das atas de reunião, tomou-se uma ata por ano como objeto do estudo, alternadas ano a ano entre atas de reuniões ocorridas no mês de abril e nos meses de agosto/setembro como forma de evitar a interferência de conjunturas cíclicas sobre os resultados encontrados. Os nomes dos membros do Copom cujos currículos foram pesquisados também foram retirados das mesmas atas de reunião (uma por ano, alternadas entre abril e agosto/setembro). Seus currículos foram encontrados no sítio eletrônico do Senado Federal³, dado que sua nomeação aos cargos de diretor e/ou presidente do BC depende da aprovação desta Casa legislativa. Foram analisados os currículos de todos os diretores e presidentes do Banco Central que exerceram os cargos nas referidas reuniões.

3.2 - Discursos do Copom e trajetória de seus participantes: dados e resultados

Serão analisadas nesta seção as principais tendências e padrões observados nas análises empíricas empreendidas. Primeiramente, são averiguados os resultados encontrados na sistematização dos dados referentes ao conteúdo dos discursos apresentados pelo Copom em suas reuniões (Gráficos 3.1 a 3.4 e Tabelas 1 a 4 do apêndice desse trabalho). Em seguida, expõe-se os achados relacionados às experiências profissionais, à formação educacional e à atividade acadêmica dos diretores e presidentes do Banco Central presentes nas referidas reuniões (Gráficos 3.5 a 3.17 e Tabelas 5 a 10 do apêndice).

a) Os discursos do Copom

O conteúdo encontrado nas atas de reunião do Copom apresenta, de início, algumas tendências e padrões bem delimitados. Como se pode observar no Gráfico 3.1, a predominância de discursos monetaristas sobre percepções heterodoxas em política monetária ou heterodoxas em geral mostra-se bastante significativa no conjunto de atas analisadas. A observação da proporção de percepções separando-as por ata do Copom, tal qual apresentada no Gráfico 3.2, evidencia com ainda mais precisão a hegemonia dos discursos monetaristas: em dois dos intervalos analisados – das reuniões de 2001 a 2005 e do biênio 2014-2015 – não foi identificada qualquer menção nas atas referente a ideias heterodoxas, enquanto as percepções monetaristas apresentam significativa

³ <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

presença em praticamente todos os encontros analisados, com picos percentuais nas reuniões de 2003, 2005, 2008 e 2010. As percepções ortodoxas em geral, por outro lado, aparecem em quantidade relevante apenas a partir da reunião de 2011. Sobre este último período, é relevante notar a aparente contradição dos dados levando-se em conta aspectos da conjuntura econômica: entre o meses de julho de 2011 e janeiro de 2013, a taxa básica de juros sofreu quedas consecutivas - algo que, tendo em vista os preceitos monetaristas e ortodoxos, seria e foi uma política pouco recomendada na época – e, no entanto, pelas proporções encontradas, nesse período há uma alta incidência de discursos monetaristas e ortodoxos em geral. Algumas hipóteses são oferecidas para explicar essa distorção. Em primeiro lugar, nota-se pela análise das atas que aquelas referentes a reuniões dos últimos anos contam com uma quantidade total maior de conteúdo em relação às de anos anteriores. Como exemplo, enquanto a seção das atas referente à implementação da política monetária de abril de 2012 conta com 17 parágrafos e a de agosto de 2011 com 16, as mesmas passagens das atas de abril de 2010 e de setembro de 2007 contam com apenas 12 e 10 parágrafos, respectivamente. Este fator, portanto, provavelmente contribuiu para que o número de citações ortodoxas se mostrasse maior no período mais recente. Por outro lado, um aspecto importante do alto número de referências monetaristas tem relação com a própria adoção do regime de metas de inflação a partir de junho de 1999, pois este mecanismo institucional tende a constranger os membros do Comitê a adotarem discursos próximos do monetarismo mesmo em situações em que a política monetária obedeça a outros paradigmas teóricos.

Nesse sentido, para que se obtivessem resultados dependentes na maior medida possível apenas do *discurso* adotado pelo Copom, buscando isolar variáveis institucionais que por ventura viessem a interferir nas posições afirmadas pelos integrantes do Comitê, deixou-se de contabilizar, nos Gráficos 3.3 e 3.4, as referências monetaristas que citam diretamente o regime de metas de inflação como fundamento para a aplicação da política monetária. Com o novo método, percebe-se um alinhamento maior entre o discurso adotado e as decisões monetárias no referido período: nas reuniões de agosto de 2011 e abril de 2012, ocorridas durante o período de queda da taxa de juros, não há nenhuma citação monetarista não vinculada ao regime de metas de inflação, enquanto há duas referências heterodoxas em política monetária na reunião de 2011 e uma referência heterodoxa em geral no encontro de 2012. A exclusão das citações ao regime de metas de inflação

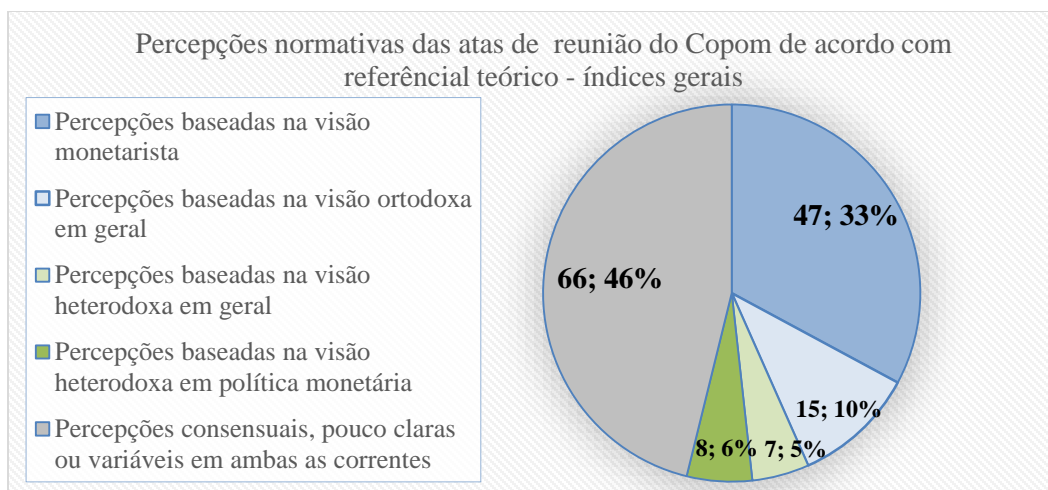


Gráfico 3.1 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico – índices gerais, incluindo citações ao regime de metas de inflação

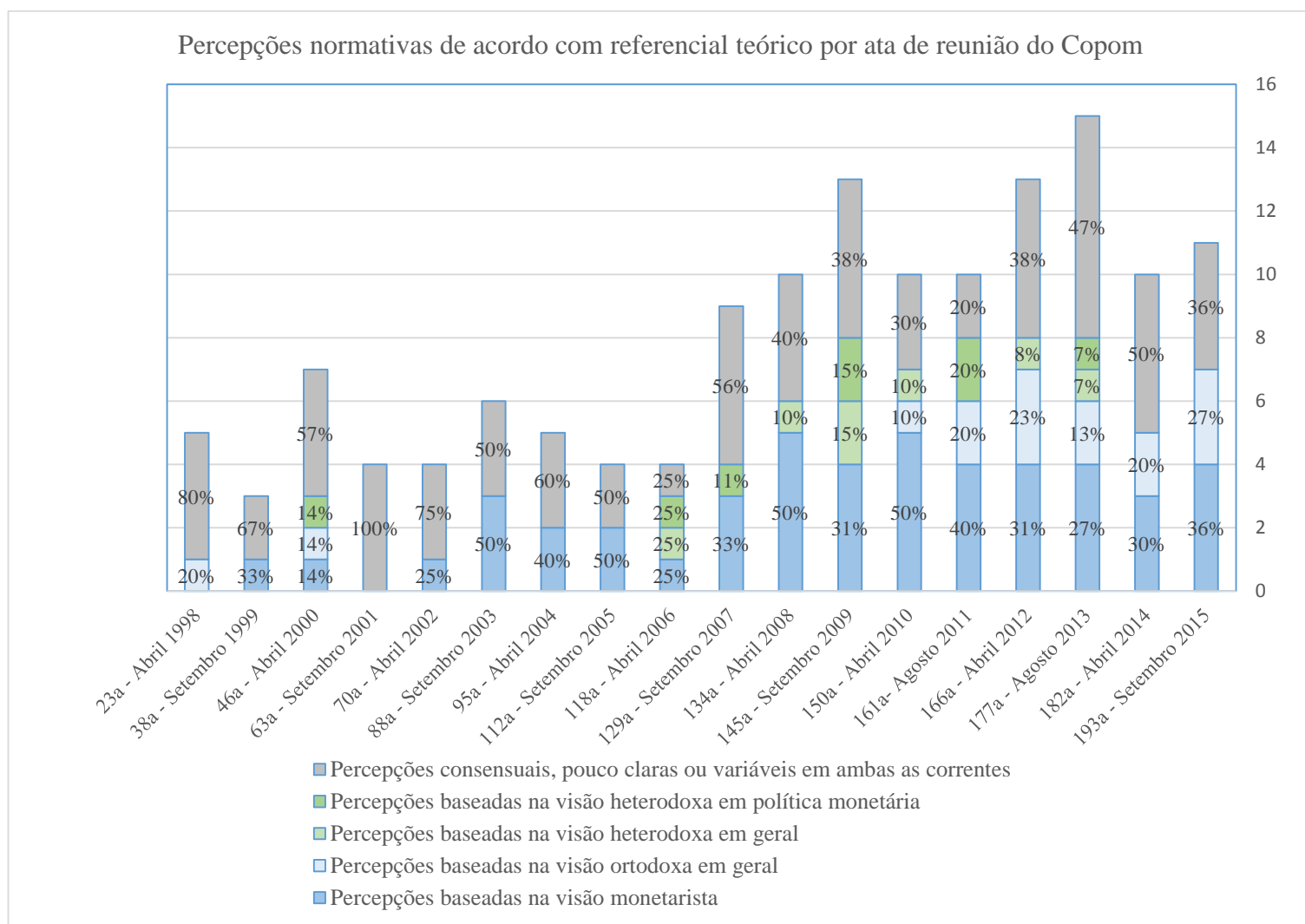


Gráfico 3.2 – Percepções normativas de acordo com referencial teórico por ata de reunião do Copom, incluindo citações ao regime de metas de inflação

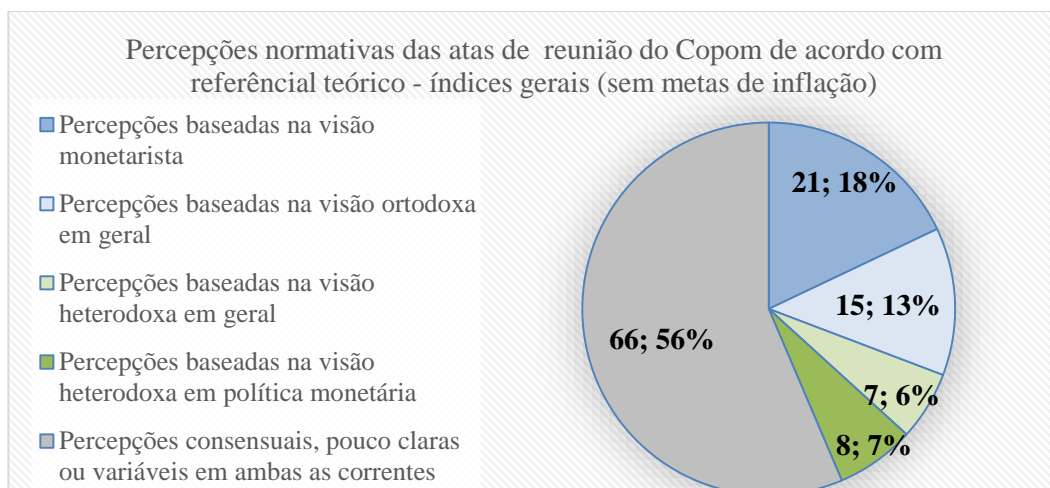


Gráfico 3.3 - Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico – índices gerais, excluindo citações ao regime de metas de inflação

Percepções normativas de acordo com referencial teórico por ata de reunião do Copom, excluindo citações ao regime de metas de inflação

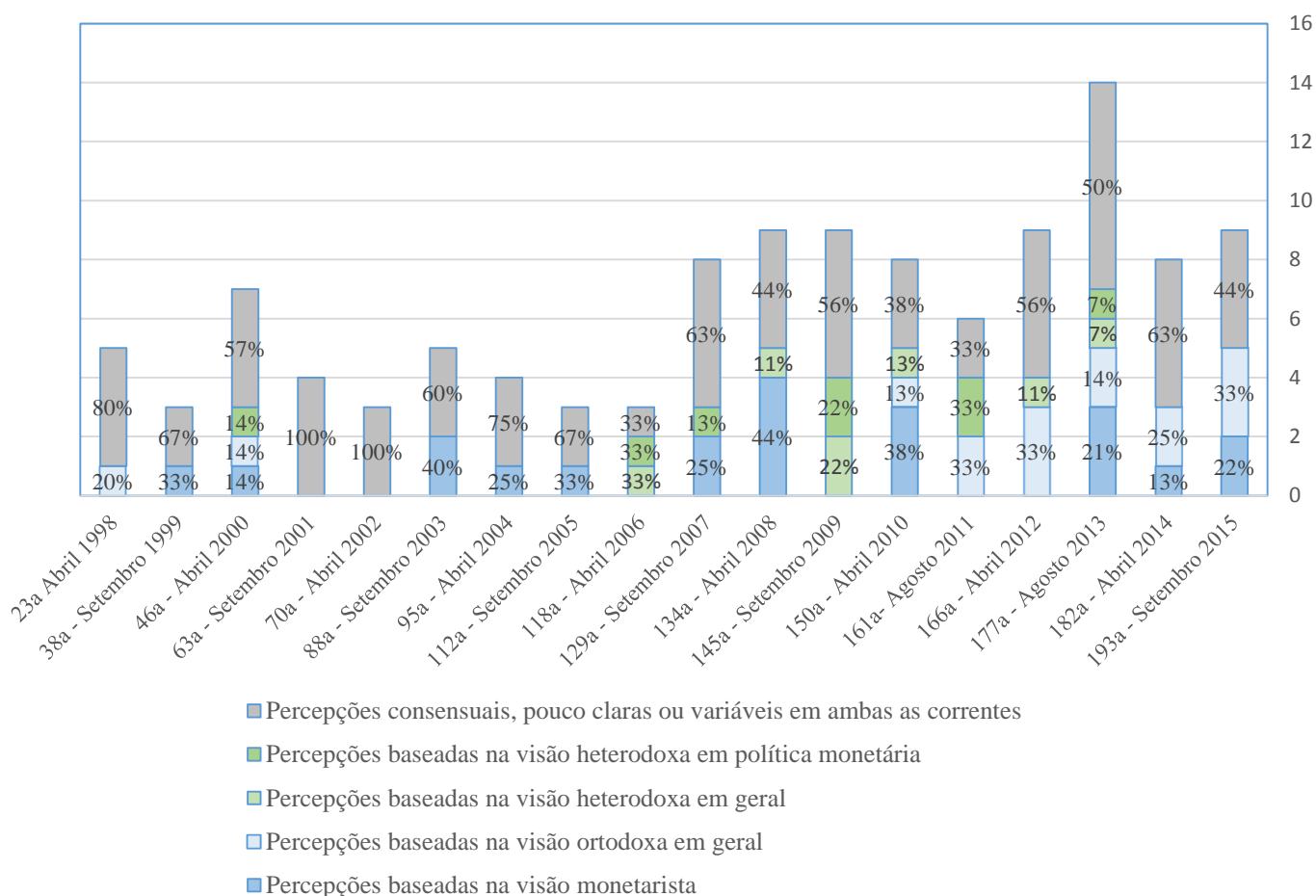


Gráfico 3.4 – Percepções normativas de acordo com referencial teórico por ata de reunião do Copom, excluindo citações ao regime de metas de inflação

também garante maior coerência entre os discursos e medidas de política monetária em outros períodos. Em 2009, momento em que foi adotada uma política monetária contra-cíclica para combater os efeitos da crise financeira de 2008, os dados mostram uma alta proporção de discursos heterodoxos nas decisões monetárias. Os ajustes fiscais de 2003 e de 2015, acompanhados de altas taxas de juros, contam em paralelo com discursos afinados com a ortodoxia monetária (e com a ortodoxia em geral no caso do último deles). Estas constatações permitem apontar a significativa consistência dos resultados, apesar da já comentada subjetividade inerente aos mesmos.

Cabe, portanto, reforçar a principal observação feita em relação aos dados coletados, agora considerando os resultados sem citações ao regime de metas de inflação: salvo algumas exceções (nomeadamente as atas dos anos de 2000, 2001, 2002, 2006, 2009 e 2011), as percepções com referencial monetarista (e/ou com referencial ortodoxo em geral, a partir de 2012) apresentam larga prevalência em relação a referenciais teóricos heterodoxos. A observação do conjunto total de percepções, apresentado no Gráfico 3.3, evidencia esse fato: as referências monetaristas ou ortodoxas em geral somam 31% do conjunto, enquanto as referências heterodoxas em política monetária ou heterodoxas em geral somam apenas 13% das percepções. Em outras palavras, constata-se em tal situação a forte presença de discursos voltados à lógica de mercado – desdobramentos do fenômeno global de mercantilização – nas visões que fundamentam a política de definição das taxas de juros dos últimos 18 anos. Mesmo desconsiderando fatores institucionais que influenciam diretamente a posição pública dos participantes do Copom, seu discurso parece se alinhar ao movimento global que permitiu a volta do liberalismo à prática política na década de 1980 (Djelic, 2006) e que atualmente ainda é amplamente respaldado e aplicado em diversas partes do mundo.

b) Trajetória profissional, formação educacional e atividade acadêmica dos diretores e presidentes do Banco Central

A exposição das experiências profissionais dos participantes do Copom, bem como de sua formação educacional e atividades de docência, foi distribuída entre os Gráficos 3.5 a 3.17, no intuito de facilitar a apresentação e o entendimento do conteúdo. A tabela conjunta dos dados empíricos puros retirados dos currículos dos diretores do Banco Central, com todas as informações de relevância para os objetivos aqui vislumbrados, encontra-se no apêndice deste trabalho.

A trajetória profissional dos integrantes do Copom - tal qual foi apresentado na descrição da metodologia da análise empírica (Tabela 3.2) - foi sistematizada com a divisão da temática em sete categorias relacionadas a locais de trabalho pelos quais possam ter passado os atores em questão: experiências prévias no Banco Central, passagens pelo Banco do Brasil, passagens em outros órgãos públicos, experiências em bancos privados, outras experiências no setor privado, passagens pelo FMI e/ou Banco Mundial e passagens em outras instituições financeiras internacionais. Analisando-se os índices gerais encontrados em relação a estas categorias (Gráfico 3.5), é possível observar algumas características comuns em seu passado profissional: a maioria do conjunto de diretores e presidentes do Banco Central já possuía, no momento em que assumiam seus cargos de direção na instituição, passagens anteriores pela mesma; também parte significativa deles – praticamente a metade – tinha experiências prévias em bancos privados; e cerca de um terço do grupo já havia atuado profissionalmente no Fundo Monetário Internacional e/ou no Banco Mundial. Por outro lado, aproximadamente um quinto dos diretores já havia trabalhado no Banco do Brasil, o que, levando-se em conta que se trata de apenas uma entre várias instituições públicas e apenas um entre vários bancos, pode ser considerada uma parte relevante do conjunto de atores. De maneira geral, portanto, os dados encontrados exibem similaridades significativas de trajetórias profissionais entre os membros do Copom, os quais em grande medida trabalharam nas mesmas ou em semelhantes organizações ao longo de sua carreira.

Por outro lado, uma visualização mais apurada das trajetórias dos membros do Comitê em perspectiva comparada pode ser feita analisando as tendências e variações ocorridas nesse quesito ao longo do tempo (Gráficos 3.8 e 3.9). Por meio desta perspectiva, novos aspectos até então condensados no conjunto total de atores são agora observáveis. Percebe-se que a presença de determinados perfis ocupando as cadeiras do Copom não se deu de forma homogênea ao longo do tempo: as trajetórias mais relacionadas ao setor público diferenciam-se daquelas ligadas ao setor privado em relação ao momento no qual aparecem com maior intensidade entre os integrantes do Copom. Um maior número de experiências profissionais pretéritas no Banco Central e em outras instituições públicas concentra-se, de maneira geral, nos grupos de diretores e presidentes que participaram do Copom no final dos anos 90 e início dos anos 2000 e a partir de fins da década passada até as reuniões mais recentes. Entre esses dois períodos, nota-se uma maior proporção de membros do Copom com trajetórias profissionais em bancos e outras organizações privadas, bem como com passagens pelo FMI, Banco Mundial e/ou outras instituições financeiras internacionais.

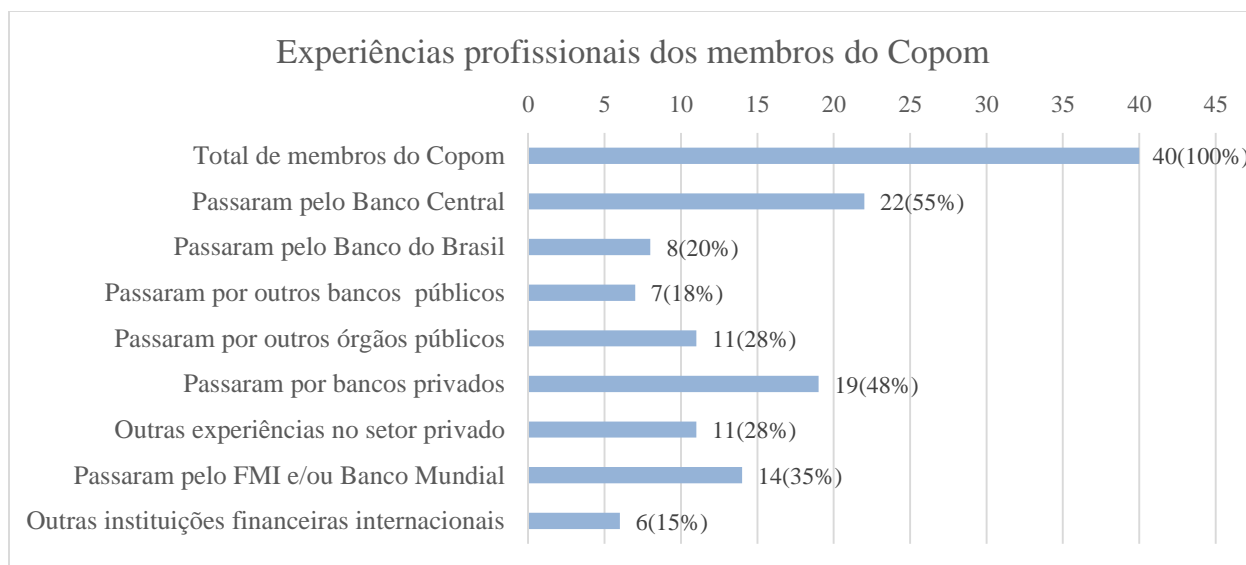


Gráfico 3.5 – Experiências profissionais dos membros do Copom

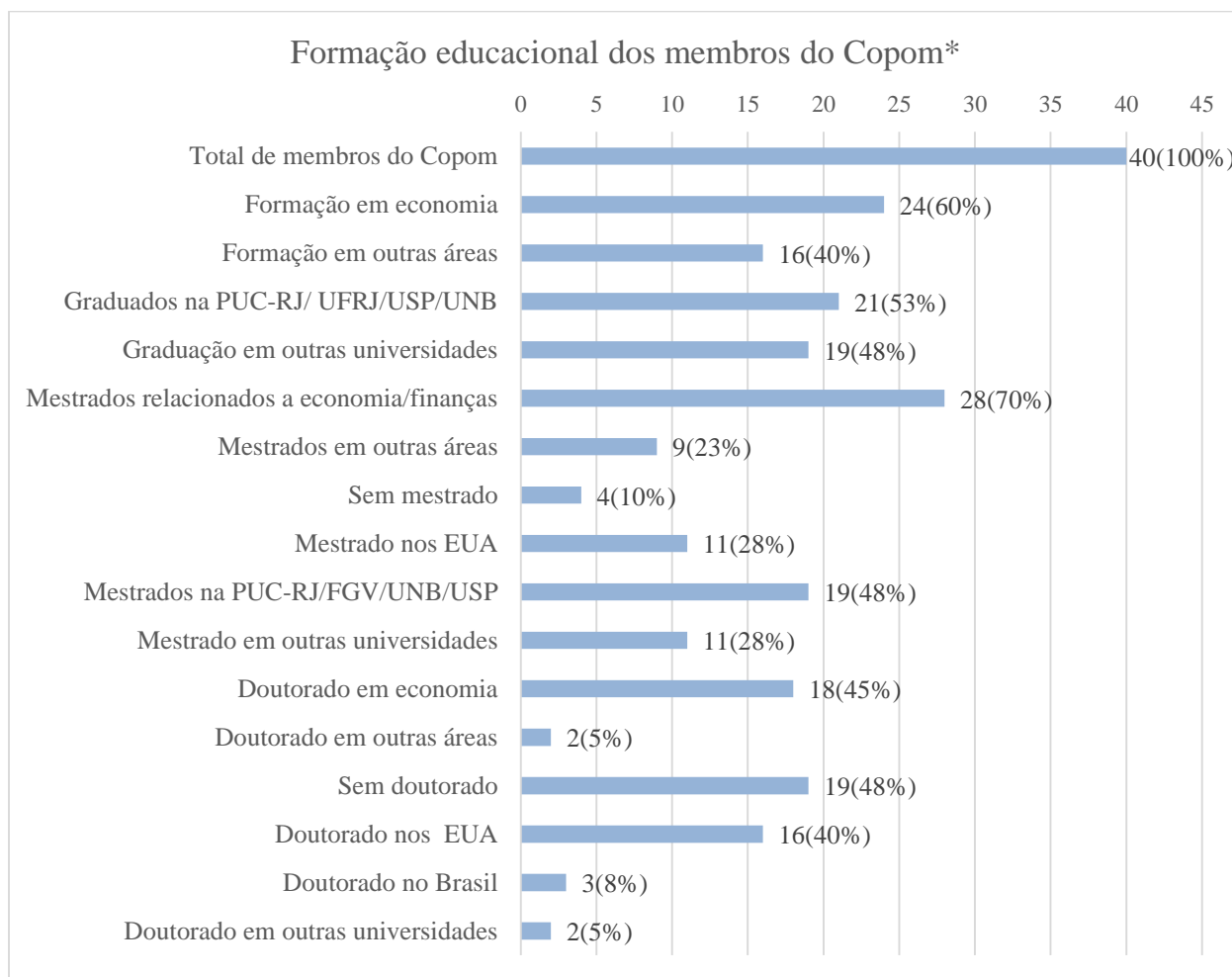


Gráfico 3.6 – Formação educacional dos membros do Copom

*Não estão inclusos nesse gráfico os casos em que a área de graduação/mestrado/doutorado dos membros do Copom e/ou as universidades em que os completaram não foram especificados nos currículos

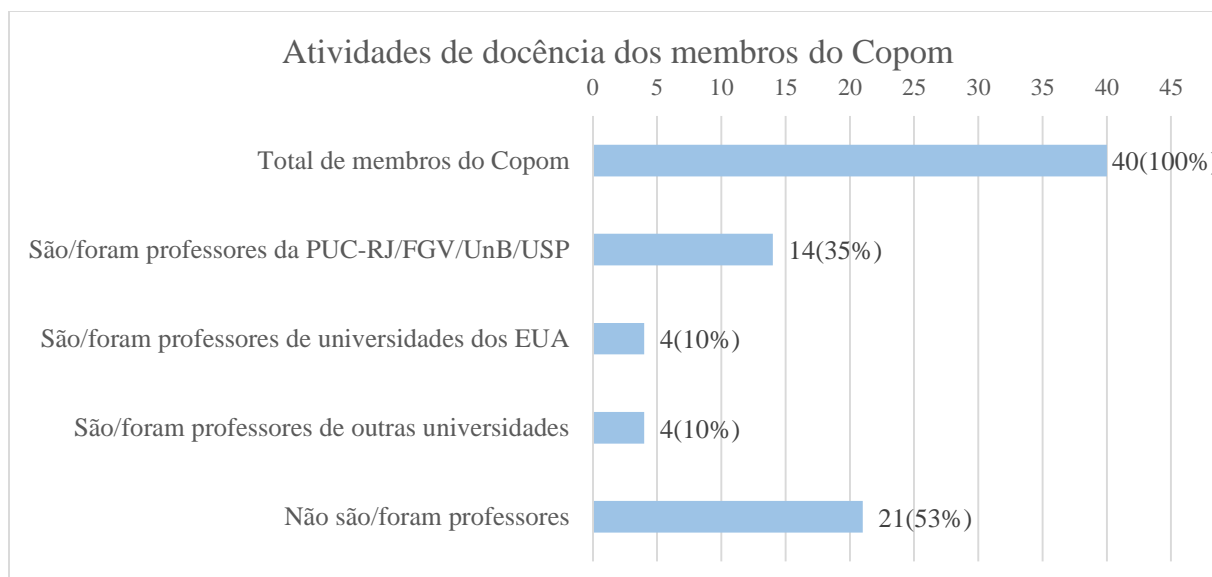


Gráfico 3.7 – Atividades de docência universitária dos membros do Copom

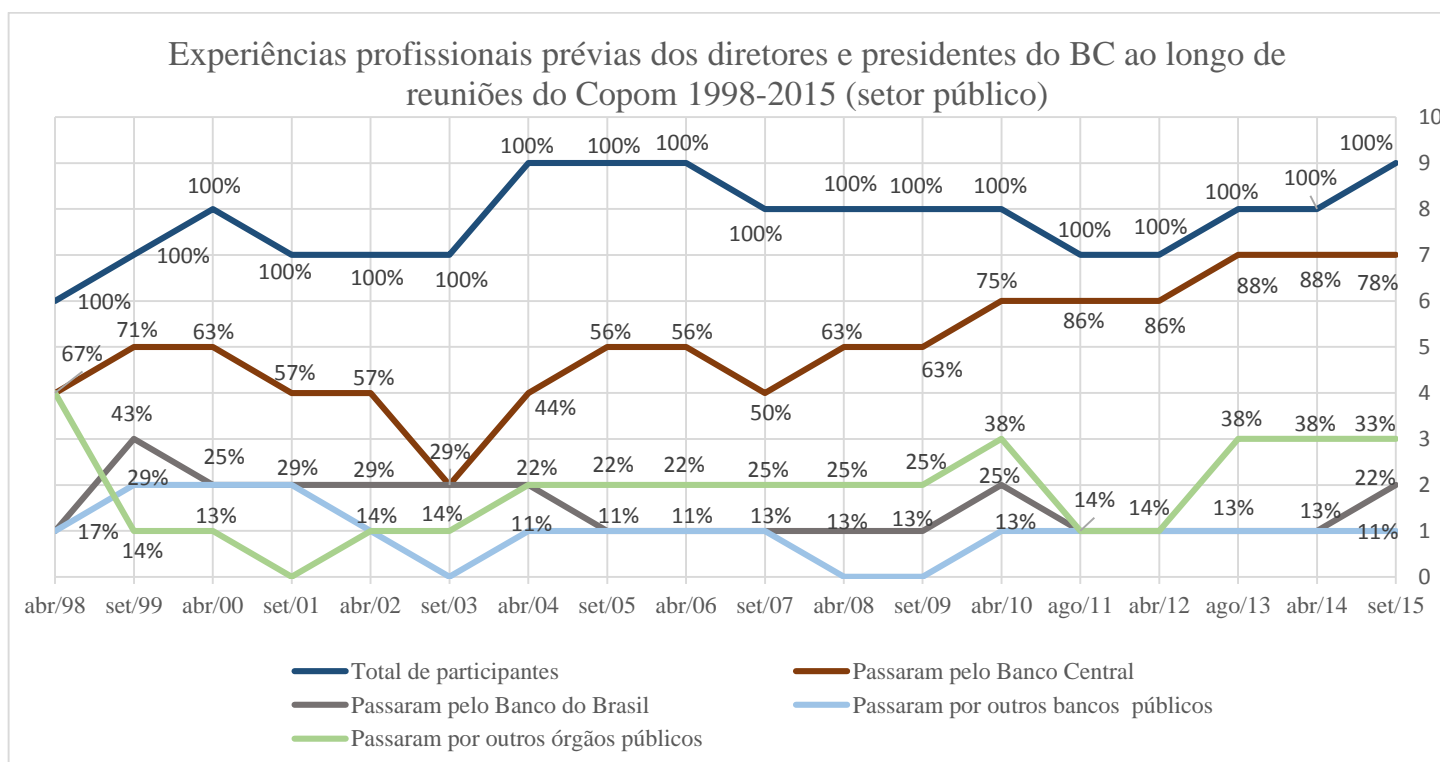


Gráfico 3.8 - Experiências profissionais prévias dos diretores e presidentes do BC ao longo de reuniões do Copom 1998-2015 (setor público)

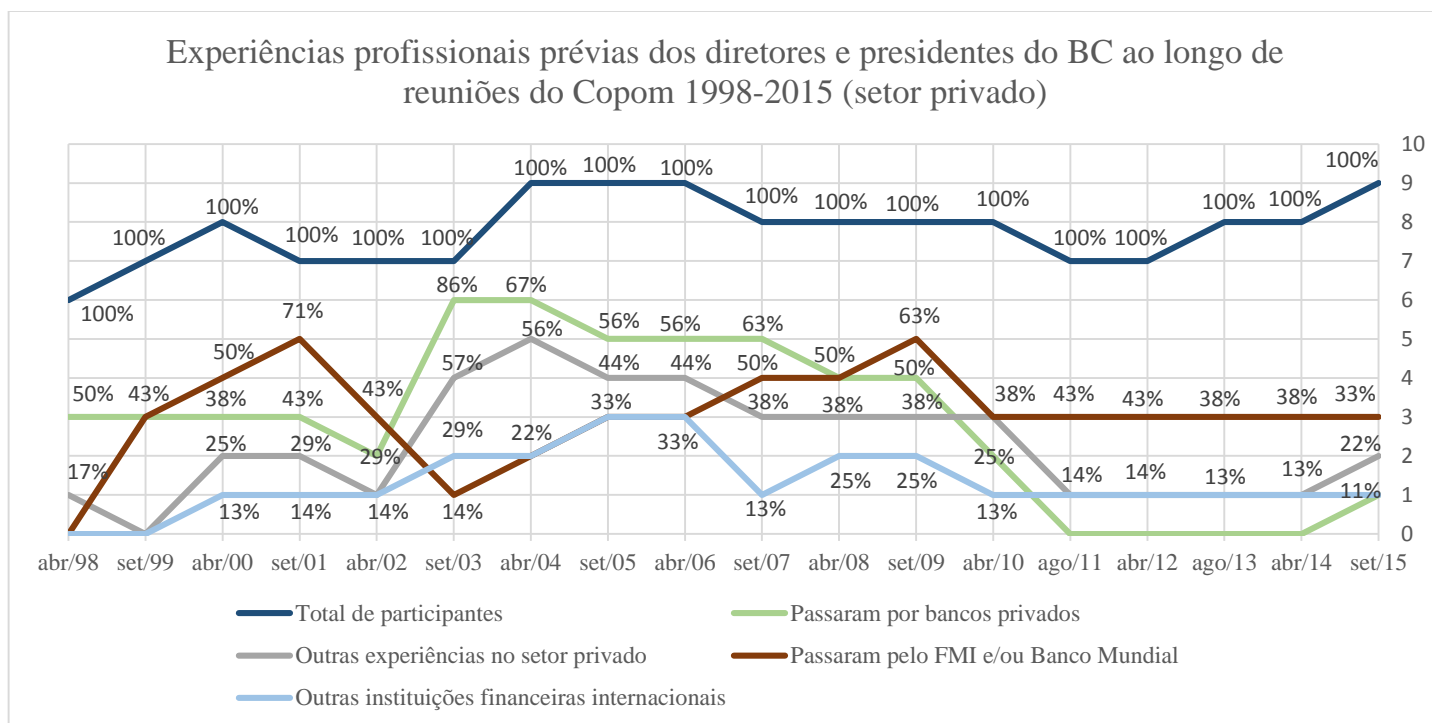


Gráfico 3.9 - Experiências profissionais prévias dos diretores e presidentes do BC ao longo de reuniões do Copom 1998-2015 (Setor privado)

Pela perspectiva das dimensões de governança global, os resultados revelam, dessa maneira, alguns aspectos importantes. Em relação à mercantilização, provável desdobramento da chegada de atores com maior proximidade do setor privado, há dois momentos distintos que podem ser pontuados: em meados da década de 2000, a maior presença de participantes do Copom com trajetórias ligadas a bancos privados e a instituições financeiras internacionais leva a crer num aumento da intensidade da presença de ideias e práticas ortodoxas; contudo, em anos mais recentes e no período inicial das atas analisadas, as trajetórias mais relacionadas com o setor público indicam um menor impacto de organizações com visões orientadas ao mercado sobre as decisões do Comitê (com exceção das instituições financeiras nos fins dos anos 1990 e início dos 2000, pois neste período elas se mantêm presentes de forma significativa nos currículos dos membros do Copom). Os dados também oferecem indicadores relevantes sobre tendências isomórficas no âmbito do Copom. Por um lado, nota-se no Gráfico 3.5 a significativa semelhança de trajetórias profissionais tanto em organizações públicas como privadas, com grande parte dos membros do Comitê tendo passado pelas mesmas instituições ou por muito similares ao longo de sua carreira. Por outro, os Gráficos 3.8 e 3.9 indicam que os perfis de diretores e presidentes formam grupos internamente homogêneos, mas com características distintas uns dos outros, com dois deles tendo

passado, em maior medida, por experiências em instituições públicas e outro em organismos privados. Entende-se, dessa maneira, que é necessária a consideração de outras variáveis para que se tenha um entendimento mais preciso da questão do isomorfismo na dinâmica do Copom.

A formação educacional dos diretores do BC, apresentada nos Gráficos 3.6 e 3.10 a 3.15, fornece indicadores que contribuem para ampliar a precisão na análise comparativa das trajetórias dos diretores e presidentes. Em primeiro lugar, percebe-se pelo Gráfico 3.6 que uma alta parcela dos integrantes do Copom (60%) é economista de formação, e que a maioria deles é formada em universidades de um seletivo grupo de instituições educacionais composto por PUC-RJ, USP, UnB ou UFRJ. Nos mestrados e doutorados, a concentração se repete: 70 % dos diretores fizeram cursos de mestrado relacionados a economia ou finanças e cerca de 48% deles os fizeram na PUC-RJ, UnB, USP ou FGV; por outro lado, cerca de metade dos diretores havia concluído um curso de doutorado quando assumiu seus postos no Copom, e por volta de 40% do total os tinha concluído em universidades dos Estados Unidos, um número cinco vezes maior que o de doutorados em universidades brasileiras. A observação dos dados educacionais dos membros do Copom reforça, dessa forma, o aspecto homogêneo de suas carreiras. O reduzido número de universidades em que

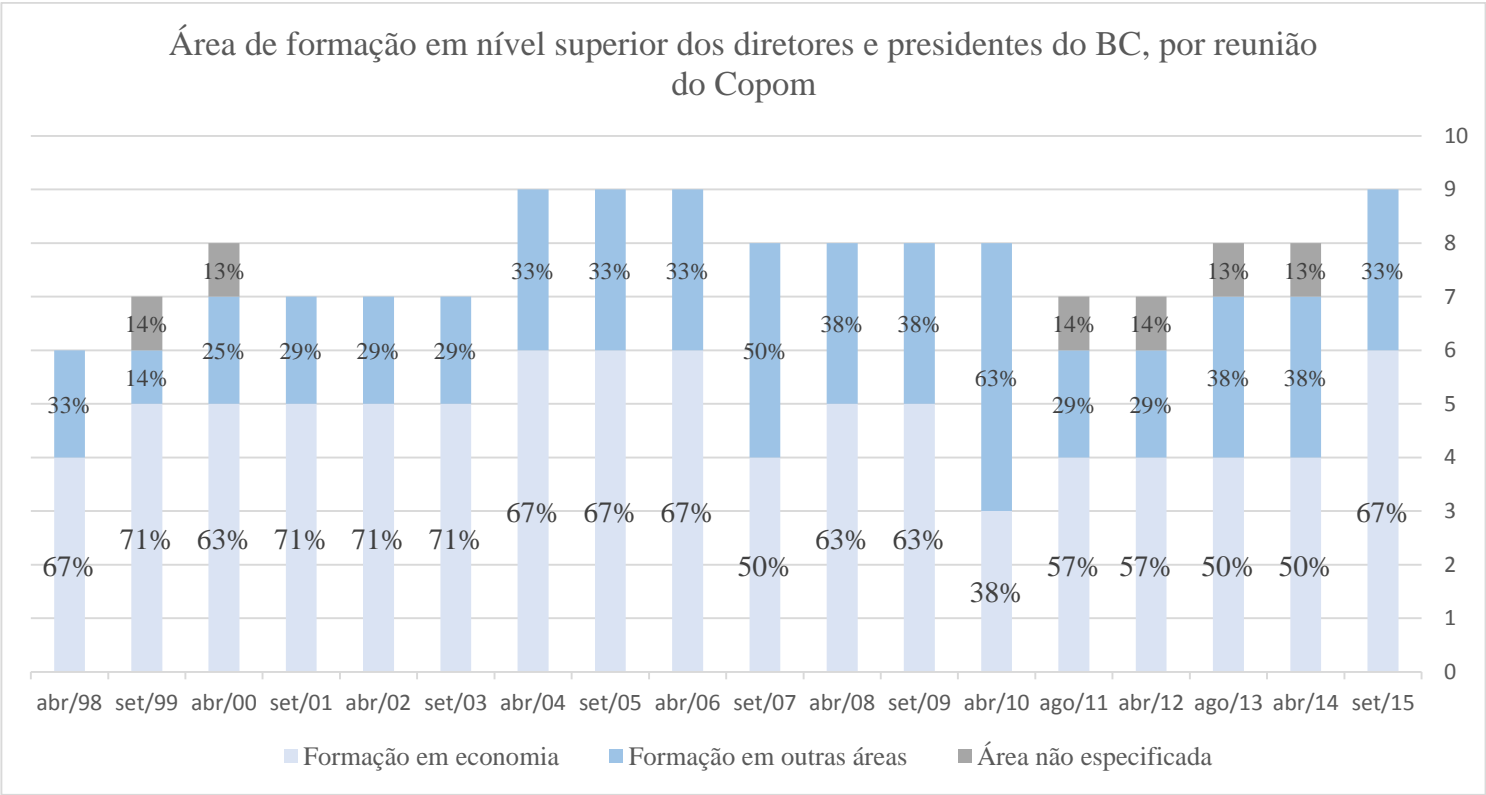


Gráfico 3.10 - Área de formação em nível superior dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

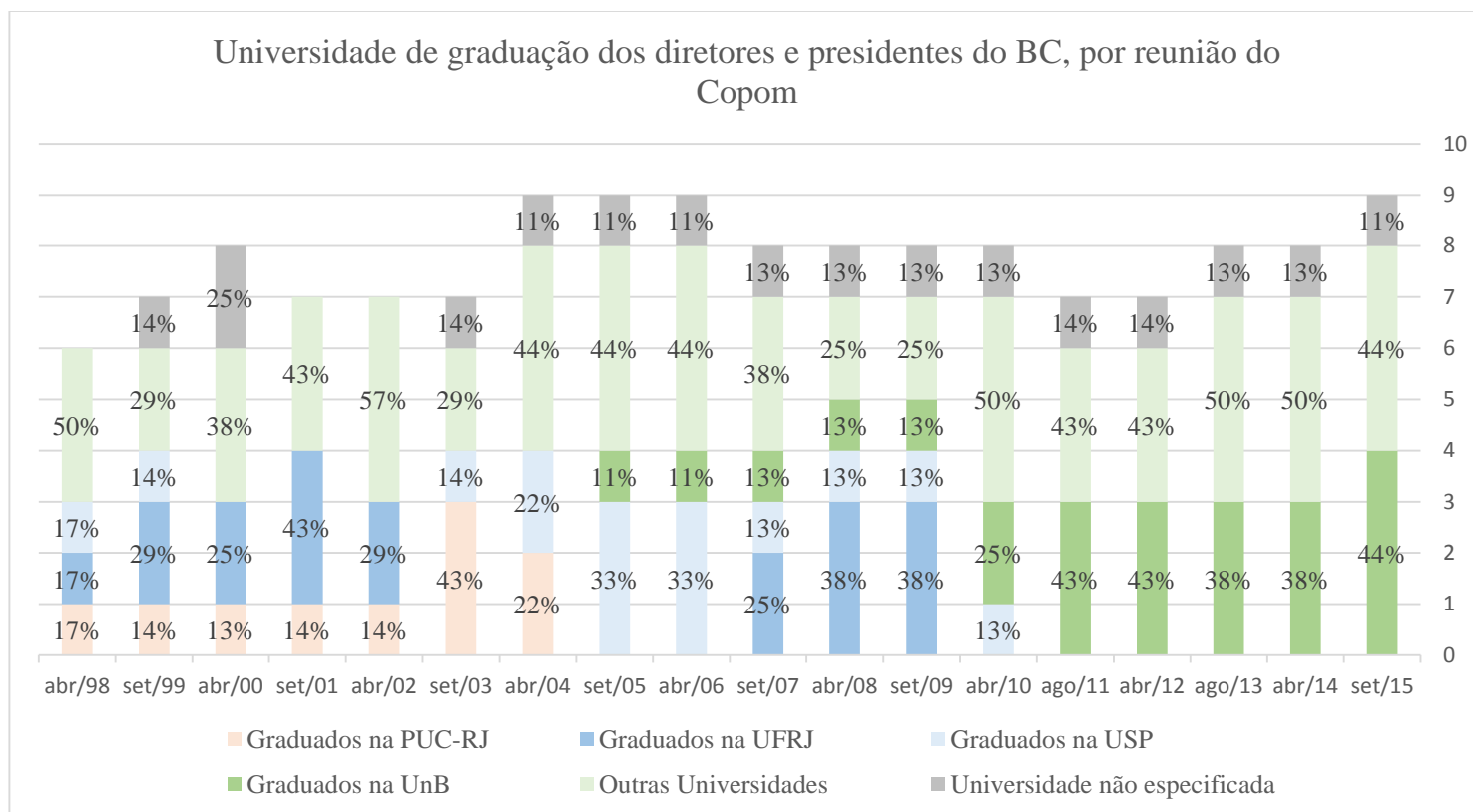


Gráfico 3.11 - Universidade de graduação dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

obtiveram seus títulos de graduação e mestrado, bem como a alta concentração de doutorados nos Estados Unidos (também em um número pequeno de universidades deste país, como será descrito a seguir) apontam para uma seletividade de determinados perfis na condução da política monetária, e indicam uma provável homogeneidade de visões teóricas e práticas sobre o tema.

Nos Gráficos 3.10 a 3.15, a formação educacional dos membros do Copom é separada por reunião do Comitê em que estiveram presentes. Assim como no caso das experiências profissionais dos mesmos, percebe-se que seus perfis educacionais são distribuídos de maneira heterogênea ao longo dos anos, além de coincidirem em algumas categorias com as trajetórias profissionais em termos dos períodos em que determinados perfis prevalecem e nos momentos em que atores com outros tipos de formação assumem vagas no Copom. Os atores graduados na PUC-RJ e na UFRJ ocuparam vagas no Copom principalmente durante os primeiros anos abarcados pela análise (final dos anos 1990 e início dos anos 2000). Em meados da década passada, parte significativa deles passa a possuir graduação na USP, na UFRJ ou na UnB. Esta última universidade, por sua vez, consta como instituição de graduação dos diretores e presidente principalmente nos últimos anos, chegando a representar o local de formação de quase a metade dos membros do Copom na reunião

de setembro de 2015. Em relação aos mestrados dos integrantes do Copom, um movimento notável ao longo dos anos é a substituição de atores com mestrado nos EUA ou na PUC-RJ por membros com mestrado na UnB, que se juntam ao grupo com mestrado na USP ou na FGV que esteve no Copom por um período de tempo maior. A análise das experiências de doutorado dos participantes do Copom, por fim, indica que dentre os membros com este nível de formação, um significativo número de atores conseguiu seus diplomas não apenas nos EUA de forma geral, mas em universidades específicas desse país (Universidade da Califórnia em Berkeley, Universidade de Princeton ou Universidade de Illinois). Por outro lado, também nesse caso percebe-se uma mudança de perfil educacional do grupo em anos mais recentes, com a substituição de diretores com doutorado estadunidense por outros doutores formados em universidades brasileiras.

Uma última constatação que cabe ser feita em relação à formação educacional dos diretores e presidentes do BC é sobre o número de membros do Copom com alta qualificação que participou das reuniões ao longo dos anos. Observa-se que, com exceção da reunião de setembro de 2015, houve um aumento do percentual de membros que detêm título de doutorado em anos recentes em relação à proporção em anos anteriores (em 2014 e 2013, 62%; em 2012 e 2011, 71%; em 2010, 75%). Por outro lado, a quantidade de diretores sem título de mestrado manteve-se ínfima em toda a série temporal, apesar do número de mestres em áreas relacionadas a economia ou finanças ter caído significativamente após 2002. Esses dados apontam, portanto, para um aumento da especialização acadêmica dos membros do Copom, a qual, caso não passe a obedecer um padrão contrário neste quesito como se percebeu na reunião de setembro do ano atual, tenderá a confirmar o Copom como um grupo de profissionais que, em sua maioria, são detentores de altos níveis de formação científica e educacional.

Além da especialização científica, investigou-se também os níveis de atividade acadêmica dos diretores e presidentes do BC como professores de universidades ou outras instituições (Gráficos 3.7, 3.16 e 3.17). Nesse quesito, o Copom esteve balanceado desde 1998: cerca de 47% dos seus membros eram docentes quando assumiram a cadeira no conselho ou haviam sido em momentos anteriores. Há também uma forte concentração da atividade de ensino dos membros do Copom com trajetória de docência na FGV, USP, UnB e PUC-RJ (Gráfico 3.7). Analisando as tendências e variações nessas categorias ao longo dos anos (Gráficos 3.16 e 3.17), percebe-se que houve presença significativa de integrantes do Comitê que atuam ou atuaram como professores nas referidas universidades em grande parte das reuniões analisadas, especialmente naquelas de

2007 a 2010 (Gráfico 3.16). Por outro lado, os atores com trajetórias de docente em universidades dos Estados Unidos e os que lecionaram na FGV/USP/UnB/PUC-RJ se fizeram presentes em maior medida em momentos delimitados – os períodos 2003-2010 e 1998-2007, respectivamente (Gráfico 3.17). Além disso, em um movimento curiosamente contrário ao da referida especialização dos diretores que se observou nos últimos anos, o número dos mesmos com experiências como docentes decresceu a partir de 2011, alcançando apenas 22% dos membros do Copom em setembro de 2015 (Gráfico 3.16).

A formação educacional dos diretores e presidentes do BC e as atividades de docência universitária por eles já desenvolvidas revelam aspectos relevantes relacionados à cientificação à tendência ao isomorfismo no âmbito do Copom. Sobre a cientificação, observa-se alguns dados aparentemente conflitantes. Por um lado, a proporção significativa de diretores do Banco Central em todo o período analisado com experiências de docência (47% do total), a especialização considerável dos integrantes do Copom, com cerca de metade de todos eles possuindo títulos de doutorado e praticamente todos contando com títulos de mestrado, e a elevação da intensidade deste último fenômeno nos últimos anos, como pode ser observado com o aumento do número de atores com doutorados completos entre as reuniões de 2010 e 2014, sinalizam em direção a uma maior

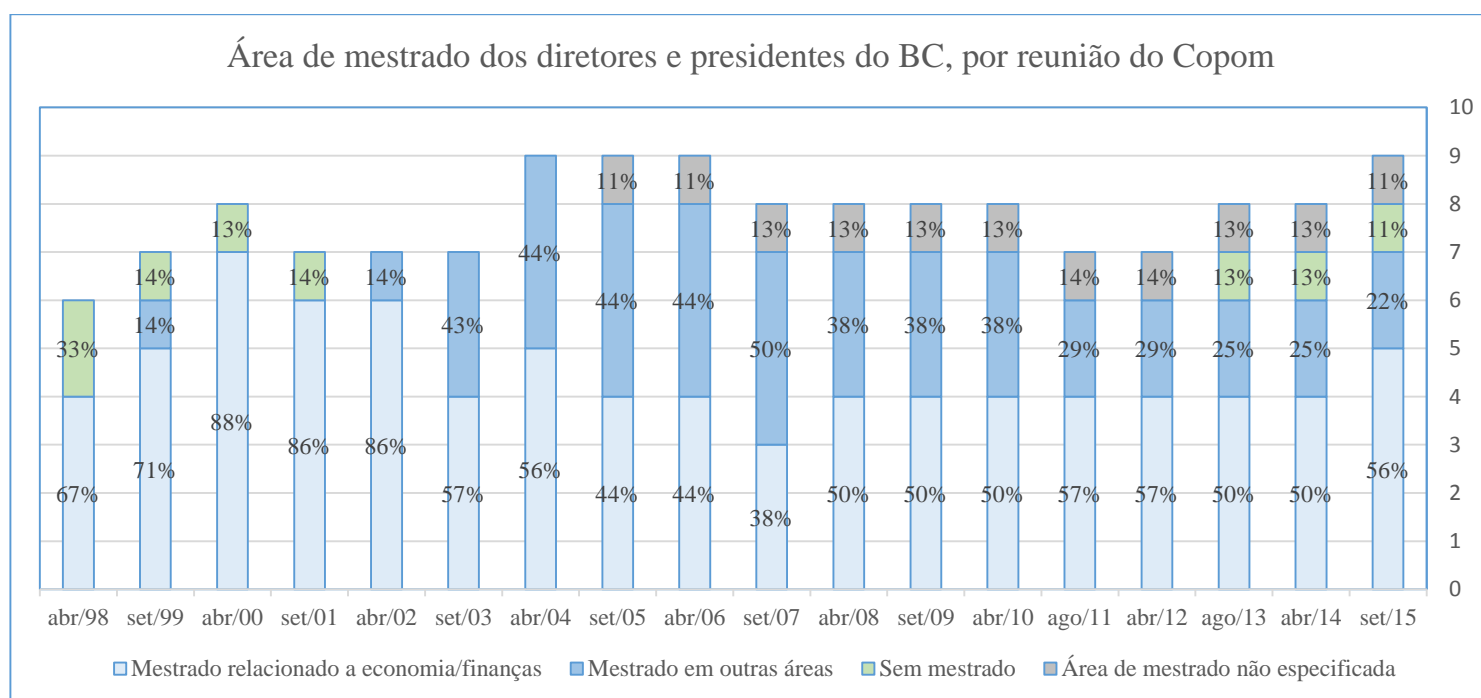


Gráfico 3.12 – Área de mestrado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

Universidade de mestrado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

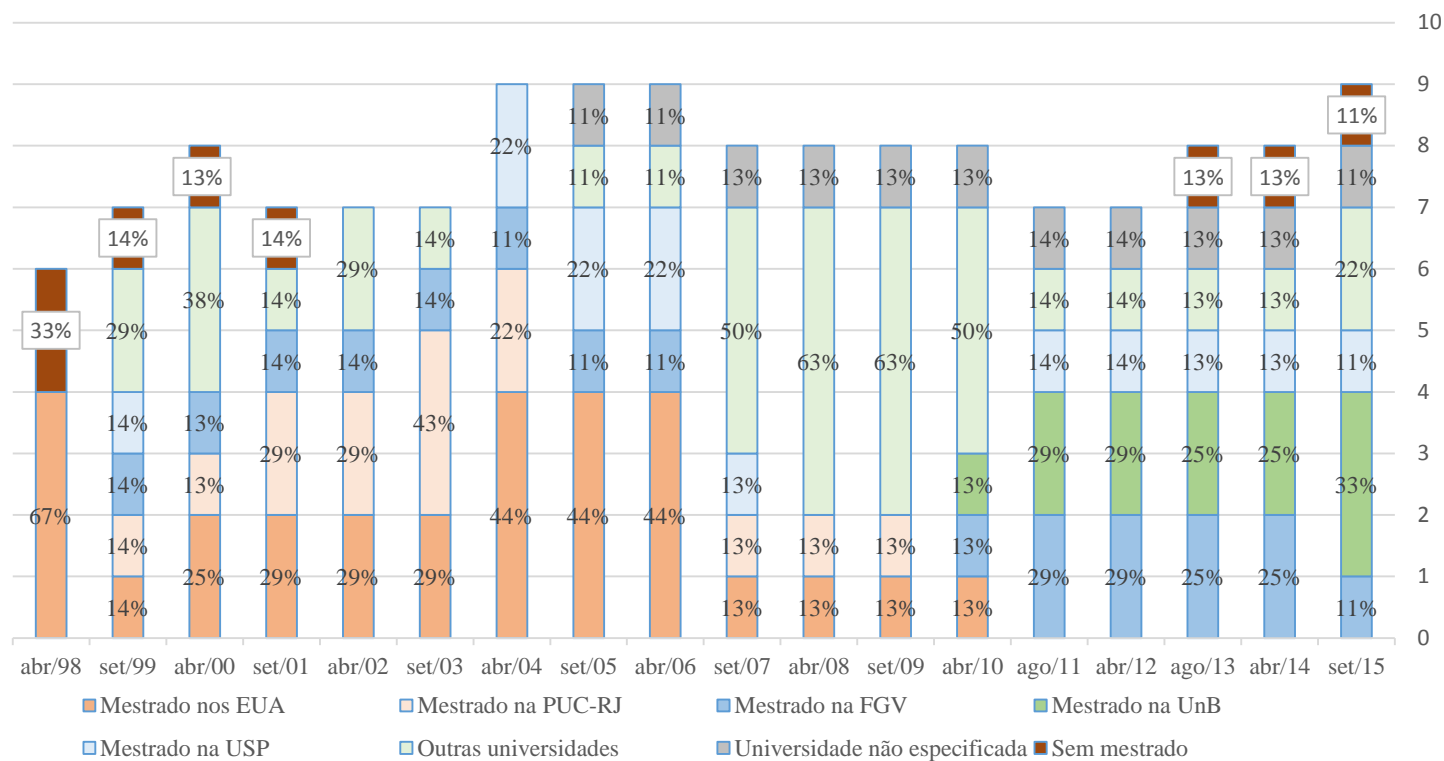


Gráfico 3.13 – Universidade de mestrado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

Área de doutorado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

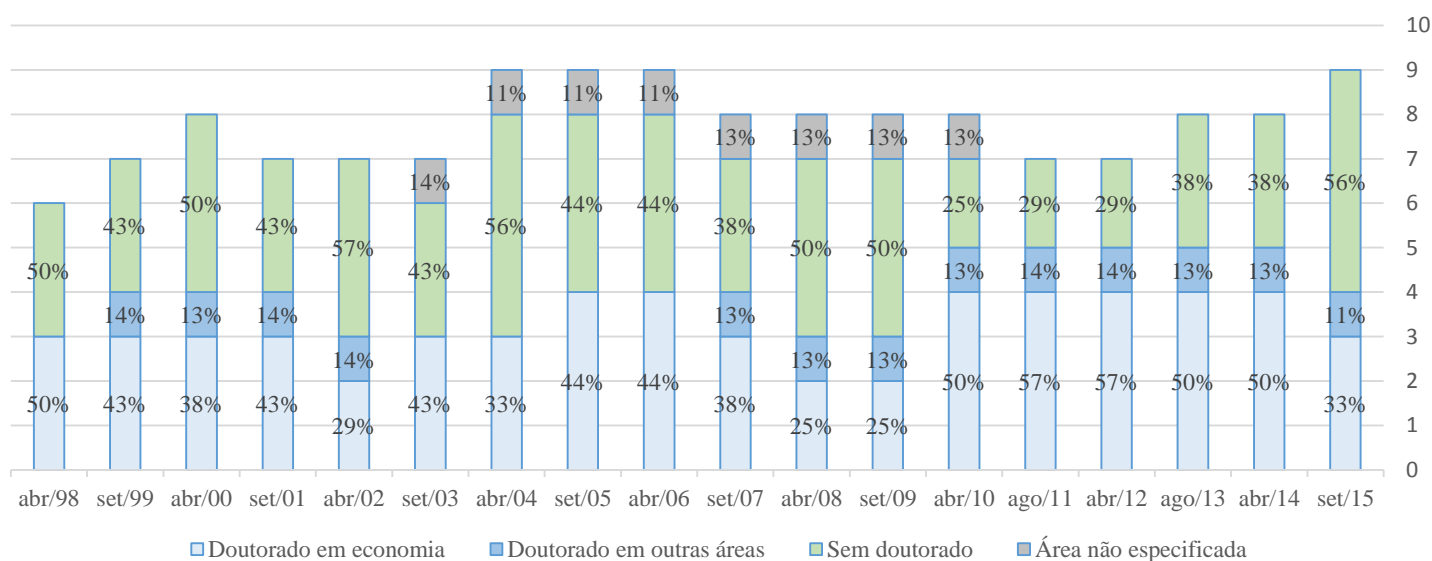


Gráfico 3.14 - Área de doutorado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

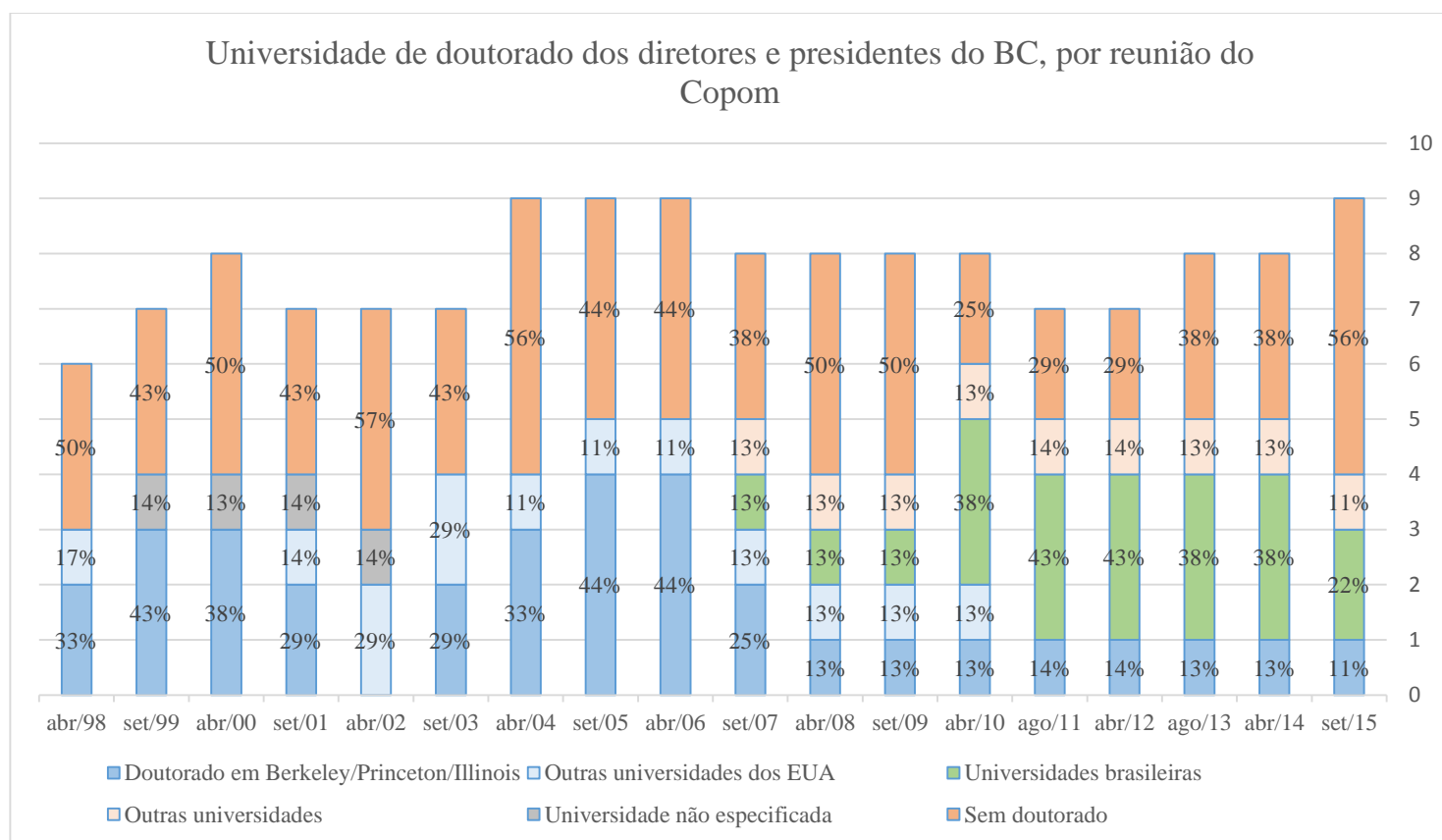


Gráfico 3.15 - Universidade de doutorado dos diretores e presidentes do BC, por reunião do Copom

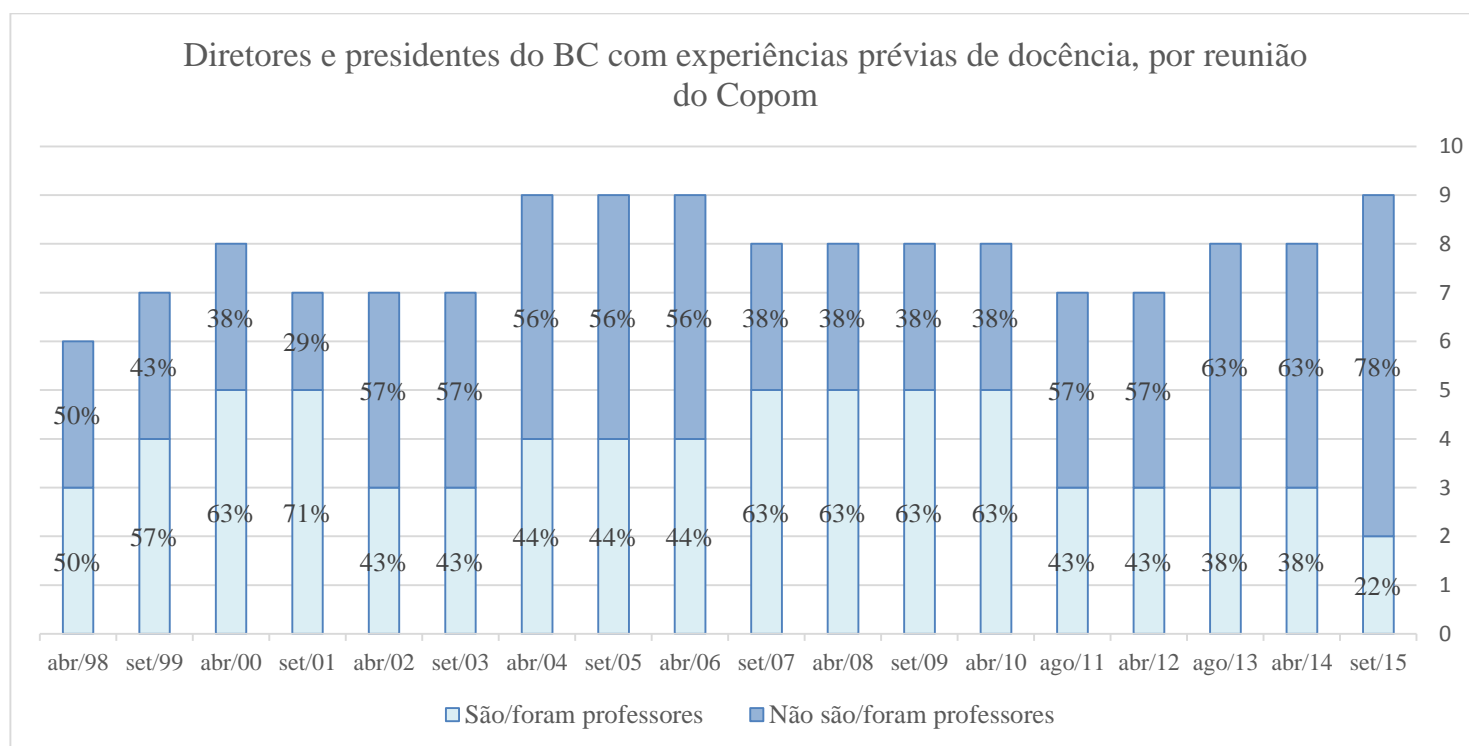


Tabela 3.16 - Diretores e presidentes do BC com experiências prévias de docência, por reunião do Copom

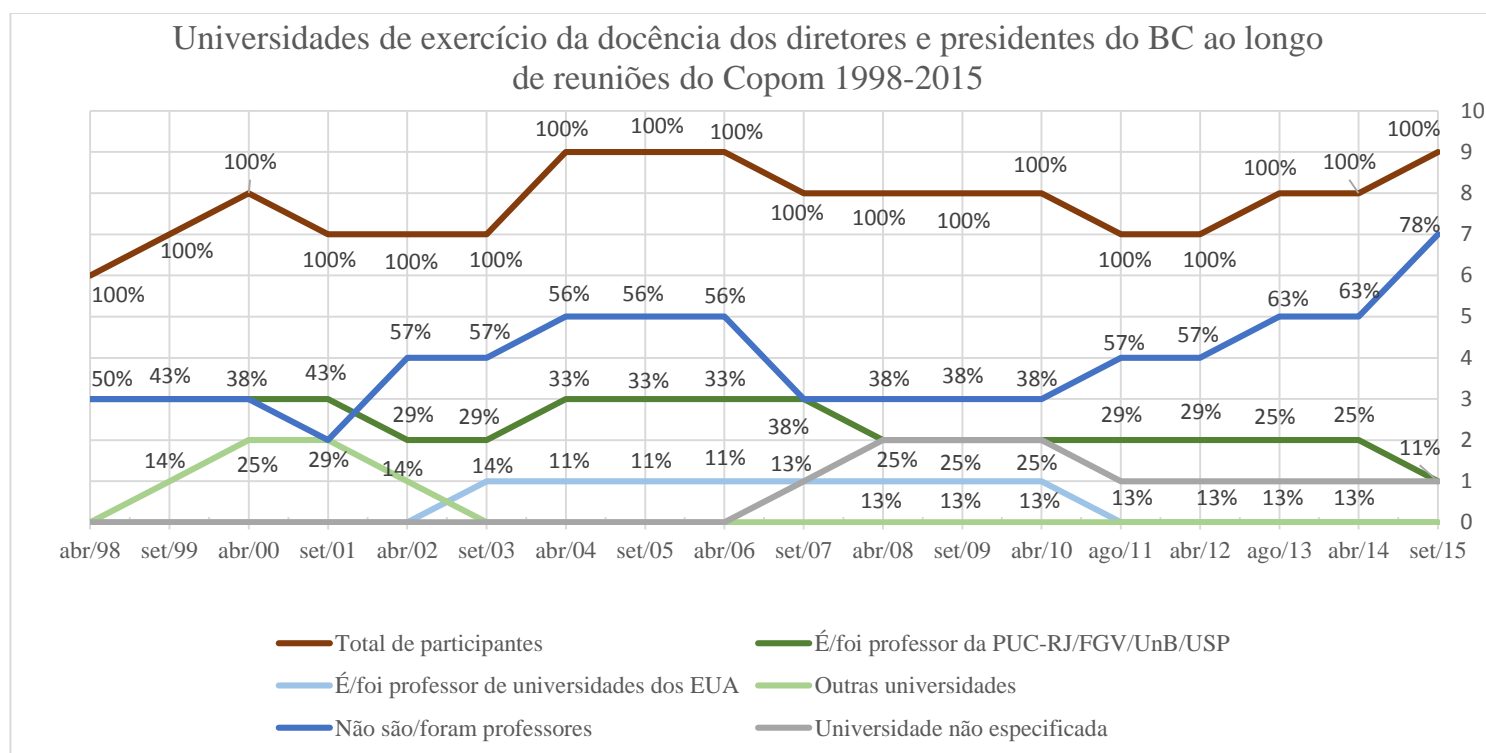


Gráfico 3.17 - Universidades de exercício da docência dos diretores e presidentes do BC ao longo de reuniões do Copom 1998-2015

presença de mecanismos de legitimação científica, um aspecto central para a cientificação conceituada por Meyer(2006), como autorizativos para a seleção dos ocupantes das cadeiras do Conselho. No entanto, a diminuição do número de diretores com trajetórias como docentes em anos recentes – de 62% dos presentes na reunião de 2010 para apenas 22% no encontro de 2015 – põe em xeque uma das características centrais da cientificação: a ampliação da quantidade de agentes *produtores* de ciência. Dessa maneira, parece ocorrer uma cientificação relativa do Copom, dentro de certos limites, mas que não deixa de se apresentar como um fenômeno importante na formação do grupo de atores do Conselho⁴.

Sob outra perspectiva, os dados reforçam de forma significativa indicativos de isomorfismo institucional no Copom. Como já foi comentado, a concentração da formação educacional dos

⁴ Além dos apontados, um indicativo relevante de cientificação no Banco Central observado na análise dos currículos é o alto nível educacional e a atuação acadêmica dos presidentes da instituição quando assumiram o cargo. Alexandre Tombini, presidente do BC desde janeiro de 2011, é doutor pela Universidade de Illinois e havia exercido atividade de docente na UnB. Henrique Meirelles, que ocupou a presidência de 2003 a 2010, recebeu título de doutor honorário pelo Bryant College e integrava o conselho acadêmico de universidades dos EUA. Armínio Fraga, presidente entre 1999 e 2003, é doutor pela Universidade de Princeton e havia exercido a docência na Universidade de Columbia, na PUC-Rio e na FGV. A cientificação dos cargos de presidentes de bancos centrais entendida como a progressiva ascensão destes atores como *produtores* de ciência, tal qual no trabalho de Marcussen (2005), parece, portanto, ocorrer também no caso brasileiro.

diretores em algumas poucas instituições de ensino superior, nos três níveis de formação (graduação, mestrado e doutorado), revela a alta probabilidade de presença de atores na política monetária com formas similares de pensar e agir em torno das questões de seu campo profissional. O reduzido número de universidades em que a maioria dos membros com trajetórias de docente havia lecionado também sugere homogeneidade em seus perfis. Contudo, a observação dos dados separando-os por reunião do Copom aponta para uma tendência similar à observada na análise das trajetórias profissionais: a presença de determinados perfis de formação e de atividades de docência, de acordo com as universidades em que os atores tiveram ou tem essas experiências, é significativamente delineada em diferentes períodos de atividade do Copom. Esta constatação ganha ainda mais relevância quando se nota a coincidência entre as mudanças de perfil dos participantes do Copom e as trocas de presidentes do Banco Central e dos próprios presidentes da República, estes últimos sendo os responsáveis legais pela indicação da diretoria colegiada (o conjunto de presidente e diretores do BC), após a aprovação dos nomes no Senado Federal⁵. Dessa maneira, os resultados encontrados parecem sinalizar também a existência de lógicas pessoais ou políticas na definição dos perfis de diretores do Copom, as quais, no entanto, mostram-se limitadas pela observação da pequena variação de perfis escolhidos, que possuem trajetórias educacionais e profissionais

⁵ Os aspectos dos perfis dos membros do Copom mais característicos de acordo com as diferentes gestões do Banco Central e com os presidentes da República em exercício são os seguintes: a) entre 1998 e 2002, período no qual o presidente da República foi Fernando Henrique Cardoso e a presidência do Banco Central foi ocupada por Gustavo Franco e Armínio Fraga (na ata de reunião de abril de 1998 analisada nesse trabalho, excepcionalmente quem ocupa o cargo de presidente em exercício é Francisco Lafaiete de Pádua Lopes), houve um maior número de membros do Copom com passagens prévias no Banco do Brasil e outros bancos públicos, uma alta proporção de membros com passagens em instituições financeiras internacionais e uma quantidade significativa deles com experiências em bancos privados, porém não tão alta quanto no período subsequente; em relação à formação acadêmica, grande parte dos membros possuía graduação e mestrado em economia ou finanças e os havia concluído na UFRJ e na PUC-RJ ou nos Estados Unidos, respectivamente, e aqueles que cursaram doutorado o fizeram quase a totalidade nos EUA, geralmente em Princeton/Berkeley/Illinois; sobre as atividades de docência, nota-se um número maior de experiências que em outros períodos, em grande medida concentradas na UnB/PUC-RJ/FGV/USP; b) no período 2002-2010, que teve como respectivos presidentes da República e do Banco Central Luiz Inácio Lula da Silva e Henrique Meirelles, ressaltam-se as experiências no setor privado - tanto em bancos quanto em outras organizações, e durante alguns anos também no FMI ou Banco Mundial - a formação na graduação na PUC-RJ, na USP ou na UFRJ, o mestrado na PUC-RJ ou nos EUA e o doutorado nos EUA, e um número variado de membros com histórico de docência universitária, predominantemente na PUC-RJ/USP/UnB/FGV; c) nos anos 2011-2015, durante o mandato de Dilma Rousseff na presidência da República e de Alexandre Tombini no Banco Central, predominam os membros com experiências prévias no Banco Central e o aumento de integrantes com experiências em outros órgão públicos, enquanto cai significativamente a quantidade de membros com passagens no setor privado e permanece relativamente menor o número deles que passaram por instituições financeiras internacionais; cresce o número de membros com graduação, mestrado e/ou doutorado na UnB e o mestrado e doutorado nos EUA diminuem sua relevância em relação aos períodos anteriores; por fim, nota-se uma expressiva redução do número de membros com experiências de docência, os quais, assim como nas passagens anteriores, também lecionam ou lecionaram em grande parte em uma das quatro universidades referidas - PUC-RJ, USP, UnB ou FGV

semelhantes, e da manutenção da mesma linha ideológica nos discursos do Copom apesar de mudanças no perfil de seus participantes.

CAPÍTULO IV

O Copom e as Dimensões de Governança Global: a Formação da Orientação Monetarista em Perspectiva Política

Diante dos resultados encontrados no estudo dos discursos e trajetórias presentes no Comitê de Política Monetária, foi possível observar já em uma primeira análise como tendem a operar importantes dimensões de governança global sobre as deliberações de política monetária. No entanto, para se ter uma visão mais exata dos fenômenos que moldam e orientam as visões e decisões do Comitê, é necessário que se questione não somente sobre como cada uma das dimensões opera separadamente, mas também de que maneira elas *se articulam* e formam novas situações favoráveis à alguns discursos e posições do Copom.

Nesse capítulo, na primeira seção, os indicadores de cientificação, isomorfismo e mercantilização observados no Copom são analisados em mais detalhes e é oferecida uma interpretação sobre como os mesmos se articulam no caso estudado. A partir desse entendimento, a segunda seção procura responder às questões centrais construídas nesse trabalho e interpretar a adequação da hipótese levantada à realidade analisada.

4.1 – Copom e dimensões de governança global

. Os resultados encontrados com as análises de conteúdo expostas no capítulo anterior revelaram características e tendências importantes do Copom. As principais delas são:

- a) Os discursos orientados ao mercado, como pôde ser visto na análise do conteúdo das atas de reunião do Comitê, predominam em ampla maioria dos encontros analisados, evidenciando um processo relevante de mercantilização deste fórum institucional;
- b) As semelhanças nas trajetórias profissionais e educacionais de seus diretores e presidentes, devido à intensidade com que são comuns e à própria tendência de homogeneização de visões e práticas que processos como esses acarretam, são fortes sinais de isomorfismo institucional;
- c) Por outro lado, os perfis dos atores são em alguma medida delineados ao longo do tempo, e os períodos de mudança de atores com determinadas trajetórias para outros de origens profissionais, educacionais e acadêmicas distintas coincidem em boa parte dos casos com

as trocas de presidente do Banco Central e de Presidente da República. Esses fatos indicam a presença de fatores políticos e mesmo pessoais na escolha dos integrantes do Copom. Isso, no entanto, não contraria a tendência ao isomorfismo do Comitê: os membros selecionados para o espaço não costumam ser formados em universidades distintas de um seletor grupo de instituições de ensino superior nacionais e estadunidenses, e os que são ou foram professores entre os escolhidos costumam também exercitar a docência em poucas e determinadas universidades. O único conjunto de categorias que sofreu maior variação com as mudanças de atores foi o das experiências profissionais, a qual, no entanto, não foi suficiente para alterar a tendência monetarista hegemônica das decisões do Copom;

- d) A considerável cientificação do Copom observada pela presença de membros com altos níveis educacionais, apesar de contraditada pela diminuição do número de professores universitários que vem ocupando as cadeiras do Comitê, também é um fenômeno de relevância, especialmente levando-se em conta o progressivo aumento do número de doutores observado nos últimos anos (com exceção do ano atual);
- e) A presença de atores com trajetórias profissionais em bancos, outras organizações do setor privado e instituições financeiras internacionais alinhadas ao pensamento econômico ortodoxo, apesar de se mostrar relevante de forma geral, ocorreu de maneira irregular ao longo dos anos, apresentando menores proporções em anos recentes. Esta constatação põe em xeque a hipótese de que seriam as práticas e visões de atores ligados em trajetória a essas instituições a fonte central da mercantilização observada no Copom no período analisado.

As constatações feitas sobre os resultados da pesquisa tornam mais complexa a interpretação da dinâmica do Copom e levantam novas questões sobre a natureza e as implicações de tendências e processos ocorridos no Comitê. Para os objetivos desse trabalho uma questão central é: se a mercantilização e a homogeneização de visões e posicionamentos observada ao longo de todo o período analisado não é resultado (ou ao menos não o é principalmente) da alta presença de atores provenientes de instituições financeiras internacionais, do setor financeiro privado e de outras organizações do mercado – como foi possível concluir diante dos dados encontrados – quais seriam as fontes principais desse processo, que tende a permanecer e talvez até se intensificar nos próximos anos? A cientificação e a concentração das formações

educacionais em um reduzido número de instituições científicas cumpririam um papel relevante nessa dinâmica?

Para responder a tais perguntas, vale retomar algumas proposições teóricas sobre as dimensões da cientifização e do isomorfismo. Em relação à primeira, um aspecto importante colocado por Meyer (2006) a respeito da ascensão da lógica científica e do pensamento racional é que este fenômeno, quando ocorrido em ambientes com alguns atores ou organizações bem estruturados, abre a possibilidade para o controle de visões do mundo social, humano e do meio-ambiente. Por outro lado, Djelic(2006), ao tratar das lógicas de difusão da mercantilização, descreve os processos de estruturação e socialização - a criação de “regras do jogo” de aparência imparcial -como mecanismos de difusão política e ideológica, e cita a própria escola de Chicago – uma instituição científica - e sua posterior ascensão global como um exemplo desse tipo de mercantilização “disfarçada”. Já a respeito do isomorfismo, ressalta-se o papel desempenhado pela profissionalização na homogeneização de práticas e estruturas organizacionais: DiMaggio e Powel (1983) apontam, na descrição do isomorfismo normativo, para a elaboração de normas e procedimentos por organizações profissionais que passam a ser continuamente adotadas por organizações diversas na filtragem de profissionais em seus quadros e na hierarquização dos mesmos; e Djelic(2006) avalia historicamente como a categoria dos economistas, que se profissionalizou e se padronizou em paralelo ao processo de mercantilização, passou a transmitir as visões ortodoxas da economia, dada a hegemonia dos EUA na produção científica e a força que as visões econômicas liberais possuíam neste país. Cumpre ainda um papel importante na homogeneização de práticas o isomorfismo mimético de DiMaggio e Powel(1983), por meio do qual as organizações, como forma de economizar recursos, copiam modelos e práticas considerados “bem-sucedidos” de maneira geral.

Estas diferentes formulações teóricas possuem aspectos distintivos que as permitem – cada qual em relação a seu objeto principal de análise – descrever e explicar importantes processos de governança global. Por outro lado, todas elas possibilitam apreender as implicações que a concentração de poder e legitimidade em algumas instituições científicas pode trazer em relação ao isomorfismo de organizações e ao controle de preceitos científicos e de produção de conhecimento. Alguns exemplos para ilustrar essa situação: a estruturação global de determinadas universidades ou departamentos acadêmicos para a produção de conhecimento científico, nos

termos de Meyer(2006), pode levar à hegemonia de determinadas disciplinas e enfoques sobre outros alternativos e ao relativo “controle” sobre instituições de acordo com os preceitos defendidos pela perspectiva hegemônica; a adoção de critérios seletivos por instituições públicas ou por atores responsáveis por sua gestão que privilegiem candidatos com diplomas em certas universidades ou experiências em certas organizações também pode caracterizar uma maior importância dada a determinadas práticas e visões de mundo sobre outras e a centros científicos que se enquadrem nos modelos priorizados, tal qual defende Djelic(2006).; a hierarquização de determinados tipos de conhecimento por uma categoria de profissionais pode levar à maior probabilidade de seleção pública de indivíduos formados em algumas instituições de educação superior, as quais se adequem melhor àqueles conhecimentos exigidos, como em DiMaggio e Powel(1983); a ascensão do profissionalismo em um contexto marcado por determinado viés ideológico, como a situação apresentada por Djelic(2006), também pode favorecer os currículos daquelas universidades mais alinhadas com a ideologia hegemônica; por fim, a necessidade ou preferência de algumas organizações em copiarem modelos considerados bem-sucedidos pode leva-las a selecionar perfis de determinadas universidades que possuam tradição e enfoque científico relacionados ao “modelo de sucesso” em detrimento de outras, caracterizando o isomorfismo mimético de DiMaggio e Powel(1983)

As pretensões de verificação dos contextos acima descritos ultrapassam o escopo desse trabalho. No entanto, as constatações feitas neste estudo a respeito da alta concentração de profissionais educados em um núcleo reduzido de universidades brasileiras e estadunidenses, ao significar uma elevada legitimidade que possuem estas universidades dentro dos critérios de seleção de profissionais estabelecidos pelo Copom, são um forte indicativo da tendência à homogeneização de ideias e práticas e da sobreposição de algumas percepções teóricas – no caso, de visões ortodoxas e monetaristas – sobre aquelas que se apresentam como alternativas – as percepções heterodoxas. As diferentes formas de “seletividade científica” que os enfoques teóricos sobre a governança global descrevem, em conjunto com as verificações empíricas realizadas neste estudo, parecem indicar, portanto, que a ascensão da legitimação científica como critério relevante para a escolha dos integrantes do Copom e a alta similaridade de perfis educacionais de seus membros, os quais em grande medida se formaram e se especializaram em um pequeno grupo de universidades, são importantes dispositivos para a manutenção de visões e práticas ortodoxas e

monetaristas, originalmente resultado de processos mais amplos de mercantilização, na linha de atuação política do Comitê.

4.2 – *Questões do trabalho e tese desenvolvida*

Ao longo dos capítulos desse trabalho, as questões elencadas para orientar a análise empreendida foram sendo naturalmente satisfeitas em paralelo com a exposição teórica e os resultados encontrados no estudo empírico. Como maneira de recapitular as revelações encontradas, no entanto, julgou-se necessário reapresentar brevemente nessa seção as respostas às indagações iniciais, bem como reafirmar a tese final defendida a partir dos principais achados.

Em primeiro lugar, observou-se por meio da análise das atas de reuniões do Copom ocorridas nos últimos 18 anos que o discurso do Comitê apresenta, de maneira geral, uma expressiva orientação monetarista em seus discursos, caracterizada pela prioridade dada à estabilidade de preços sobre outras variáveis e pela defesa da gestão da taxa básica de juros como a maneira adequada de controlar o nível da inflação. Recentemente, além da visão monetarista propriamente dita, as reuniões do Copom passaram a apresentar uma quantidade de percepções ortodoxas em geral, as quais veem de maneira positiva ações como a retração de gastos do governo, a geração de superávits primários e, de maneira geral, a moderação do crédito como mecanismo para a diminuição de preços. Esses aspectos reforçam a intensidade com que se faz presente o viés teórico da ortodoxia monetária e econômica nas decisões de política monetária, em detrimento de visões concorrentes, as quais, salvo algumas exceções, são referidas nos discursos do Comitê de maneira marginal e localizada.

O viés discursivo e decisório do Copom, dessa maneira, adequa-se ao movimento global de mercantilização observado a partir dos anos 1980. A liberalização e a diminuição do papel do Estado em assuntos econômicos encontram respaldo, no caso das políticas implementadas pelo Comitê, tanto em medidas institucionais, como o regime de metas de inflação legalmente imposto no país, quanto em aspectos discursivos propriamente ditos do Copom.

Por fim, as constatações obtidas a partir da análise empírica, que indicam uma presença significativa de alto nível educacional (doutorado/PHD) entre os membros do Copom e, de maneira ainda mais relevante, um reduzido número de universidades brasileiras e norte-americanas nos quais grande parte dos diretores se formou e se especializou, bem como uma redução recente

no número de atores com passagens por organizações privadas e instituições financeiras internacionais, sugerem que uma fonte importante da padronização de discursos e práticas no Copom relacione-se com os próprios processos de cientificação e de isomorfismo: a cientificação leva à adoção de indicadores de legitimação científica – como a especialização acadêmica - pelo Copom e por outras autoridades responsáveis para a seleção de profissionais que venham a ocupar as cadeiras do fórum institucional; o isomorfismo, provavelmente sob diferentes formas, como a normativa e a mimética (DiMaggio e Powel, 1983), enviesa tal legitimação científica, que passa a ser concedida em maior grau somente a atores com formação em um seletivo grupo de universidades. Constrói-se, dessa maneira, uma orientação sólida e hegemônica para a política monetária: atores altamente especializados, os quais possuem um discurso homogêneo e posicionamentos semelhantes, aplicam as medidas de política monetária ortodoxa e reproduzem sua predominância por meio dos critérios formais e informais utilizados para a seleção de perfis profissionais, acadêmicos e políticos. Os debates e alternativas teóricas e políticas deslocam-se, dessa forma, para fora do ambiente de deliberação da política monetária, pois não detêm o mesmo *status* científico no âmbito do Copom da mesma maneira que possuem as visões ortodoxas.

Conclusão

Procurou-se demonstrar nesse trabalho que as dimensões de governança global, apesar de serem fenômenos longínquos e de abrangência mundial, possuem implicações concretas e bem delimitadas em instituições nacionais. Fenômenos aparentemente fluidos e abstratos, a cientifização, a mercantilização e o isomorfismo causam impactos de larga escala na forma e conteúdo da política monetária brasileira, e certamente em outras esferas políticas, econômicas e sociais.

Os estudos sobre as características e impactos das dimensões de governança global no contexto brasileiro, no entanto, ainda são poucos e iniciais. Este trabalho, nesse sentido, procurou contribuir com um passo preliminar no entendimento desses importantes movimentos globais sobre uma área específica da institucionalidade do país. Certamente, portanto, seus resultados mostram-se apenas introdutórios e muito provavelmente simplificadores em demasia das dinâmicas com as quais se deteve. Ainda assim, a abordagem pioneira é importante para levantar novas questões e debates em torno de um tema ainda pouco discutido nas ciências sociais do Brasil.

Vale ressaltar, ainda, que além de implicações científicas, as dinâmicas de governança global e seus impactos apresentam implicações políticas imediatas. No caso da política monetária, um exemplo emblemático é o debate sobre a independência/autonomia ou integração do banco central. A análise aqui apresentada em relação às dimensões por trás dos discursos e posições do Copom são, dessa forma, bastante interessantes para a compreensão das variáveis que guiam o debate e de suas prováveis consequências: a defesa de um banco central independente parece estar amparada pela ideia de legitimação científica da autoridade monetária atrelada à defesa do monetarismo como visão teórica adequada para a política monetária, o qual, por sua vez, reivindica um distanciamento entre a condução monetária e a lógica e intervenção políticas; já a visão de integração do banco central defende a importância da política como mecanismo de legitimação democrática da política monetária e como canal de manifestação de interesses econômicos e sociais importantes para a tomada de posições da autoridade monetária, mas, apesar de também apresentar respaldo científico em círculos acadêmicos, não possui este mesmo *status* nas escolhas e definições do Copom, sendo relegada a uma posição inferior nos círculos de decisões de políticas. Com as constatações feitas neste trabalho a respeito da presença significativa das três dimensões de governança global – cientifização, mercantilização e isomorfismo – sobre as deliberações em política monetária, é

possível arriscar a previsão de que, no Brasil, este debate evoluirá - caso não surjam e se fortaleçam atores de fora dos círculos tradicionais de decisão - rumo a uma progressiva despolitização da política monetária e de seu executor, o Banco Central.

Espera-se, dessa maneira, que este trabalho tenha servido como uma abordagem inicial sobre os estudos de dinâmicas globais no contexto brasileiro, tão importantes do ponto de vista científico e político. O avanço das ciências sociais sobre essa temática certamente será de grande valor para o entendimento de complexas realidades, ainda pouco investigadas.

Bibliografia

- CAPIE, F.; FISCHER, S., GOODHART, C. and SCHNADT, N. (eds), *The future of central banking: the tercentenary symposium of the Bank of England*. Cambridge, UK : Cambridge University Press, 1994, pp. 1-261;
- CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: Evolução Histórica e Institucional. *Perspectiva Econômica*; v.2, n, 1: 1 - 23, jan./jun. 2006;
- DIMAGGIO, Paul J. e POWELL, Walter W. *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*. *American Sociological Review*, abril, 1983;
- DJELIC, Marie-Laure. *Marketization: From intellectual agenda to global policy-making*. In: DJELIC, Marie-Laure e ANDERSON, Kerstin Salin-. *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006;
- EPSTEIN, Gerald (2006). *Central banks as agents of economic development*, Research Paper, UNU-WIDER, United Nations University (UNU), No. 2006/54, ISBN 9291908223;
- HABERMAS, Jürgen - Técnica e Ciência como Ideologia - Conhecimento e Interesse. Lisboa: Edições 70, 1987;
- HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;
- HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002;
- HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. São Paulo: Globo, 2009;
- MARCUSSEN, Martin. *The transnational governance network of central bankers*. In: DJELIC, Marie-Laure e ANDERSON, Kerstin Salin-. *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006;
- MARCUSSEN, Martin. *Transcending Politics: A New Stage in Management Transformation? The Scientization of Central Banking as Case Study*. SCANCOR/SOG Workshop on Autonomization of the State: From Integrated Administrative Models to Single Purpose Organizations, Stanford University. 2005;
- MARCUSSEN, Martin. *The transnational governance network of central bankers*. In: DJELIC, Marie-Laure e ANDERSON, Kerstin Salin-. *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006;
- MEYER, John W. e DRORI, Gili S. *Scientization: Making a world safe for organizing*. In: DJELIC, Marie-Laure e ANDERSON, Kerstin Salin-. *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006;
- MEYER, John W. *Globalization: Sources and Effects on National States and Societies*. *International Sociology*, 2000;

MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), julho-setembro/2004;

MOLLO, M. L. R. A Questão da Independência do Banco Central: Reflexões Teóricas para a Formulação da Política Econômica. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 7(2): 333-358, jul/dez, 2003.

Apêndice

Tabela 1 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico – índices gerais, incluindo citações ao regime de metas de inflação

Percepções normativas das atas de reunião de acordo com referencial teórico - índices gerais	Quantidade de percepções
Total de percepções normativas sobre política monetária	117(100%)
Percepções baseadas na visão monetarista	21(18%)
Percepções baseadas na visão ortodoxa em geral	15(13%)
Percepções baseadas na visão heterodoxa em geral	7(6%)
Percepções baseadas na visão heterodoxa em política monetária	8(7%)
Percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes	66(56%)

Tabela 1 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico – índices gerais, incluindo citações ao regime de metas de inflação

Tabela 2 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico – índices gerais, excluindo citações ao regime de metas de inflação

Percepções normativas das atas de reunião de acordo com referencial teórico - índices gerais (sem metas de inflação)	Quantidade de percepções
Total de percepções normativas sobre política monetária	143(100%)
Percepções baseadas na visão monetarista	47(33%)
Percepções baseadas na visão ortodoxa em geral	15(11%)
Percepções baseadas na visão heterodoxa em geral	7(5%)
Percepções baseadas na visão heterodoxa em política monetária	8(6%)
Percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes	66(46%)

Tabela 2 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico, excluindo citações ao regime de metas de inflação

Tabela 3 - Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico, incluindo citações ao regime de metas de inflação

Reunião	Total de percepções normativas sobre política monetária	Percepções com referencial monetarista	Percepções com referencial ortodoxo em geral	Percepções com referencial heterodoxo em geral	Percepções com referencial heterodoxo em política monetária	Percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes
193a - Setembro 2015	11(100%)	4(36%)	3(27%)	0	0	4(36%)
182a - Abril 2014	10(100%)	3(30%)	2(20%)	0	0	5(50%)
177a - Agosto 2013	15(100%)	4 (27%)	2(13%)	1(7%)	1(7%)	7(47%)
166a - Abril 2012	13(100%)	4(31%)	3(23%)	1(8%)	0	5(38%)
161a- Agosto 2011	10(100%)	4(40%)	2(20%)	0	2(20%)	2(20%)
150a - Abril 2010	10(100%)	5(50%)	1(10%)	1(10%)	0	3(30%)
145a - Setembro 2009	13(100%)	4(31%)	0	2(15%)	2(15%)	5(38%)
134a - Abril 2008	10(100%)	5(50%)	0	1(10%)	0	4(40%)
129a - Setembro 2007	9(100%)	3(33%)	0	0	1(11%)	5(56%)
118a - Abril 2006	4(100%)	1(25%)	0	1(25%)	1(25%)	1(25%)
112a - Setembro 2005	4(100%)	2(50%)	0	0	0	2(50%)
95a - Abril 2004	5(100%)	2(40%)	0	0	0	3(60%)
88a - Setembro 2003	6(100%)	3(50%)	0	0	0	3(50%)
70a - Abril 2002	4(100%)	1(25%)	0	0	0	3(75%)
63a - Setembro 2001	4(100%)	0	0	0	0	4(100%)
46a - Abril 2000	7(100%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	4(57%)
38a - Setembro 1999	3(100%)	1(33%)	0	0	0	2(67%)
23a - Abril 1998	5(100%)	0	1(20%)	0	0	4(80%)

Tabela 3- Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico, incluindo citações ao regime de metas de inflação

Tabela 4 - Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico, excluindo citações ao regime de metas de inflação

Reunião	Total de percepções normativas sobre política monetária	Percepções com referencial monetarista	Percepções com referencial ortodoxo em geral	Percepções com referencial heterodoxo em geral	Percepções com referencial heterodoxo em política monetária	Percepções consensuais, pouco claras ou variáveis em ambas as correntes
Setembro 2015	9(100%)	2(22%)	3(33%)	0	0	4(44%)
182a - Abril 2014	8(100%)	1(13%)	2(25%)	0	0	5(63%)
177a - Agosto 2013	14(100%)	3(21%)	2(14%)	1(7%)	1(7%)	7(50%)
166a - Abril 2012	9(100%)	0	3(33%)	1(11%)	0	5(56%)
161a - Agosto 2011	6(100%)	0	2(33%)	0	2(33%)	2(33%)
150a - Abril 2010	8(100%)	3(38%)	1(13%)	1(13%)	0	3(38%)
Setembro 2009	9(100%)	0	0	2(22%)	2(22%)	5(56%)
134a - Abril 2008	9(100%)	4(44%)	0	1(11%)	0	4(44%)
Setembro 2007	8(100%)	2(25%)	0	0	1(13%)	5(63%)
118a - Abril 2006	3(100%)	0	0	1(33%)	1(33%)	1(33%)
Setembro 2005	3(100%)	1(33%)	0	0	0	2(67%)
95a - Abril 2004	4(100%)	1(25%)	0	0	0	3(75%)
Setembro 2003	5(100%)	2(40%)	0	0	0	3(60%)
70a - Abril 2002	3(100%)	0	0	0	0	3(100%)
Setembro 2001	4(100%)	0	0	0	0	4(100%)
46a - Abril 2000	7(100%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	4(57%)
Setembro 1999	3(100%)	1(33%)	0	0	0	2(67%)
23a - Abril 1998	5(100%)	0	1(20%)	0	0	4(80%)

Tabela 4 – Percepções normativas das atas de reunião do Copom de acordo com referencial teórico, excluindo citações ao regime de metas de inflação

Tabela 5 – Experiências profissionais, formação educacional e atividades de docência dos diretores do Banco Central – índices gerais

Experiências profissionais, formação educacional e atividades de docência dos diretores do Banco Central – índices gerais	Quantidade de diretores
Total de diretores	40(100%)
Passaram pelo Banco Central	22(55%)
Passaram pelo Banco do Brasil	8(20%)
Passaram por outros bancos públicos	7(18%)
Passaram por outros órgãos públicos	11(28%)
Passaram por bancos privados	19(48%)
Outras experiências no setor privado	11(28%)
Passaram pelo FMI e/ou Banco Mundial	14(35%)
Outras instituições financeiras internacionais	6(15%)
Formação em economia	24(60%)
Graduados na PUC-RJ/ UFRJ/USP/UNB	21(53%)
Graduação em outras universidades	19(48%)
Mestrados relacionados a economia/finanças	28(70%)
Mestrados em outras áreas	9(23%)
Sem mestrado	4(10%)
Mestrado nos EUA	11(28%)
Mestrados na PUC-RJ/FGV/UNB/USP	19(48%)
Mestrado em outras universidades	11(28%)
Doutorado em economia	18(45%)
Doutorado em outras áreas	2(5%)
Sem doutorado	19(48%)
Doutorado nos EUA	16(40%)
Doutorado no Brasil	3(8%)
Doutorado em outras universidades	2(5%)
É/foi professor da PUC-RJ/FGV/UnB/USP	14(35%)
É/foi professor de universidades dos EUA	4(10%)
É/foi professor de outras universidades	4(10%)
Não são/foram professores	21(53%)

Tabela 5 – Experiências profissionais, formação educacional e atividade de docência dos diretores do Banco Central – índices gerais. Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Tabela 6 - Experiências profissionais prévias dos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom

Reunião do Copom	Total de participantes	Passaram pelo Banco Central	Passaram pelo Banco do Brasil	Passaram por outros bancos públicos	Passaram por outros órgãos públicos	Passaram por bancos privados	Outras experiências no setor privado	Passaram pelo FMI e/ou Banco Mundial	Outras instituições financeiras internacionais
set/15	9 (100%)	7(78%)	2(22%)	1(11%)	3(33%)	1(11%)	2(22%)	3(33%)	1(11%)
abr/14	8(100%)	7(88%)	1(13%)	1(13%)	3(38%)	0	1(13%)	3(38%)	1(13%)
ago/13	8(100%)	7(88%)	1(13%)	1(13%)	3(38%)	0	1(13%)	3(38%)	1(13%)
abr/12	7(100%)	6(86%)	1(14%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	3(43%)	1(14%)
ago/11	7(100%)	6(86%)	1(14%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	3(43%)	1(14%)
abr/10	8(100%)	6(75%)	2(25%)	1(13%)	3(38%)	2(25%)	3(38%)	3(38%)	1(13%)
set/09	8(100%)	5(63%)	1(13%)	0	2(25%)	4(50%)	3(38%)	5(63%)	2(25%)
abr/08	8(100%)	5(63%)	1(13%)	0	2(25%)	4(50%)	3(38%)	4(50%)	2(25%)
set/07	8(100%)	4(50%)	1(13%)	1(13%)	2(25%)	5(63%)	3(38%)	4(50%)	1(13%)
abr/06	9(100%)	5(56%)	1(11%)	1(11%)	2(22%)	5(56%)	4(44%)	3(33%)	3(33%)
set/05	9(100%)	5(56%)	1(11%)	1(11%)	2(22%)	5(56%)	4(44%)	3(33%)	3(33%)
abr/04	9(100%)	4(44%)	2(22%)	1(11%)	2(22%)	6(67%)	5(56%)	2(22%)	2(22%)
set/03	7(100%)	2(29%)	2(29%)	0	1(14%)	6(86%)	4(57%)	1(14%)	2(29%)
abr/02	7(100%)	4(57%)	2(29%)	1(14%)	1(14%)	2(29%)	1(14%)	3(43%)	1(14%)
set/01	7(100%)	4(57%)	2(29%)	2(29%)	0	3(43%)	2(29%)	5(71%)	1(14%)
abr/00	8(100%)	5(63%)	2(25%)	2(25%)	1(13%)	3(38%)	2(25%)	4(50%)	1(13%)
set/99	7(100%)	5(71%)	3(43%)	2(29%)	1(14%)	3(43%)	0	3(43%)	0
abr/98	6(100%)	4(67%)	1(17%)	1(17%)	4(67%)	3(50%)	1(17%)	0	0

Tabela 6- Experiências profissionais prévias dos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Obs: A soma das experiências profissionais em cada uma das linhas não corresponde ao número total de participantes pois grande parte dos diretores enquadra-se em mais de uma categoria

Tabela 7 – Graduação universitária dos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom

Reunião do Copom	Total de participantes	Formação em economia	Formação em outras áreas	Formação não especificada	Graduados na PUC-RJ	Graduados na UFRJ	Graduados na USP	Graduados na UnB	Outras Universidades	Universidade não especificada
set/15	9(100%)	6(67%)	3(33%)	0	0	0	0	4(44%)	4(44%)	1(11%)
abr/14	8(100%)	4(50%)	3(38%)	1(13%)	0	0	0	3(38%)	4(50%)	1(13%)
ago/13	8(100%)	4(50%)	3(38%)	1(13%)	0	0	0	3(38%)	4(50%)	1(13%)
abr/12	7(100%)	4(57%)	2(29%)	1(14%)	0	0	0	3(43%)	3(43%)	1(14%)
ago/11	7(100%)	4(57%)	2(29%)	1(14%)	0	0	0	3(43%)	3(43%)	1(14%)
abr/10	8(100%)	3(38%)	5(63%)	0	0	0	1(13%)	2(25%)	4(50%)	1(13%)
set/09	8(100%)	5(63%)	3(38%)	0	0	3(38%)	1(13%)	1(13%)	2(25%)	1(13%)
abr/08	8(100%)	5(63%)	3(38%)	0	0	3(38%)	1(13%)	1(13%)	2(25%)	1(13%)
set/07	8(100%)	4(50%)	4(50%)	0	0	2(25%)	1(13%)	1(13%)	3(38%)	1(13%)
abr/06	9(100%)	6(67%)	3(33%)	0	0	0	3(33%)	1(11%)	4(44%)	1(11%)
set/05	9(100%)	6(67%)	3(33%)	0	0	0	3(33%)	1(11%)	4(44%)	1(11%)
abr/04	9(100%)	6(67%)	3(33%)	0	2(22%)	0	2(22%)	0	4(44%)	1(11%)
set/03	7(100%)	5(71%)	2(29%)	0	3(43%)	0	1(14%)	0	2(29%)	1(14%)
abr/02	7(100%)	5(71%)	2(29%)	0	1(14%)	2(29%)	0	0	4(57%)	0
set/01	7(100%)	5(71%)	2(29%)	0	1(14%)	3(43%)	0	0	3(43%)	0
abr/00	8(100%)	5(63%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	2(25%)	0	0	3(38%)	2(25%)
set/99	7(100%)	5(71%)	1(14%)	1(14%)	1(14%)	2(29%)	1(14%)	0	2(29%)	1(14%)
abr/98	6(100%)	4(67%)	2(33%)	0	1(17%)	1(17%)	1(17%)	0	3(50%)	0

Tabela 7 – Graduação universitária dos diretores do Banco Central, separados por reunião do Copom.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Obs.: Para os casos em que foi possível contabilizar em mais de uma categoria o mesmo diretor, optou-se, quando possível, por aquela que indica passagens comuns em relação a seus pares

Tabela 8– Mestrado ou curso de especialização cursados pelos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom

Reunião do Copom	Total de participantes	Mestrado relacionado a economia/finanças	Mestrado em outras áreas	Sem mestrado	Área de mestrado não especificada	Mestrado nos EUA	Mestrado na PUC-RJ	Mestrado na FGV	Mestrado na UnB	Mestrado na USP	Outras universidades	Universidade não especificada
set/15	9(100%)	5(56%)	2(22%)	1(11%)	1(11%)	0	0	1(11%)	3(33%)	1(11%)	2(22%)	1(11%)
abr/14	8(100%)	4(50%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	0	0	2(25%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)
ago/13	8(100%)	4(50%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	0	0	2(25%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)
abr/12	7(100%)	4(57%)	2(29%)	0	1(14%)	0	0	2(29%)	2(29%)	1(14%)	1(14%)	1(14%)
ago/11	7(100%)	4(57%)	2(29%)	0	1(14%)	0	0	2(29%)	2(29%)	1(14%)	1(14%)	1(14%)
abr/10	8(100%)	4(50%)	3(38%)	0	1(13%)	1(13%)	0	1(13%)	1(13%)	0	4(50%)	1(13%)
set/09	8(100%)	4(50%)	3(38%)	0	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0	0	0	5(63%)	1(13%)
abr/08	8(100%)	4(50%)	3(38%)	0	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0	0	0	5(63%)	1(13%)
set/07	8(100%)	3(38%)	4(50%)	0	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0	0	1(13%)	4(50%)	1(13%)
abr/06	9(100%)	4(44%)	4(44%)	0	1(11%)	4(44%)	0	1(11%)	0	2(22%)	1(11%)	1(11%)
set/05	9(100%)	4(44%)	4(44%)	0	1(11%)	4(44%)	0	1(11%)	0	2(22%)	1(11%)	1(11%)
abr/04	9(100%)	5(56%)	4(44%)	0	0	4(44%)	2(22%)	1(11%)	0	2(22%)	0	0
set/03	7(100%)	4(57%)	3(43%)	0	0	2(29%)	3(43%)	1(14%)	0	0	1(14%)	0
abr/02	7(100%)	6(86%)	1(14%)	0	0	2(29%)	2(29%)	1(14%)	0	0	2(29%)	0
set/01	7(100%)	6(86%)	0	1(14%)	0	2(29%)	2(29%)	1(14%)	0	0	1(14%)	0
abr/00	8(100%)	7(88%)	0	1(13%)	0	2(25%)	1(13%)	1(13%)	0	0	3(38%)	0
set/99	7(100%)	5(71%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	1(14%)	1(14%)	0	1(14%)	2(29%)	0
abr/98	6(100%)	4(67%)	0	2(33%)	0	4(67%)	0	0	0	0	0	0

Tabela 8 – Mestrados ou cursos de especialização cursados pelos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Obs.: Para os casos em que foi possível contabilizar em mais de uma categoria o mesmo diretor, optou-se, quando possível, por aquela que indica passagens comuns em relação a seus pares

Tabela 9 – Doutorado/PHD cursado pelos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom

Reunião do Copom	Total de participantes	Doutorado em economia	Doutorado em outras áreas	Sem doutorado	Área de doutorado não especificada	Doutorado em Berkeley/Princeton/Illinois	Outras universidades dos EUA	Universidades brasileiras	Outras universidades	Universidade não especificada
set/15	9(100%)	3(33%)	1(11%)	5(56%)	0	1(11%)	0	2(22%)	1(11%)	0
abr/14	8(100%)	4(50%)	1(13%)	3(38%)	0	1(13%)	0	3(38%)	1(13%)	0
ago/13	8(100%)	4(50%)	1(13%)	3(38%)	0	1(13%)	0	3(38%)	1(13%)	0
abr/12	7(100%)	4(57%)	1(14%)	2(29%)	0	1(14%)	0	3(43%)	1(14%)	0
ago/11	7(100%)	4(57%)	1(14%)	2(29%)	0	1(14%)	0	3(43%)	1(14%)	0
abr/10	8(100%)	4(50%)	1(13%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	3(38%)	1(13%)	0
set/09	8(100%)	2(25%)	1(13%)	4(50%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0
abr/08	8(100%)	2(25%)	1(13%)	4(50%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0
set/07	8(100%)	3(38%)	1(13%)	3(38%)	1(13%)	2(25%)	1(13%)	1(13%)	1(13%)	0
abr/06	9(100%)	4(44%)	0	4(44%)	1(11%)	4(44%)	1(11%)	0	0	0
set/05	9(100%)	4(44%)	0	4(44%)	1(11%)	4(44%)	1(11%)	0	0	0
abr/04	9(100%)	3(33%)	0	5(56%)	1(11%)	3(33%)	1(11%)	0	0	0
set/03	7(100%)	3(43%)	0	3(43%)	1(14%)	2(29%)	2(29%)	0	0	0
abr/02	7(100%)	2(29%)	1(14%)	4(57%)	0	0	2(29%)	0	0	1(14%)
set/01	7(100%)	3(43%)	1(14%)	3(43%)	0	2(29%)	1(14%)	0	0	1(14%)
abr/00	8(100%)	3(38%)	1(13%)	4(50%)	0	3(38%)	0	0	0	1(13%)
set/99	7(100%)	3(43%)	1(14%)	3(43%)	0	3(43%)	0	0	0	1(14%)
abr/98	6(100%)	3(50%)	0	3(50%)	0	2(33%)	1(17%)	0	0	0

Tabela 9 – Doutorado/PHD cursado pelos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Obs.: Para os casos em que foi possível contabilizar em mais de uma categoria o mesmo diretor, optou-se, quando possível, por aquela que indica passagens comuns em relação a seus pares.

Tabela 10 – Atividade acadêmica de docência dos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom

Reunião do Copom	Total de participantes	É/foi professor da PUC-RJ/FGV/UnB/USP	É/foi professor de universidades dos EUA	Outras universidades	Não são/foram professores	Universidade não especificada
set/15	9(100%)	1(11%)	0	0	7(78%)	1(11%)
abr/14	8(100%)	2(25%)	0	0	5(63%)	1(13%)
ago/13	8(100%)	2(25%)	0	0	5(63%)	1(13%)
abr/12	7(100%)	2(29%)	0	0	4(57%)	1(13%)
ago/11	7(100%)	2(29%)	0	0	4(57%)	1(13%)
abr/10	8(100%)	2(25%)	1(13%)	0	3(38%)	2(25%)
set/09	8(100%)	2(25%)	1(13%)	0	3(38%)	2(25%)
abr/08	8(100%)	2(25%)	1(13%)	0	3(38%)	2(25%)
set/07	8(100%)	3(38%)	1(13%)	0	3(38%)	1(13%)
abr/06	9(100%)	3(33%)	1(11%)	0	5(56%)	0
set/05	9(100%)	3(33%)	1(11%)	0	5(56%)	0
abr/04	9(100%)	3(33%)	1(11%)	0	5(56%)	0
set/03	7(100%)	2(29%)	1(14%)	0	4(57%)	0
abr/02	7(100%)	2(29%)	0	1(14%)	4(57%)	0
set/01	7(100%)	3(43%)	0	2(29%)	2(29%)	0
abr/00	8(100%)	3(38%)	0	2(25%)	3(38%)	0
set/99	7(100%)	3(38%)	0	1(14%)	3(43%)	0
abr/98	6(100%)	3(50%)	0	0	3(50%)	0

Tabela 10 – Atividade acadêmica dos diretores e presidentes do Banco Central, separados por reunião do Copom. Fonte: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Obs: Para os casos em que foi possível contabilizar em mais de uma categoria o mesmo diretor, optou-se, quando possível, por aquela que indica passagens comuns em relação a seus pares

Primeira tabela com dados empíricos puros

Nome	Reuniões do Copom em que está presente	Experiências anteriores em finanças/política monetária					
		Setor Público			Setor Privado		Instituições financeiras internacionais
		Banco Central	Bancos públicos(qual?)	Outros	Bancos(qual?)	Outros	
Alexandre Antonio Tombini – Presidente	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11; abr/10; set/09; abr/08; set/07; abr/06; set/05	Sim	Não	Sim	Não	Não	FMI
Aldo Luiz Mendes	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11; abr/10	Sim	BB	Não	Não	Sim	Não
Altamir Lopes	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11	Sim	Não	Não	Não	Não	FMI; Outra
Anthero de Moraes Meirelles	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11; abr/10; set/09; abr/08; set/07	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Luiz Awazu Pereira da Silva	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11; abr/10	Não	Não	Sim	Não	Não	Banco Mundial
Luiz Edson Feltrim	set/15; abr/14; ago/13	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Otávio Ribeiro Damaso	set/15;	Sim	BB; CAIXA; Banco do Estado do Ceará	Sim	Não	Não	Não
Sidnei Corrêa Marques	set/15; abr/14; ago/13; abr/12; ago/11	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Tony Volpon	set/15;	Não	Não	Não	Standard Chtrtd. Bank(EUA); Bank of America International(Londres) ; Multibanco; Nationsbanc Securities; Banco Safra; Banco Cindam; Banco SRL; Banco de Boston	Sim	Não
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	abr/14; ago/13; abr/12; ago/11; abr/10	Sim	Banco do Estado do Ceará	Sim	Não	Não	Não
Henrique de Campos Meirelles - Presidente	abr/10; set/09; abr/08; set/07; abr/06; set/05; abr/04; set/03	Não	Não	Não	Banco de Boston	Sim	Outra
Alvir Alberto Hoffmann	abr/10; set/09; abr/08	Sim	Não	Não	Não	Não	FMI; Banco Mundial
Antonio Gustavo Matos do Vale	abr/10; set/09; abr/08; set/07; abr/06; set/05; abr/04; set/03	Sim	BB	Não	BMG; Banco Mercantil do Brasil	Sim	Não
Maria Celina Berardinelli Arraes	set/09; abr/08	Sim	Não	Sim	Não	Não	FMI; Outra
Mario Gomes Torós	set/09; abr/08; set/07	Não	Não	Não	Santander Brasil; Santander Londres; ING Bank	Sim	Não
Mário Magalhães Carvalho Mesquita	set/09; abr/08; set/07	Não	Não	Não	Banco ABN AMRO Real	Não	FMI
Paulo Sérgio Cavalheiro	set/07; abr/06; set/05; abr/04	Sim	BANESPA	Não	Não	Não	FMI
Paulo Vieira da Cunha	set/07;	Não	Não	Sim	Lehman Brothers(EUA); HSBC(EUA)	Não	Banco Mundial
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	abr/06; set/05; abr/04; set/03	Não	Não	Não	BBM	Sim	FMI; Banco Mundial; Outra
Alexandre Schwartzman	abr/06; set/05; abr/04	Não	Não	Não	Unibanco	Sim	Não
João Antônio Fleury Teixeira	abr/06; set/05; abr/04; set/03	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Rodrigo Telles da Rocha Azevedo**	abr/06; set/05	Não	Não	Não	Banco de Investimentos Garantia; Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston	Não	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Sérgio Darcy da Silva Alves	abr/06; set/05; abr/04; abr/02; abr/00; set/99; abr/98	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Luiz Augusto de Oliveira Candiota	abr/04; set/03	Não	Não	Não	Banco Fibra S.A. e Grupo Vicunha	Sim	Não
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo	abr/04; set/03	Não	BB	Sim	Banco Bozano, Simonsen de Investimento	Não	Não
Beny Parnes	set/03; abr/02	Não	Não	Não	Banco BBM; Banco Matrix	Não	Não
Carlos Eduardo de Freitas	abr/02; set/01; abr/00; set/99	Sim	BB; Banco de Brasília	Não	Não	Não	FMI
Edison Bernardes dos Santos	abr/02; set/01; abr/00; set/99	Sim	BB	Não	Não	Não	Não
Ilan Goldfajn	abr/02; set/01	Não	Não	Não	Não	Não	FMI; Banco Mundial
Tereza Cristina Grossi Togni	abr/02; set/01; abr/00	Sim	Não	Não	Não	Não	BIS; Banco Mundial
Luiz Fernando Figueiredo- presidente em exercício	abr/02; set/01; abr/00	Não	Não	Não	BBA; Banco Nacional; JP Morgan	Sim	Não
Armínio Fraga Neto- Presidente	set/01; abr/00; set/99	Sim	Banco do Estado do Rio de Janeiro	Não	Salomon Brothers(EUA); Banco de Investimentos Garantia; Federal Reserve Board	Sim	Banco Mundial
Daniel Luiz Gleizer	set/01; abr/00; set/99	Não	Não	Não	Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia; Banco de Investimentos Garantia	Não	FMI
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang***	abr/00; set/99	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Luiz Carlos Alvarez	set/99;	Sim	BB	Não	Banco Nacional; Grupo Bamerindus	Não	Não

Francisco Lafaiete de Pádua Lopes - presidente em exercício	abr/98;	Sim	Não	Sim	Banco Denasa de Investimentos	Não	Não
Carlos Eduardo Tavares de Andrade	abr/98;	Sim	BB	Não	Não	Não	Não
Cláudio Ness Mauch	abr/98;	Sim	Não	Não	Banco Meridional do Brasil	Não	Não
Demóstenes Madureira de Pinho Neto	abr/98;	Não	Não	Sim	Itaú; Unibanco	Não	Não
Paolo Enrico Maria Zaghen	abr/98;	Não	BANESPA	Sim	Não	Sim	Não

Segunda tabela com dados empíricos puros

Nome	Graduação	Universidade da graduação	Mestrado/Especialização/Pós-graduação	Universidade do mestrado	Doutorado/PHD	Universidade do doutorado/PHD	É/foi professor de alguma universidade? (Qual Universidade?)
Alexandre Antonio Tombini - Presidente	Economia	UnB	Sim***	////***	Economia	Universidade de Illinois/ EUA	UnB
Aldo Luiz Mendes	Economia	UnB	Economia	UnB	Economia	USP	Não
Altamir Lopes	Economia	UnB	Especialização para economistas	FGV	Não	Não	Não
Anthero de Moraes Meirelles	Comunicação; Matemática	////***	Administração	UFMG	Administração	UFMG	Sim***
Luiz Awazu Pereira da Silva	Economia ; Ciência Política e Relações Internacionais	École de Hautes Etudes Commerciales - HEC - França; Science-Po - França	Filosofia; Estudos Aprofundados em Economia do Desenvolvimento	Sorbonne; Sorbonne	Economia	Sorbonne	Não
Luiz Edson Feltrim	Matemática	Unesp	Não	Não	Não	Não	Não
Otávio Ribeiro Damaso	Economia	UnB	Especialização em matemática para economia e administração	UnB	Não	Não	Não
Sidnei Corrêa Marques	Ciências Contábeis	Centro Universitário do DF	Contabilidade e Auditoria; Auditoria; Gestão	UnB; USP; UnB	Não	Não	Não

Tony Volpon	Economia	McGill(Canadá)	Economia	University of Western Ontario(Canadá)	Não	Não	Não
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	Engenharia Civil	UFC	Economia	FGV	Economia	FGV	FGV; IBMEC-RJ
Henrique de Campos Meirelles - Presidente	Engenharia	USP	Administração; Programa de Administração Avançada	UFRJ; Universidade de Harvard(EUA)	Honoris Causae***	Rhode Island(EUA)	Universidade de Harvard; MIT(EUA); Harvard Business School
Alvir Alberto Hoffmann	Ciências Contábeis	UFPR	Auditoria Interna e Externa; MBA em Finanças	ICAT(DF); IBMEC(DF)	Não	Não	Sim***
Antonio Gustavo Matos do Vale	Ciências Contábeis, administração de empresas e ciências econômicas	Universidade Catolica de Minas Gerais	Análise de Sistemas da Informação	Fundação João Pinheiro	Não	Não	Não
Maria Celina Berardinelli Arraes	Economia; Administração Pública	UFRJ; FGV	Economia	UnB	Não	Não	Não
Mario Gomes Torós	Economia	UFRJ	Economia	UFRJ	Não	Não	Não
Mário Magalhães Carvalho Mesquita	Economia	UFRJ	Economia; Economia	PUC-Rio; Orford(Inglaterra)	Economia	Orford(Inglaterra)	PUC-Rio
Paulo Sérgio Cavalheiro	Ciências Contábeis	PUC-SP	Auditoria	USP	Não	Não	Não

Paulo Vieira da Cunha	Planejamento	IIT - Chicago(EUA)	Planejamento Urbano e Economia; Economia	UC - Berkeley; UC - Berkeley(EUA)	Economia	UC - Berkeley(EUA)	Columbia University(EUA); UFRJ; USP
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	Economia	UERJ	Economia; Economia	PUC-Rio; UC - Berkeley	Economia	UC - Berkeley(EUA)	PUC-Rio
Alexandre Schwartzman	Economia; Administração	USP; FGV	Economia	USP	Economia	UC - Berkeley(EUA)	USP; PUC - SP
João Antônio Fleury Teixeira	Administração	////***	Análise de Sistemas da Informação, organização de sistemas e métodos; Formação gerencial em nível estratégico	FGV	Não	Não	Não
Rodrigo Telles da Rocha Azevedo**	Economia	USP	Economia	Universidade de Illinois(EUA)	Economia	Universidade de Illinois(EUA)	Não
Sérgio Darcy da Silva Alves	Economia	FGV	Cursos e estágios sobre finanças na Europa, EUA e Japão		Não	Não	Não
Luiz Augusto de Oliveira Candiota	Economia	PUC-Rio	Gestão financeira	Harvard Business School(EUA)	Não	Não	Não
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo	Economia	PUC-Rio	Economia; Economia	PUC-Rio; Universidade de Princeton(EUA)	Economia	Universidade de Princeton(EUA)	PUC-Rio
Beny Parnes	Economia	PUC-Rio	Economia	PUC-Rio	Economia	Universidade da Pensilvânia(EUA)	Não

Carlos Eduardo de Freitas	Economia	UFRJ	Economia	FGV	Cursos diversos em instituições financeiras e acadêmicas nacionais e internacionais	////***	PUC-Rio; UnB; FGV
Edison Bernardes dos Santos	Administração; Economia	CEUB - DF	Não	Não	Não	Não	Não
Ilan Goldfajn	Economia	UFRJ	Economia	PUC-Rio	Economia	MIT(EUA)	PUC-Rio; Brandeis University(EUA)
Tereza Cristina Grossi Togni	Administração; Ciências Contábeis	Universidade Católica de MG; Universidade Católica de MG	Curso de supervisão bancária internacional; Seminário para supervisores bancários de economias emergentes	BIS; Banco Mundial e Fed	Não	Não	Não
Luiz Fernando Figueiredo- presidente em exercício	Administração	Fundação Armando Alveres Penteadó	Finanças; Cursos sobre finanças	Fundação Armando Alveres Penteadó; diversas instituições	Não	Não	Bolsa de Mercadorias e Futuros
Armínio Fraga Neto- Presidente	Economia	PUC-Rio	Economia	PUC-Rio	Economia	Universidade de Princeton(EUA)	Universidade de Columbia(EUA); PUC-Rio; FGV

Daniel Luiz Gleizer	Economia; Economia e Ciência Política	UFRJ; The Hebrew University of Jerusalem(Israe l)	Economia	Universidade de Illinois(EUA)	Economia	UC - Berkeley(EUA)	UFRJ
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang***	Sim***	////***	Economia matemática	Instituto Nacional de Matemática Pura Aplicada	Economia	Universidade de Princeton(EUA)	FGV
Luiz Carlos Alvarez	Física	USP	Contabilidade	USP	Não	Não	Não
Francisco Lafaiete de Pádua Lopes - presidente em exercício	Economia	UFRJ	Economia; Economia	FGV; Universidade de Harvard(EUA)	Economia	Universidade de Harvard(EUA)	PUC-Rio; FGV; UnB
Carlos Eduardo Tavares de Andrade	Administraçã o	CEUB-DF	Não	Não	Não	Não	Não
Cláudio Ness Mauch	Ciências Contábeis	Camquã-RS	Não	Não	Não	Não	Não
Demóstenes Madureira de Pinho Neto	Economia	PUC-Rio	Economia do Setor Público; Economia	PUC-Rio; UC- Berkeley	Economia	UC- Berkeley(EUA)	FGV; PUC-Rio
Paolo Enrico Maria Zaghen	Economia	USP	Economia	UC-Berkeley	Economia	UC- Berkeley(EUA)	USP; Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

